

Universidade de São Paulo
Escola de Comunicações e Artes
Pós-Graduação em Ciências da Comunicação

Davi Lopes Gentilli

**Jornalismo e cidadania: o direito à informação e o telejornal
Repórter Brasil da TV Brasil**

São Paulo
2013

Universidade de São Paulo
Escola de Comunicações e Artes
Pós-Graduação em Ciências da Comunicação

Davi Lopes Gentili

**Jornalismo e cidadania: o direito à informação e o telejornal
Repórter Brasil da TV Brasil**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de ciências da comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Orientadora: Professora Dra. Alice Mitika Koshiyama

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Gentilli, Davi

Jornalismo e cidadania: o direito à informação e o
telejornal Repórter Brasil da TV Brasil / Davi Gentilli. --
São Paulo: D. Gentilli, 2013.
173 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Comunicação - Escola de Comunicações e Artes /
Universidade de São Paulo.

Orientadora: Alice Koshiyama
Bibliografia

1. Jornalismo 2. Cidadania e direito à informação 3. TV
pública 4. TV Brasil 5. Telejornal Repórter Brasil I.
Koshiyama, Alice II. Título.

CDD 21.ed. - 070

GENTILLI, Davi Lopes. *Jornalismo e cidadania: o direito à informação e o telejornal Repórter Brasil da TV Brasil*.

Dissertação apresentada ao programa de ciências da comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre. Área de concentração: Estudos dos meios e da produção midiática. Linha de pesquisa: Informação e mediações nas práticas sociais.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

À Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo pela oportunidade de realização do curso de mestrado.

Ao corpo técnico-administrativo da ECA pela solicitude e boa vontade para a rápida resolução de quaisquer problemas que surgiram ao longo da realização deste trabalho.

À CAPES pelo pela bolsa de pesquisa que me permitiu dedicar-me com inteira atenção a realização das árduas tarefas desta pesquisa.

A Florestan Fernandes Junior e a Pedro Paulo Mendes – o Pepê – que abriram as portas da redação do Repórter Brasil em São Paulo e me esclareceram muito acerca do funcionamento do telejornal.

À minha orientadora Profa. Dr. Alice Mitika Koshiyama pelas leituras a que fui apresentado, pela orientação e pelos questionamentos que neutralizaram qualquer certeza que eu pudesse ter, me induzindo a lapidar meu trabalho em nome do maior rigor acadêmico.

Aos colegas Ben-Hur Dameneck, Cristiane Reimberg, Joana Tavares e Tatiana Aoki pelos pelas discussões que contribuíram para este trabalho.

À Clarice Gentili e a André Gentili Monteiro de Carvalho pelo apoio constante.

À Tainá Kissi Martins Carvalho pelo amor e companheirismo infinito que me acompanhou dos mais os momentos mais amenos aos mais árduos desses últimos dois anos.

À minha mãe Raquel Gentili pelo sempre disponível conforto, seja maternal ou acadêmico.

À Victor Gentili, pai, mestre e amigo que me abriu inúmeras portas para o mundo da comunicação social e da academia.

RESUMO

GENTILLI, D. L. *Jornalismo e cidadania: o direito à informação e o telejornal Repórter Brasil da TV Brasil*. Dissertação de mestrado. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Esta dissertação tem como objetivo analisar em que medida o telejornal Repórter Brasil Noite, exibido na emissora pública TV Brasil, pratica um jornalismo que contribui com o direito à informação, discutido a partir da reflexão teórica sobre a construção da cidadania e a sua interface com o jornalismo. As conceituações clássicas da cidadania foram analisadas, fazendo um paralelo com o desenvolvimento histórico do jornalismo. Percebemos que os valores atribuídos à prática do jornalismo ao longo da sua história determinaram a sua interface com o Estado e com as demandas de direitos referentes a essa prática, num movimento que culminou no direito à informação, que pode ser considerado como direito civil, político e social. O jornalismo é compreendido como uma forma de conhecimento gerada por meio de procedimentos da prática profissional alimentado pelos acontecimentos cotidianos. No entanto, por sua configuração comercial predominante, os veículos de comunicação, reproduzem a ideologia de produtividade nas redações, o que impede a reflexão necessária na prática jornalística, e atuam deliberadamente defendendo seus interesses econômicos. Em tese, o veículo público pode dar condições para a prática do jornalismo livre das determinações econômicas inerentes aos meios privados. Para tanto, um veículo público de comunicação deve ter como base um modelo de gestão e financiamento que permita sua autonomia com relação aos governos e ao mercado. A pesquisa empírica consistiu na coleta de dados de uma amostragem de seis edições do telejornal em semana artificial, submetida a uma análise quantitativa e, numa etapa posterior, a uma análise qualitativa de uma matéria selecionada de cada um dessas seis edições. Constatamos, por fim, que a TV Brasil encontra dificuldades para produzir um jornalismo que contribua plenamente para o direito à informação.

Palavras-Chave: Jornalismo. Cidadania e direito à informação. TV pública. TV Brasil. Telejornal Repórter Brasil.

ABSTRACT

GENTILLI, D. L. *Jornalism and citizenship: the right of information and the newscast Repórter Brasil from TV Brasil*. Master dissertation. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

This dissertation aims to analyze to what extent the newscast Repórter Brasil Noite, broadcasted by public television TV Brasil, practices a journalism that contributes to the right of information, concept discussed from theoretical reflexion over the citizenship development and its interface with journalism. The classic concepts of citizenship were analyzed, drawing a parallel with the journalism history. We noticed that the values attributed to journalism practice along its history had defined its interface with the state and with demands of rights regarding this activity, in a movement that culminated in the right of information, which might be considered as a civil, political and social right. Journalism is understood as a form of knowledge generated through procedures of the professional practice fed by quotidian events. However, due to the predominant commercial settings, media vehicles reproduce the ideology of productivity in the newsrooms, what restrains the reflexion needed in journalistic activity, and act deliberately defending their economic interests. Presumably, the public media vehicle might create conditions for the journalism activity free from economic determinations inherent to the commercial vehicles. Therefore, a public vehicle must be based on a management and financing model that allows its autonomy from governments and market influences. The empirical research consisted in data collection from a sample of six editions of the newscast in an artificial week submitted to a quantitative analysis and, in a posterior stage, to a qualitative analysis of one report selected from each edition. We noticed that TV Brasil experiences difficulties to fully contribute for the right of information.

Key-Words: Journalism. Citizenship and right of information. Public television. TV Brasil. Newscast Reporter Brasil.

Lista das tabelas:

Tabela 1 – Distribuição do tempo total da edição de quarta-feira, 21 de novembro, por temas:	105
Tabela 2 – Distribuição do tempo total da edição de quarta-feira, 21 de novembro, por matérias de âmbito nacional ou internacional:.....	106
Tabela 3 – Distribuição do tempo total das matérias internacionais da edição de quarta-feira, 21 de novembro, por regiões do mundo:.....	106
Tabela 4 – Distribuição do tempo das matérias nacionais da edição de quarta-feira, 21 de novembro, de acordo com as regiões do país:	107
Tabela 5 – Distribuição do tempo total da edição de terça-feira, 27 de novembro, telejornal por temas:	110
Tabela 6 – Distribuição do tempo total da edição de terça-feira, 27 de novembro, por matérias de âmbito nacional ou internacional:.....	110
Tabela 7 – Distribuição do tempo total da edição de terça-feira, 27 de novembro, das matérias internacionais por regiões do mundo:.....	111
Tabela 8 – Distribuição do tempo das matérias nacionais da edição de terça-feira, 27 de novembro, de acordo com as regiões do país:	111
Tabela 9 – Distribuição do tempo total da edição de segunda-feira, 03 de dezembro, por temas:.....	114
Tabela 10 – Distribuição do tempo total da edição de segunda-feira, 03 de dezembro, por matérias de âmbito nacional ou internacional	115
Tabela 11 – Distribuição do tempo total das matérias internacionais da edição de segunda-feira, 03 de dezembro, por regiões do mundo:	115
Tabela 12 – Distribuição do tempo das matérias nacionais da edição de segunda-feira, 03 de dezembro, de acordo com as regiões do país:	116
Tabela 13 – Distribuição do tempo total da edição de sábado, 08 de dezembro, por temas:.....	117
Tabela 14 – Distribuição do tempo das matérias nacionais da edição de sábado, 08 de dezembro, de acordo com as regiões do país:.....	118
Tabela 15 – Distribuição do tempo total da edição de sexta-feira, 14 de dezembro, por temas:.....	119
Tabela 16 – Distribuição do tempo total da edição de sexta-feira, 14 de dezembro, por matérias de âmbito nacional ou internacional:	120
Tabela 17 – Distribuição do tempo total das matérias internacionais da edição de sexta-feira, 14 de dezembro, por regiões do mundo:	120
Tabela 18 – Distribuição do tempo das matérias nacionais da edição de sexta-feira, 14 de dezembro, de acordo com as regiões do país:	121
Tabela 19 – Distribuição do tempo total da edição de quinta-feira, 20 de dezembro, por temas:.....	123

Tabela 20 – Distribuição do tempo total da edição de quinta-feira, 20 de dezembro, por matérias de âmbito nacional ou internacional:	123
Tabela 21 – Distribuição do tempo total das matérias internacionais da edição de quinta-feira, 20 de dezembro, por regiões do mundo:	124
Tabela 22 – Distribuição do tempo das matérias nacionais da edição de quinta-feira, 20 de dezembro, de acordo com as regiões do país:	124
Tabela 23 – Distribuição do tempo total do telejornal por temas:	126
Tabela 24 – Distribuição do tempo total do telejornal por matérias de âmbito nacional ou internacional:	129
Tabela 25 – Distribuição do tempo total das matérias internacionais por regiões do mundo:	129
Tabela 26 – Distribuição do tempo das matérias nacionais de acordo com as regiões do país:	130
Tabela 27 – Entrevistados na reportagem selecionada para a análise qualitativa da quarta-feira, 21 de novembro de 2012:	135
Tabela 28 – Entrevistados na reportagem selecionada para a análise qualitativa da terça-feira, 27 de novembro de 2012:	139
Tabela 29 – Entrevistados na reportagem selecionada para a análise qualitativa da segunda-feira, 03 de novembro de 2012:	142
Tabela 30 – Entrevistados na reportagem selecionada para a análise qualitativa da sábado, 08 de dezembro de 2012:	145
Tabela 31 – Entrevistados na reportagem selecionada para a análise qualitativa da sexta-feira, 14 de dezembro de 2012:	147
Tabela 32 – Entrevistados na reportagem selecionada para a análise qualitativa da quinta-feira, 20 de dezembro de 2012:	151
Tabela 33 – Classificação das matérias exibidas na quarta-feira, 21 de novembro de 2012:	167
Tabela 34 – Classificação das matérias exibidas na terça-feira, 27 de novembro de 2012:	168
Tabela 35 – Classificação das matérias exibidas na segunda-feira, 03 de dezembro de 2012:	169
Tabela 36 – Classificação das matérias exibidas na sábado, 08 de dezembro de 2012:	170
Tabela 37 – Classificação das matérias exibidas na sexta-feira, 14 de dezembro de 2012:	171
Tabela 38 – Classificação das matérias exibidas na quinta-feira, 20 de dezembro de 2012:	172

Lista de siglas

ABEPEC – Associação Brasileira de Emissoras Públicas Educativas e Culturais

ABTU – Associação Brasileira de Televisão Universitária

ACERP – Associação de Comunicação e Educação Roquette-Pinto

CONTEL – Conselho Nacional de Telecomunicações

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

EBC – Empresa Brasil de Comunicação

EBN – Empresa Brasileira de Notícias

FCBTVE – Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa

FUNTEVÊ – Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa

INTO – Instituto de Traumatologia e Ortopedia do Rio de Janeiro

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NBR – TV Nacional Brasil

SECOM – Secretaria de Comunicação do Governo Federal

SEFORT – Serviço de Educação e Formação pelo Rádio e Televisão

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SINDITELEBRASIL – Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel e Pessoal

SINRED – Sistema Nacional de Radiodifusão

SINTED – Sistema Nacional de Televisão Educativa

UHF – *Ultra High Frequency* (Frequência Ultra Alta)

VHF – *Very High Frequency* (Frequência Muito Alta)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 CIDADANIA E TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO JORNALISMO	16
1.1. Nascimento da cidadania moderna	16
1.1.1 Críticas à T. H. Marshall.....	20
1.1.2 <i>Penny press</i> e os novos valores ao jornalismo.....	21
1.2 O direito à informação	24
1.2.1 Limitações da definição de direito à informação.....	27
1.3 Jornalismo, conhecimento e cotidiano	30
1.3.1 Cotidiano e ideologia.....	34
1.4 Comunicação e jornalismo público.....	38
2 TELEVISÃO PÚBLICA	43
2.1	43
1.1. Televisão pública e sua interface com o poder público	43
1.2. Televisão pública e seus limites com o “privado”: entre o consumidor e o cidadão	50
1.3. Espaço para o debate público: algumas interfaces com a cidadania.....	54
1.4. Identidade e televisão: interfaces culturais com a cidadania	56
1.5. Efetivação de um projeto: gestão e financiamento na televisão pública não-estatal	60
1.5.1. Gestão	60
1.5.2. Participação	63
1.5.3. Financiamento	64
3 HISTÓRICO DA TV PÚBLICA NO BRASIL	68
1.1. Surgimento da televisão	71
1.2. O Código Nacional de Telecomunicações de 1962	72
3.3. TVs educativas.....	74
3.4. Radiobrás	76
1.5 Anos 1980 e 1990 – desmonte das televisões públicas	77
1.6 Lei do cabo.....	80
1.7 Criação da EBC	83
1.8 EBC e a TV Brasil	86
1.9 Repórter Brasil	93
4 REPÓRTER BRASIL NOITE, TELEJORNAL DA TV BRASIL: PESQUISA EMPÍRICA E RESULTADOS.....	96
4.1 Metodologia da pesquisa:	96
4.1.1 Parâmetros	96

4.1.2	Etapas	96
4.1.3	Amostragem	97
4.1.4	Etapa quantitativa	98
4.1.5	Etapa qualitativa	99
4.1.6	Caracterização com relação às fontes	101
4.1.7	Identificação do foco da matéria.	101
4.2	Resultados	102
4.2.1	Etapa quantitativa	102
4.2.2.	Resultados Qualitativos	132
5	CONCLUSÕES	154
REFERÊNCIAS:		160
APÊNDICE		167

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo dessa Dissertação é o Telejornal Repórter Brasil Noite. Sua escolha deveu-se ao fato de o mesmo ser o principal programa jornalístico da emissora de televisão, que é pública e compõe a Empresa Brasil de Comunicação – EBC –, criada em 2007 pelo governo federal. O Repórter Brasil é transmitido de segunda a sábado, às 21 horas e tem uma hora de duração, com exceção da edição de sábado, que tem apenas meia hora. O programa é transmitido a partir de Brasília desde junho de 2013, mas, na data da coleta da amostragem utilizada neste trabalho, o telejornal era transmitido simultaneamente a partir de três estúdios localizados em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.

O que mais nos interessou nesse objeto foi o fato de ser o principal programa jornalístico de uma emissora pública nacional, do qual se espera que cumpra um papel específico como veículo público de comunicação, para a realização do direito à informação. Assim, o principal objetivo de pesquisa que norteou o estudo foi verificar em que medida o telejornal Repórter Brasil Noite, da TV Brasil, contribui com o direito à informação, conceito discutido a partir da reflexão teórica sobre a construção da cidadania e a sua interface com o jornalismo. A partir deste objetivo central, surgiram mais três objetivos que foram: verificar como os critérios ideais de jornalismo – elaborados a partir das referências utilizadas sobre a temática – para um veículo de comunicação público são aplicados no telejornal Brasil; estudar e refletir sobre como se caracteriza a TV Brasil a partir do seu processo de criação e, por fim, compreender o telejornal Repórter Brasil, a partir dos valores da cidadania.

Em face de tal realidade, optou-se por estabelecer que o trabalho empírico levantaria informações quantitativas e qualitativas para o qual foram criados alguns parâmetros. Nesse sentido, para a averiguação da qualidade do jornalismo realizado pelo telejornal, construímos alguns critérios baseados nas nossas referências teóricas de como o jornalismo deve ser praticado em uma emissora pública.

Foram elaborados procedimentos de referência para a averiguação de como concebemos o jornalismo em um veículo público de comunicação a partir da nossa reflexão teórica e do manual de jornalismo da própria EBC. Esses procedimentos serviram de referência para que possamos afirmar em que medida o telejornal Repórter Brasil Noite

contribui para o direito à informação.

Para o estudo telejornal, foi destacada como amostragem uma semana artificial, que consiste em uma amostra retirada em um período de seis semanas, simulando uma semana com seis dias, de segunda-feira a sábado.

O procedimento de coleta foi organizado da seguinte maneira: foi gravado o noticiário da segunda-feira da primeira semana, a terça-feira da segunda semana, a quarta-feira da terceira semana e assim sucessivamente. Com esse procedimento temos uma amostra de uma semana típica evitando que um acontecimento específico de maior repercussão ocupe boa parte da pauta do telejornal, tornando um assunto específico mais representado naquela semana do que em outras.

A evidência de um acontecimento específico de maior repercussão tornaria essa semana pouco representativa. Com a semana artificial, tentamos evitar a ocorrência desse problema, fazendo com que a alternância das semanas equilibrasse os assuntos em pauta.

Ainda assim, para evitar que o mesmo acontecesse com acontecimentos que pudessem ocupar a pauta do telejornal por várias semanas, foi escolhida uma amostragem em um período de seis semanas consecutivas, livre de grandes eventos ou acontecimentos como eleições, olimpíadas, etc. ou o recesso parlamentar (23 de dezembro de 2012 a 31 de janeiro de 2013). As datas selecionadas para servirem de amostragem foram: 21 de novembro de 2012 (quarta-feira); 27 de novembro de 2012 (terça-feira); 03 de dezembro de 2012 (segunda-feira); 08 de dezembro de 2012 (sábado); 14 de dezembro de 2012 (sexta-feira); 20 de dezembro de 2012 (quinta-feira).

Foram gravadas todas as matérias dos dias escolhidos a partir do *site* da emissora, que já trazia a matéria com seu tempo de duração, que depois de assistidas foram classificadas a partir das categorias apontadas para a análise qualitativa, descrita a seguir.

Os dados foram organizados em tabelas diárias – disponível no apêndice –, o que facilitou a escolha das matérias mais significativas, posteriormente, para a análise qualitativa. Como definimos que o material coletado seria tratado por meio de um duplo procedimento, as frequências foram ordenadas, na primeira etapa, por critérios de natureza quantitativa, classificando as matérias do telejornal em categorias que foram criadas para posterior análise

qualitativa, que permitiria a caracterização do objeto. Tivemos o cuidado de, além de gerar dados por si mesmos para um breve tratamento quantitativo, esses mesmos dados consistiriam na primeira fase de operacionalização da pesquisa qualitativa, pois tal ordenação, permitiria a classificação dos mesmos nas categorias qualitativas que foram utilizadas na análise final (GOMES, 1999).

Na etapa qualitativa, selecionamos, da amostragem colhida, aquelas matérias que trataram de questões que estavam inscritas num contexto de discordâncias evidentes de opiniões. Nessa etapa, a metodologia previa que, por critério de inclusão, poderiam ser escolhidas matérias que tratassem de conflitos diretamente – manifestações, greves, ocupações, etc. –, ou de disputa de projetos – projetos de lei em tramitação, medidas governamentais, políticas de governo, debates de projetos, conferências, etc. –, disputas políticas fora do âmbito do Estado – sindicalismo, movimentos sociais, ONGs.

Foram excluídas também matérias que tratassem de assuntos internacionais. A razão para isso se deve ao fato de que muitas das matérias internacionais são provavelmente compradas de agências internacionais. Nesse caso, a matéria, se significativa, será anotada, assim como a ausência de correspondentes para a cobertura do evento. Foram descartadas também matérias que não propiciem análises mais profundas e que se esgotam em si mesmas, como curiosidades e serviços.

Na segunda etapa, qualitativa, avaliamos se as matérias apresentadas no telejornal estariam propiciando o esclarecimento necessário ao telespectador, o que nos permitiria aferir que, segundo os parâmetros teóricos utilizados, o jornal estaria cumprindo os requisitos necessários para gerar um jornalismo segundo o que se preconiza o direito à informação.

Nessa etapa foi realizada uma pré-análise dos dados qualitativos, por meio de uma primeira caracterização do telejornal, na qual procuramos compreender a distribuição dos tipos e dos temas de matérias de abrangência regional do conjunto das matérias. Essa etapa será feita da seguinte forma:

Foi elaborada uma tabela com a quantificação das matérias segundo a ocorrência e o tempo destinado a cada tipo de matérias, seguindo os seguintes critérios: 1) editorias (política, economia, internacional, cultura, esporte, violência, política social, meio ambiente) 2) âmbito regional abrangido, no qual foram considerados o âmbito internacional (América Latina,

Orientes Médio e Norte da África, África Subsaariana, Ásia Central e Sudeste Asiático, Países do Norte Geopolítico); Abrangência regional (Rio de Janeiro/Brasília/São Paulo, Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste, Sul).

O tratamento dos dados coletados pode ser descrito nos seguintes passos:

1) Caracterização em relação às fontes: levantamento quantitativo com relação ao número e tipo de fonte representada. Foram classificadas em: Tipo de fonte (populares - pessoas comuns não especialistas no tema tratado, afetadas ou não pelo tema tratado nas matérias); autoridades (policiais, delegados, juizes, promotores, etc.); políticos (figura pública da política ligada a partidos, com cargo eletivo ou de indicação política); especialistas (intelectuais acadêmicos e pessoas de reconhecido conhecimento sobre o tema tratado); sociedade civil organizada (pessoas entrevistadas movimentos sociais, ONGs, sindicatos, etc.). O uso das fontes foi qualificado de acordo com o número de ocorrências de cada fonte e o tempo de fala para cada uma. Cada uma das entrevistas foi classificada segundo as seguintes categorias: a) Informativo/depoimento e b) Opinião. Sendo de caráter opinativo, essa opinião foi dada por: 1) apenas a declaração da opinião do entrevistado; 2) argumentação do entrevistado em defesa de sua opinião.

2) Identificação do foco da matéria: procuramos: a) se a reportagem incorpora o ponto de vista de alguma das fontes na abordagem da matéria; b) se dados técnicos e estatísticos têm fonte mencionada; c) se a reportagem buscou apurar as razões ou as causas para carências, falhas ou deficiências em obras, produtos ou serviços que eventualmente foram constatados; d) se as reportagens estão em consonância com as recomendações do Manual de Jornalismo da EBC.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos e conclusão. O primeiro capítulo é de referencial teórico e trata do conceito de cidadania e de seu processo histórico de formação, numa interface com a prática jornalística. Observamos os princípios de direitos e da cidadania que se correlacionam com a atividade jornalística e, por fim, trabalhamos com o conceito de direito à informação.

No capítulo 2, levantamos, a partir de vários estudiosos, uma reflexão sobre a televisão pública e seu lugar na sociedade e tem como objetivo esclarecer o uso do termo “televisão pública”, utilizado neste trabalho.

O capítulo 3 faz um histórico da radiodifusão pública no Brasil, apresentando a complexidade do conjunto de entidades, emissoras e canais públicos de diferentes naturezas, além do conjunto da legislação vigente que estabeleceu o marco legal confuso que temos hoje. Apresentamos também como se deu o processo de formação da Empresa Brasil de Comunicação e a TV Brasil, além de uma apresentação do nosso objeto, o telejornal Repórter Brasil.

O capítulo 4 é a análise empírica do nosso objeto. Explicamos a metodologia usada, com os critérios, procedimentos, parâmetros, amostragem e, por fim, a análise da amostragem coletada para a pesquisa.

1 CIDADANIA E TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO JORNALISMO

O jornalismo, muito antes de os meios de comunicação tornarem-se os grandes conglomerados econômicos que são hoje, já era visto como uma atividade de significativa influência na sobre a população leitora o que já perturbava o poder vigente havia bastante tempo. Habermas (1984) identifica a busca de um fórum, em espaço público, para debates políticos no momento em que começam a haver – na Inglaterra ainda no século XVIII – conflitos de interesses entre uma geração mais velha da burguesia, assentada no mercado e ligada às operações comerciais, e gerações mais novas de empreendedores em busca do seu estabelecimento por meio da manufatura.

A esfera pública, que nas formulações de Habermas nascem nos cafés e nos periódicos Semanários e que tinha interesse principalmente na discussão literária, passa a ganhar importância política. As disputas políticas ocorrem também pela disputa da opinião pública dentro dessa esfera pública. Opositores ao governo começam a se valer da opinião pública como ferramenta de pressão política, possibilitada pelo nascimento de um jornalismo independente e capaz de crítica aberta contra o governo. Habermas apresenta como se dá esse processo:

Institucionalizados, tais comentários e tais críticas de medidas da coroa e de deliberações do parlamento, modificam a natureza do poder público, chamado agora perante o fórum do público. Através disso, o poder torna-se 'público' em duplo sentido, O grau de desenvolvimento mede-se daí por diante pelo grau de discussão entre Estado e imprensa, desenrolando-se isso ao longo de todo o século [XVIII] (HABERMAS, 1984, p. 78-79).

O século XIX, portanto, será marcado por comentários políticos dos jornais. Esses comentários, obviamente, na maioria das vezes, não agradava aos governantes, que muitas vezes respondiam com censura e perseguição a jornalistas.

1.1. Nascimento da cidadania moderna

Esse empoderamento assumido pela opinião pública – que na verdade, à época, representa apenas a opinião da classe letrada, proprietária e influente, portanto, minoritária – para comentar e criticar seus governantes, desafiando seus soberanos, é expressão de uma profunda transformação social que mudou a percepção política da burguesia no século XVIII.

Os filósofos iluministas conceberam o ser humano como dotado de liberdade por natureza, mas oprimido pelo poder. Na sua célebre abertura de sua maior obra, *O Contrato Social*, Rousseau afirma: “O homem nasceu livre, e por toda parte encontra-se a ferros” (ROUSSEAU Apud BOBBIO, 1992, p. 29), expressando o pensamento emergente da época que, pela primeira vez no Ocidente, atribui ao ser humano a capacidade de se auto-governar, livrando-se da opressão imposta por seus soberanos.

Constitui-se na inversão da lógica do poder: do poder absoluto e centralizado do monarca, para o poder repartido dos cidadãos. Em outros termos, não mais emanaria de um rei, mas sim dos súditos, possibilitados a estabelecer as leis que regem sua sociedade. Os súditos – a quem cabia apenas o dever e a obediência – transformam-se em cidadãos, detentores tanto de direitos e deveres, iguais para todos. A lei, advinda da vontade de um indivíduo – o monarca – passa a ser resultado da deliberação institucionalizada em um Parlamento. Nas palavras de Bobbio, a cidadania representa a “passagem final do ponto de vista do príncipe para o ponto de vista do cidadão” (1992, p. 61).

Essa passagem traz no seu bojo – como ilustra Bobbio – a concepção jusnaturalista, na qual o estado natural do homem é de liberdade plena para dispor de si próprio e de seus bens. Liberdade que seria, desde o nascimento dos homens, oprimida pelo poder do Estado absolutista. Estado que se confundia com o próprio monarca. A liberdade natural do indivíduo implica também o direito de dispor de seu próprio pensamento. O ideal iluminista de liberdade de pensamento, presente no postulado de Kant “*sapere aude!*” (apud Moretzsohn, 2007, p. 111), orientaria valores à atividade jornalística, empregada na propagação de ideias e de debates, permitindo ao indivíduo tirar suas próprias conclusões livremente.

Para o jusnaturalismo, o direito individual do homem de gozar da própria liberdade é anterior aos seus deveres para com o coletivo ou o Estado. O que implica dizer que, do ponto de vista do Estado, inversamente, seu direito de impor-se sobre os indivíduos é precedido pelo seu dever de preservar as liberdades individuais. O absolutismo, portanto, seria antinatural e, por isso, deveria ser abolido. A luta pela liberdade de expressão é uma das mais antigas

demandas de restrição do poder soberano em nome do direito dos homens de exercerem suas liberdades “naturais”.

Esse é o pensamento que orienta a concepção moderna de cidadania nascente nesse período e que se oficializam na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 na França ou nos *Bill of Rights* dos Estados Unidos, e que são postas imediatamente após a tomada de poder do Estado pela classe burguesa no século XVIII. O direito de herança do poder, que garantiu a longevidade do poder das dinastias monárquicas, é subtraído em favor do direito de os homens disporem de suas liberdades, dando aos cidadãos, como consequência, o direito de usufruir de suas liberdades para legislar as suas próprias leis (BOBBIO, 1992).

Ao longo do século XIX, as revoluções liberais se espalham pela Europa, tornando as monarquias, onde elas persistiram, reduzidas em poder e submetidas ao parlamento, composto pela classe burguesa revolucionária.

Nesse momento inicial da cidadania na Europa são consagrados os direitos civis, primeiros direitos a surgir, que tem as liberdades como eixo: direito de ir e vir, liberdade de expressão, direito à propriedade privada e direito a celebrar contratos, entre outros. Os direitos civis de liberdade de expressão e de liberdade de imprensa, conquistados nessa época são, juntamente com o ideal da liberdade de pensar por si mesmo, as primeiras diretrizes do que viria a ser entendido mais futuramente como direito à informação.

Com a burguesia no poder e com esses primeiros direitos declarados, criaram-se as condições para o desenvolvimento do capitalismo. O direito de celebrar contratos permitiu o crescimento do assalariamento e o direito à propriedade privada garantiu que os proprietários dispusessem, como seus, da força de trabalho de seus empregados contratados e do resultado do seu trabalho. O desenvolvimento da indústria e o crescimento das cidades são parte desse processo e culminaram na constituição, ao longo do século XIX, da sociedade de massas (MARSHALL, 1967).

A industrialização criou uma sociedade com novas e profundas clivagens sociais. De um lado, a ascendente classe de proprietários e, de outro, uma massa de trabalhadores – muitos deles vindos das zonas rurais sem dispor de qualquer coisa que não fosse a própria força de trabalho –; que constituíram a numerosa classe social urbana de operários fabris. Essa

classe operária, embora titular dos mesmos direitos que a classe capitalista, não tinha, efetivamente, condições de usufruí-los. O direito a propriedade, por exemplo, significa o direito a adquirir uma propriedade por meio da compra, o que exigiria uma condição financeira que os operários não tinham. A participação política também se restringia à classe proprietária, o voto era censitário e, de modo geral, excluía mulheres, analfabetos e qualquer um que não dispusesse de renda significativa ou de propriedades.

Dessa nova conformação social, com crescentes desigualdades, surgiram as novas lutas sociais e o movimento operário que marcaram o século XIX. Como conquistas resultantes dessas lutas, são declarados os direitos políticos: o voto universal e a liberdade de organização de partidos e sindicatos. Essas novas conquistas permitiram o desenvolvimento e o alargamento da democracia.

Ao assumir o poder, a burguesia, que fora precursora na implantação da cidadania moderna, tornou-se resistente à declaração de novos direitos que beneficiassem principalmente não-proprietários. A cidadania, embora tivesse surgido como projeto da classe burguesa, foi também apropriada pela classe de não-proprietários, sendo reelaborada. Maria de Lourdes Manzini-Covre (2006) defende que a cidadania “não é uma categoria burguesa no sentido estrito. É uma categoria que também pode ser elaborada, apropriada e utilizada pelos trabalhadores, como o foi pela burguesia revolucionária” (p. 30).

No início do século XX, na Europa, em face da intensificação da exploração da mão de obra e das sucessivas guerras e crises econômicas, as desigualdades geradas pela expansão do capitalismo aprofundaram-se. A situação de precariedade a qual estava submetida a classe trabalhadora foi revelando cada vez mais que os direitos civis não eram suficientes para garantir as condições materiais mínimas de vida para esses cidadãos. A insatisfação da classe trabalhadora com essa condição somada à sua relativa capacidade de barganha devido aos avanços na sua organização política permitiu que fossem postas em discussão demandas por direitos sociais: limitação da jornada de trabalho, salário mínimo, previdência social, direito à saúde e educação (MARSHALL, 1967).

Por outro lado, o aumento da capacidade produtiva industrial chega a um nível em que a indústria encontra um limite na capacidade de consumo. A resistência da classe proprietária aos direitos sociais vai cedendo à medida em que se percebe que tais direitos acabam por garantir uma expansão da capacidade de consumo, permitindo a vazão da produção industrial

e a continuidade da expansão do capital.

1.1.1 Críticas à T. H. Marshall

A obra de T. H. Marshall, embora seja uma referência clássica sobre cidadania, é alvo de muitas críticas, especialmente por considerar o desenvolvimento da cidadania como algo linear, quase como um desenvolvimento natural. Marshall analisa as etapas do desenvolvimento da cidadania na Inglaterra e essa sua percepção deve-se muito a isso. Em vários países, a cidadania se desenvolve de forma não linear, havendo também muitos retrocessos e disputas no meio desse processo. Em muitos casos, por exemplo, os direitos sociais foram implantados por regimes autoritários como forma de busca de legitimidade e de apoio popular. Como destacado por alguns autores (SAES, 2000; DAGNINO, OLVEDA e PANFICHI, 2006), houve em muitos casos – e ainda ocorre nos dias de hoje – o do avanço avanço em direitos sociais como moeda de troca dos direitos civis e políticos suprimidos. No caso da América Latina, muitos desses avanços foram conquistados por meio de concessões de regimes populistas que mesclavam elementos autoritários e participativos (DAGNINO, 2004), numa relação clientelista com o cidadão.

Décio Saes (2000) critica Marshall por ignorar o papel das lutas sociais no desenvolvimento da cidadania, considerando as rupturas institucionais resultantes de processos de conflitos sociais como uma evolução institucional. Marshall, por exemplo, não faz menção aos papéis desempenhados pela Revolução Puritana de 1660 e pela Revolução Gloriosa de 1688 na instauração dos direitos civis na Inglaterra. Dessa forma, superestima o papel das classes dominantes e da burocracia estatal no processo. Albert Hirschman (1992), ao analisar os artifícios retóricos usados pela burguesia para se contrapor as demandas sociais por mais direitos, demonstra que, frente à busca por mais direito pelas classes subalternas, as classes dominantes tendem a manter uma postura estagnacionista, ou mesmo regressiva.

Os direitos sociais apontam contradições existentes entre a cidadania e o capitalismo. A cidadania é um sistema que distribui direitos de forma igual aos cidadãos, mas está inserido num sistema econômico de desigualdades. Com os direitos trabalhistas, que dá garantias aos cidadãos da classe de não-proprietários, coexiste o direito à propriedade privada – inacessível

à grande maioria da população –, que é garantia de sustentação e legitimação de um sistema gerador dessas desigualdades. A exemplo disso, Hirschman (1992) mostra como a defesa do dogma da livre regulação do mercado foi usada como argumento contrário à aprovação de leis trabalhistas. Ao estabelecer limites à jornada de trabalho e salário mínimo, o Estado interferiria inapropriadamente no mercado.

Diferentemente dos direitos civis, os direitos sociais responsabilizam o Estado pela garantia de condições mínimas de vida aos cidadãos. Não são direitos que limitam o seu poder em nome da liberdade natural dos indivíduos – os chamados *direitos negativos* – mas direitos que demandam a iniciativa e o investimento do Estado para garanti-los, ou *direitos positivos*.

Essas contradições demonstram como o sistema de direitos é dúbio. Tanto serviriam para a burguesia como arma contra o sistema feudal decadente, como servem para a classe trabalhadora como defesa contra os extremos da exploração capitalista. O status abstrato de igualdade da cidadania não interfere na desigualdade material do capitalismo. Por outro lado, os direitos sociais são garantias aos trabalhadores e compromissos do Estado em prover condições materiais mínimas de vida.

1.1.2 *Penny press* e os novos valores ao jornalismo

O jornalismo praticado até meados do século XIX, especialmente na Europa, tinha característica opinativa, de comentários políticos. Dependentes de financiamento de partidos políticos, esses jornais são instrumentos de propaganda e debate das bandeiras do partido a ele vinculado. As liberdades políticas conquistadas nesse momento, como a liberdade para se formar partidos políticos, também criaram um ambiente propício para o jornalismo, do modo como era praticado, expandir-se.

Já na Inglaterra e nos Estados Unidos, onde o desenvolvimento capitalista estava mais adiantado, a expansão da urbanização e a industrialização permitiram aos jornais passar a buscar uma nova forma de financiamento: a publicidade. (O'BOYLE apud TRAQUINA, 2004). O financiamento por meio da publicidade foi um movimento chave para uma grande transformação na forma de se fazer jornalismo a partir de meados do século XIX.

Enquanto os jornais europeus continentais seguem como propagandistas de causas políticas explícitas, começava a nascer nos Estados Unidos uma nova forma de fazer jornalismo: o *penny press* – em referência ao baixo preço dos novos jornais – ou “Novo Jornalismo” (TRAQUINA, 2004, p. 50). Impulsionado pela modernização das técnicas de impressão e pela possibilidade de um jornal se financiar, em grande parte por meio da publicidade, os jornais puderam aumentar sua tiragem e reduzir o seu preço de venda, ampliando assim o seu público leitor ao incluir consumidores de poder aquisitivo menor. O *Penny Press* inaugurou um novo valor à atividade jornalística: a de que se deveriam apresentar ao leitor as informações, ao invés de opinião.

A ideia de “pensar por si” não era exatamente nova. Como mencionado, é originária do iluminismo. Kant já exaltava a necessidade do homem de pensar por si próprio, embora considerasse que apenas acadêmicos seriam capazes de fazê-lo. A ideia da separação entre fatos e interpretação emerge com a ciência positivista, em ascensão na época. O *Penny Press* buscava os fatos para apresentar ao leitor sem fazer qualquer juízo de valor – supostamente, já que essa concepção, como veremos, é muito problemática – para que o leitor, munido daquelas informações, pudesse, por si mesmo, formar a sua opinião.

Sylvia Moretzsohn explica que o que mudou a partir desse novo modelo de jornalismo é o agente do esclarecimento: não mais o sujeito que defende causas, mas os fatos, que falariam por si (2007, p. 107). A possibilidade de se financiar por meio de publicidade permitiu que os jornais se desvinculem das finalidades imediatas dos partidos que os financiavam, embora interesses políticos permaneçam inscritos de outra maneira, como veremos em breve. O *Penny Press* chega à Europa apenas na virada do século XIX para o XX.

Expandiram, em conjunto: a industrialização, as cidades, os votantes e os leitores de jornais. Foi se desenhando um regime democrático, em que os jornais passaram a ter um papel fundamental. A democracia moderna tem inspiração na democracia da Grécia antiga, embora a realidade da sociedade capitalista de massas fosse muito diferente da sociedade escravista grega. Na civilização grega antiga, as unidades político-econômicas eram pequenas e consistiam em uma cidade e sua circunjacência, as cidades-Estado. Estavam excluídos da participação política os escravos e as mulheres.

A democracia moderna desenvolveu-se a partir de uma sociedade industrial de massas,

caracterizada por cidades de população muito numerosa, pela perda das individualidades e isolamento dos indivíduos dentro da massa. (GENTILLI, 2005) As unidades político-econômicas agora eram os Estados nacionais, que englobavam inúmeras cidades e grandes territórios. A população autorizada a participar da vida política ampliava-se – em processos obviamente não lineares e por vezes com solavancos e retrocessos – até toda a população adulta. A democracia moderna se caracteriza por ser representativa: o poder de decisão das políticas e das leis do Estado está restrito a um pequeno grupo de representantes escolhidos nas eleições. A participação popular restringia-se ao voto ou a pressão política por meio de seus sindicatos e partidos.

Os jornais ampliaram os debates políticos reverberando os debates no interior do parlamento para todo o país. Retomando a frase já citada de Habermas, “O grau de desenvolvimento mede-se daí por diante pelo grau de discussão entre Estado e imprensa”. À medida que o Estado abria-se para os jornalistas e os jornais expandiam sua penetração, o jornalismo ampliava a sua importância política. O desenvolvimento da imprensa e da mídia tornou-se parte fundamental da democracia representativa moderna. O grande alcance da autoridade nacional, reunindo inúmeras cidades, vilas e regiões dispersas pelo amplo território nacional, tornaram os jornais peças fundamentais na constituição de uma opinião pública de grande alcance.

A publicização das atividades do poder político tornou-se elemento constitutivo da democracia. O modelo democrático estabelecido é descrito por Norberto Bobbio como a “democracia do poder visível”, ou o “governo do poder público em público” em referência ao direito de participação ampla e a necessidade da massificação das informações acerca da vida política, para que as massas também possam decidir e participar (BOBBIO, 1986, p. 83-84). A partir desse ponto de vista, se o poder é público e se o poder deve ser visível, uma das necessidades para que ele se efetivasse era dar publicidade ao que era de interesse público. Nesse caso, tratando-se de uma sociedade de massas, a imprensa livre da censura e autônoma com relação ao Estado tornava-se o fórum da disputa de hegemonia de projetos políticos nas sociedades democráticas. A expansão do jornalismo favoreceu essa publicização das coisas públicas.

O *Penny Press* lançou, de acordo com Nelson Traquina (2004), novos valores ao jornalismo, que se consagraram até os dias de hoje. Em primeiro lugar, o compromisso com a

verdade, na ideia de que o jornalista não deveria fazer juízo de valor, apenas apresentar os fatos para que o leitor pudesse, por ele mesmo, formar sua própria opinião. As opiniões, que não seriam dos jornalistas – segundo afirmam os defensores desse modelo, entretanto, na prática, essa isenção não existe –, também são apresentadas como fatos. Ouvir as diferentes opiniões acerca de um evento também se tornou o comportamento defendido, para que o leitor estivesse munido, igualmente, dessas interpretações.

Favorecido pelas novas tecnologias de transporte e de comunicação como o trem e o telégrafo, os jornais encurtam o tempo na apuração e na sua distribuição, o que trouxe um outro valor, hoje tão evidente: o imediatismo. O imediatismo e o compromisso de ir atrás dos fatos, e de nada além disso, fez o jornalismo adotar uma linguagem rápida, livre do excesso de adjetivações. O imediatismo, em conjunto com essa pretensa neutralidade, inaugurou no jornalismo um novo estilo de escrita, que se tornou padrão: a pirâmide invertida, que hierarquizou as informações com ênfase no primeiro parágrafo – o *lead* –, dinamizando a leitura (TRAQUINA, 2004).

Mas, talvez uma das mais significativas mudanças tenha sido a transformação dos jornais em empresas rentáveis. Embora nos séculos anteriores muitos tivessem feito do jornal uma fonte de sobrevivência, o jornalismo ainda era muito autoral e vinculado a causas políticas. A partir do *Penny Press*, tornou-se de fato uma indústria. Os jornais passam a se preocupar mais com a sua vendagem do que com a difusão de bandeiras. A ideia de não apresentar mais opiniões, mas fatos, fez o texto dos jornais ser mais bem recebido por um público mais eclético – e maior – permitindo que seu texto não fosse uma barreira para o aumento da vendagem. Com as novas rotinas produtivas, os jornais perderam seu aspecto artesanal e ganham caráter industrial. Apuração e redação são tecnicizados, a impressão maquinizada, os jornalistas profissionalizados, o trabalho dividido. A transformação do jornalismo em indústria também foi decisiva para a conformação do jornalismo como o conhecemos hoje – assim como a agregação de um conjunto de valores vinculados à atividade – e que orientará a concepção do direito à informação.

1.2 O direito à informação

Reunindo os critérios que permitem aos jornais a realização do papel de multiplicação do debate político e publicização do poder, Victor Gentili (2005) elabora uma concepção do direito à informação. Reconhecendo que a democracia não é uma definição fechada ou estática, mas sim sempre passível de ser aprofundada, considera que a informação tornada pública por meio do jornalismo é uma necessidade para a realização e aprofundamento da democracia. Os jornais, que constituíram a esfera pública com função política, são os portadores das informações necessárias à realização da democracia. A indústria jornalística é, para Gentili, “uma indústria que produz um direito” (p. 147).

Assim, como a informação dá acesso para os cidadãos à participação da esfera pública, aos debates políticos, ao conhecimento do poder publicizado, ela se torna peça elementar à efetivação dos direitos políticos. De que maneira o cidadão poderia ter acesso à vida política nacional se as informações acerca do conjunto das coisas públicas não ultrapassarem o perímetro da capital de um país, e do círculo restrito de sua elite política? De que modo poderiam ultrapassar esses limites senão mediadas de alguma forma? A ideia da democracia pressupõe a capacidade dos seres humanos de avaliar e julgar todas as questões públicas de forma autônoma e sem tutela¹.

Para além do acesso aos direitos políticos, as informações são chave de acesso também aos direitos civis e sociais, além de poder se constituir a si mesma enquanto direito. Vista como direito civil, o direito à informação é uma prerrogativa para os cidadãos se protegerem. Os direitos civis permitem a autonomia e a liberdade do cidadão de dispor de seus próprios recursos, tornando-o autônomo e capaz de se proteger. A informação é uma prerrogativa para que o cidadão tenha plenas condições de fazer suas escolhas. O cidadão poderá usufruir de sua liberdade na medida em que não lhe for omitida qualquer informação relevante para as suas tomadas de decisão. Enquanto direito civil, o direito à informação relaciona-se aos direitos à liberdade de expressão e manifestação. “É a forma como se manifesta presentemente a liberdade de manifestação e de expressão no contexto do Estado de direito.” (GENTILI, 2005, p. 134).

Como direito social, a informação é:

¹ Embora o jornalismo seja a atividade por excelência do direito à informação, não é a única. A escola também é uma instituição do Estado de grande contribuição para o direito à informação. A publicidade comercial, por outro lado, presta um papel dúbio ao direito à informação, uma vez que a informação passada oculta aspectos negativos da empresa ou mercadoria anunciada e o seu intuito está longe de ser o fornecimento de informação verídica ao cidadão, mas de convencê-lo a comprar aquela mercadoria e a confiar naquela marca.

toda aquela informação, de sentido social, indispensável para a vida em sociedade. Toda aquela informação concebida à semelhança da educação, como repasse de informação indispensável para o uso coletivo das conquistas humanas no campo social (GENTILLI, 2005, p. 131).

São informações que, assim como os direitos sociais em geral, implicam a obrigação do Estado de provê-los, como, por exemplo, informações acerca de saúde pública, prevenção de doenças, publicização de campanhas de vacinação, etc. Relacionando com os direitos sociais, a informação pode servir tanto para tornar público os direitos sociais – por exemplo, a difusão de campanhas de vacinação, de procedimentos para a participação em programas sociais, de informações acerca da qualidade das escolas e hospitais, etc –, ou pode se constituir, ela própria num direito social – como informações relativas a procedimentos para a prevenção de doenças –, situação em que direito à informação e direito social à saúde praticamente se fundem. Em todos esses casos, o fornecimento da informação é uma obrigação do Estado.

Enquanto um direito-meio, o direito à informação é entendido como um direito que não tem um fim em si mesmo, não tem sentido senão pela capacidade de facilitar ao cidadão o acesso aos demais direitos declarados. Em contraposição aos direitos fins – civis, sociais e políticos – o direito à informação seria capaz de localizar o cidadão na sociedade e potencializar o seu exercício da cidadania, sagrando-se necessário para a vida na democracia. O direito à informação constitui-se num direito de acesso à esfera pública e tem como antagônico o direito à privacidade, ou o direito do indivíduo de reservar para si seus assuntos da esfera privada.

Estabelecida essa compreensão de direito à informação, Gentilli propõe um modelo típico-ideal de jornalismo para que ele se efetive realmente como uma *indústria de direitos*. Seus pressupostos básicos são:

um jornalismo produzido em condições de oferecer, da melhor maneira possível, uma forma de conhecimento do mundo, que permita ao cidadão as condições de escolha quando se tratar de direitos políticos, que ofereça informações básicas – jornalismo de serviço – para o desenrolar cotidiano de suas atividades, que pense a práxis profissional no contexto amplo de ampliação da cidadania, do pluralismo, da liberdade, da democracia (2005, p. 143)

Entendido dessa maneira, os jornais seriam as instituições que forneceriam as informações públicas que, por sua vez, localizariam o cidadão na sociedade, permitindo o exercício dos demais direitos de cidadania. Desse modo, a liberdade de expressão, liberdade de imprensa e o direito à informação são direitos-chave para a democracia moderna. Esse modelo típico ideal é estabelecido segundo pressupostos básicos para seu funcionamento. Gentili escreve: “as potencialidades do jornalismo podem se realizar num ambiente de democracia, pluralismo e mercado”.

Entretanto, como será mostrado a seguir, tais reflexões não são suficientes para garantir de fato o exercício da democracia. Apesar de não haver nada em contrário a esses princípios declarados, existem obstáculos concretos que desafiam a sua efetividade.

1.2.1 Limitações da definição de direito à informação

À medida que o jornalismo, agora uma indústria, expande-se a partir de meados do século XIX, segue a lógica do livre mercado liberal. Imaginava-se que a aplicação do conceito do liberalismo de livre concorrência seria capaz de gerar uma escalada na busca da qualidade e aperfeiçoamento dos conteúdos informacionais e também um crescente equilíbrio, no jornalismo, na busca da melhor informação jornalística. Embora esse princípio pareça bom, não foi bem isso o que aconteceu.

Entrando na lógica comercial das empresas privadas, encontram possibilidade de crescer e ampliar seu público leitor. O objetivo central já não é mais a defesa de determinadas causas políticas, mas a busca por lucros. A expansão da venda de jornais é buscada mais para ampliar as receitas publicitárias do que por um princípio de ampliação do debate democrático. Não significa que os interesses políticos ficaram de lado, mas esses interesses não se vinculam diretamente aos partidos a que estão ligados, mas por ser o interesse do próprio jornal enquanto empresa capitalista.

Sem o compromisso da defesa direta de causas políticas e com a necessidade de constante crescimento, houve, com o *Penny Press*, uma diversificação das notícias, em busca do que pudesse atrair o interesse dos leitores, dando mais espaço para notícias sobre “os

tribunais, a polícia, os acontecimentos da rua, os acontecimentos locais” (TRAQUINA, 2004, p. 56). Essa é a época de grande crescimento do sensacionalismo.

A industrialização do jornalismo muda para sempre a história das comunicações e o processo intensifica-se com a invenção do cinema e dos meios eletrônicos de massa no século XX. Nesses novos meios, o jornalismo torna-se mais um elemento inserido em uma grande indústria de bens audiovisuais para a uma sociedade de massas, a indústria cultural. Ainda que o rádio e a televisão tenham nascido na Europa a partir de veículos públicos, e não por emissoras privadas como nos Estados Unidos, o processo de produção para esses meios se manteve industrial, intensificando essas transformações.

O jornalismo industrial, interessado em temas diversos capazes de captar o interesse do leitor, termina por provocar mudanças na esfera pública. Habermas afirma que a esfera pública, que fora aquele espaço privilegiado de debates de interesse público nos séculos XVIII e XIX, passou por transformações. Com a indústria cultural, à medida que a esfera pública avança para o âmbito do consumo, a linha fronteira entre a esfera privada, do homem e de seus negócios e a esfera pública, a reunião dos desses homens em público, é apagada.

Se as leis de mercado e do trabalho social penetrarem na esfera reservada às pessoas privadas enquanto público, o raciocínio tende a se converter em consumo e o contexto da comunicação pública se dissolve nos atos estereotipados da recepção isolada. (HABERMAS, 1984, p. 191).

Essa redução do raciocínio e da comunicação em favor do consumo faz a opinião pública tender a sua dissolução. Atadas ao mercado, a oferta de informações ao invés de buscar o interesse público, busca a satisfação de interesses pessoais, tal como as mercadorias de modo geral.

Nessa mesma perspectiva, Marilena Chaui (2006), analisando a televisão brasileira, adverte que os recursos usados pelas mídias privadas provocam “a destruição da esfera da opinião pública” (p. 5). Nos programas jornalísticos, os jornalistas televisivos priorizam perguntas de assuntos pessoais, de intimidades, de gostos e preferências dos entrevistados, ao invés de questioná-los acerca de como analisam determinado evento. Os fatos cedem lugar a declarações de “personalidades autorizadas” que as analisam sob critérios de preferências e

gostos, e não com critérios que enriqueçam o debate público. A autora questiona:

Qual a base de apoio da credibilidade e confiabilidade? (...) Trata-se do apelo a intimidade, à personalidade, à vida privada como suporte e garantia da ordem pública. Em outras palavras, os códigos da vida privada, abolindo-se a diferença entre espaço público e privado (CHAUI, 2006, p. 9).

Ela critica, por exemplo, quando jornalistas ao invés de indagarem aos seus entrevistados como julgam um determinado assunto, perguntam como eles se sentem, o que acham, se lhes agrada ou não, ou seja, interrogam muito mais sobre questões da intimidade da pessoa do que realmente sobre a atividade em que ela está envolvida. A autora prossegue afirmando que o apelo ao gosto e preferências sociais acabam por dissimular as relações sociais e políticas, mediadas por instituições sociais e políticas. As relações pessoais, nas quais as televisões apelam em seu jornalismo, por sua vez, são relações imediatas, regidas por sentimentos e emoções. A consequência dessa forma de se fazer jornalismo é a destruição da opinião pública, elemento central às democracias. “Em lugar de opinião pública, tem-se manifestações públicas de sentimentos” (CHAUI, 2006, p. 10).

Existe um certo exagero na concepção de Chaui em fazer uma associação rígida entre emoção e interesse privado contrapostos ao interesse público, vinculado à racionalidade, e em considerar a transposição entre esferas privadas e públicas como necessariamente nocivas. Há de se considerar o exemplo dos movimentos feministas, que denunciam o controle sobre a sexualidade da mulher e a violência doméstica. Esses são exemplos de opressões sofridas na esfera íntima da família, que as feministas lutam para pautar na esfera pública de forma a poder problematizá-las e combatê-las. Também o apelo emotivo e a dramaticidade de histórias singulares de mulheres vítimas de violência de gênero, como Maria da Penha Maia Fernandes², tornam-se emblemáticas e ajudam a pôr em discussão um tema tão relevante. Portanto, a transposição da esfera pública pela privada não é necessariamente nociva. O problema apontado por Chaui pode ser mais bem compreendido se observado a partir de outra perspectiva.

² Maria da Penha Fernandes é uma farmacêutica bioquímica que em 1983 foi vítima do seu então marido, com um disparo de arma de fogo, que a deixou paraplégica. Seu caso pôs em evidência a forma como a violência contra a mulher era tratada pela justiça brasileira e sua luta por uma legislação específica contra esse tipo de violência a tornou símbolo da luta feminista. Mais em: <<http://www.mariadapenha.org.br/index.php/mariadapenha/historia.html>>.

1.3 Jornalismo, conhecimento e cotidiano

Adelmo Genro Filho (1987) adota uma divisão da realidade segundo suas dimensões singular, particular e universal, oriunda da dialética de Hegel e incorporada ao método marxista, ao qual é filiado. A singularidade é a dimensão mais imediata e efêmera. É a forma como a realidade apresenta-se para a percepção, a sua forma aparente. Universal é a realidade entendida pela razão humana por meio de um método – a ciência por exemplo. Surge da observação ou experimentação sistemática dos fenômenos, relacionados uns com os outros até que se possa compreendê-lo sob todos os seus aspectos de forma universal. O particular é uma forma intermediária em que a realidade é compreendida dentro de um determinado contexto, que ainda é um recorte, mas que já não é apenas a aparência crua e imediata da realidade.

O jornalismo como forma de conhecimento, diferente das ciências, não é dedicado ao universal. Ele nutre-se do singular. Segundo Genro Filho:

O critério de uma informação está indissoluvelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo da sua singularidade. Mas o conteúdo da informação vai estar associado – contraditoriamente – à particularidade e à universalidade que nela se propõe. O singular, então, é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram *superados*. O particular e o universal são negados em sua preponderância e autonomia e mantidos como o horizonte do conteúdo.” (GENRO FILHO, 1987, p 163).

O jornalismo alimenta-se daquilo que se apresenta da realidade de imediato, um determinado acontecimento que é trabalhado dentro do método do jornalismo e então caminha – pelo menos deveria ser assim –, para uma compreensão desse acontecimento na particularidade do assunto que ele suscita. Assim, Genro Filho considera que a forma da escrita jornalística deveria expressar o caminho do método do conhecimento do jornalismo. A pirâmide invertida tem no *lead* a expressão mais singular da realidade e que, à medida que o texto segue, vai ao encontro de seu aspecto particular.

No entanto, nem sempre o jornalismo trabalha os acontecimentos dessa maneira. Muitas vezes, como o que ocorre com o sensacionalismo, a realidade é tratada apenas sob a sua dimensão singular. Não é disposta apontando para os seus aspectos particulares. Encerra toda a realidade nos seus aspectos mais imediatos e singulares.

A percepção do mundo como um agregado de coisas e eventos independente de livre arbítrio metafísico como pressuposto das ações individuais, da 'norma' e do 'desvio' como padrões éticos de referência, a concepção mística do acaso e do destino, as ideias da 'ordem' e 'perturbações' como categorias de análise social, a impressão de naturalidade e eternidade das relações sociais vigentes, tudo isso já está contido no senso comum e é reproduzido e reforçado pela radicalização do singular. Não apenas enquanto omissão, mas como presença real – embora subjacente – no tecido da singularidade extrema (GENRO FILHO, 1987, p. 197).

Assim trabalhado, o acontecimento encerra-se em si mesmo, nas suas singularidades, e perde-se na sua própria efemeridade.

Não é apenas o sensacionalismo que carrega essa marca da singularidade extremada. Esse vício também é encontrado nos “assuntos sérios”, como demonstrou Marilena Chaui ao demonstrar como o jornalismo tende a simplificar as opiniões dos entrevistados a uma questão de gostos e preferências individuais, que atrairiam mais a atenção dos leitores ou telespectadores.

A simplificação do argumento em favor do gosto, ou a ação de tomar a opinião de um entrevistado apenas como um dado que ela aponta, não deve ser entendida apenas como uma transposição da esfera privada para a pública, mas também como uma forma de tomar dos argumentos e das opiniões apenas a sua dimensão mais singular: “Fulano concorda”, “Ciclano condena os atos”, “Beltrano nega”. Como o entrevistado “se sente” é a expressão mais imediata da sua opinião, que não é buscada na sua complexidade.

Assim, paralelamente, a questão não é tratada com a profundidade necessária, expondo a realidade aos códigos do senso comum, ao mesmo tempo em que as versões oficiais ou de especialistas – que podem ter sido, inclusive, escolhidos exatamente para expressar um pensamento que o veículo quer que seja enfatizado – são dadas sem o devido tratamento. Dessa forma, está disposto ao público um pacote de dados singulares, um recorte da realidade na sua versão mais aparente, para que ele possa, supostamente, formar sua opinião com aquilo que não lhe dá escolhas: ou deixar-se acreditar na versão da personalidade autorizada – fonte oficial ou especialista – ou tentar opor-se sem a devida capacidade de argumentar em contrário.

Quanto aos especialistas, muitas vezes eles próprios são vitimados pelo imediatismo

do jornalismo, sendo consultados para opinar sobre algo que acabou de acontecer – ou que talvez nem mesmo tenha acabado, pois ainda está acontecendo. A ele não é concedido o tempo e o afastamento do assunto que seus métodos de conhecer a realidade lhe exigem e acaba por responder às perguntas dos repórteres de maneira genérica e incompleta, para não se comprometer com opiniões precipitadas.

Esse vício, o da singularidade extrema, é justamente o que Perseu Abramo chamou de *fragmentação*, um dos padrões de manipulação da grande mídia que ele identificou (2003). A fragmentação é a tomada da realidade num apanhado de dados singulares descontextualizados. Dados que não se ligam entre si. Podemos, portanto, chamar essa tarefa de encontrar a dimensão particular da realidade, partindo do seu aspecto singular de *contextualização*. A descontextualização, segundo Perseu Abramo:

é uma decorrência da seleção de aspectos. Isolados como particularidades [singularidades, nos termos de Genro Filho³] de um fato, dado, a informação, a declaração perdem todo o seu significado original e real para permanecer no limbo, sem significado aparente, ou receber outro significado, diferente e mesmo antagônico ao significado real original (2003. p. 28).

Suponhamos, por exemplo, que esteja em discussão no Congresso Nacional um projeto de lei que mude as regras da previdência. Poderemos ver num telejornal uma matéria bem detalhada, mostrando como se move o governo para fazê-lo ser aprovado. Até que ponto o governo cede para a oposição, como negocia com a sua frágil base aliada, que vacila em aceitá-la. O governo pode valer-se da oferta de cargos, de apoio para um determinado candidato nas próximas eleições, votos em favor da aprovação de outro projeto que também esteja em pauta e que interessa a seus aliados. Congressistas de diferentes partidos podem receber até o mesmo tempo de fala nas entrevistas, no entanto, isso não necessariamente significa que o assunto foi devidamente tratado. A suposta discussão mencionada ainda está restrita aos debates na sociedade política. Faltou tratar do que na verdade é o mais relevante: o que mudaria com essa lei? Quem sairia beneficiado ou prejudicado com essa mudança entre os diversos setores sociais? O que mudaria na vida dos aposentados e pensionistas? Como afetaria as finanças públicas? Faltaria ouvir, nesse caso, economistas, aposentados e sindicatos. Como essa questão está sendo debatido entre os sindicatos? Dizer que a central

³ Perseu Abramo usa uma linguagem mais livre. As particularidades apontadas por Abramo se enquadrariam, dentre as três dimensões da realidade, apontadas por Genro Filho, na singularidade.

sindical X ou Y é a favor ou contra, simplesmente não basta. Mesmo entre os economistas entrevistados – os especialistas –, haverá discordâncias e diferentes pontos de vista acerca do projeto.

O real, para Genro Filho, é matéria-prima do jornalismo, não o seu produto. O jornalismo não é ciência. O jornalismo deve abordar as questões extraídas da realidade, levá-la a uma problematização, induzindo o expectador a raciocinar sobre aquele assunto, inserido na complexidade particular daquele tema, exposto ao seu contraditório. Ele afirma:

Qualquer conhecimento é tanto revelação como atribuição de sentido ao real; assim como a projeção subjetiva não pode ser superada da atividade prática, a revelação das significações objetivas não pode ser separada da atribuição subjetiva de um sentido à atividade (1987, p.66).

O jornalismo não é simplesmente uma janela pela qual o leitor teria acesso ao mundo real, mas um processo que implica a incidência de subjetividades impossíveis de separar. A tarefa da síntese, no entanto, é entregue ao leitor ou ao expectador. Se considerarmos o jornalismo como uma forma de conhecimento, ao mesmo tempo em que atribuímos a essa atividade a tarefa de munir o cidadão de informações acerca da realidade, para que ele possa finalmente pensar por si, o conhecimento do jornalismo não se completa senão com o cidadão leitor ou expectador.

Compreender o jornalismo como uma forma de conhecimento, capaz de se valer de acontecimentos do cotidiano para suscitar o debate dos temas que os circundam é uma referência de prática de jornalismo realizável para cumprir a sua tarefa relacionada ao direito à informação, que nos permite observar o jornalismo além da verificação de formalidades consagradas da prática jornalística, como ausência de adjetivação ou equilíbrio na escolha das fontes. Estar informado é uma condição para que o cidadão possa exercer livremente seus demais direitos e, seguindo o pensamento iluminista que inspira a ideia de direito à informação, pode-se considerar estar *informado* como prerrogativa para estar *esclarecido*. Logo, pensar no jornalismo enquanto o principal veículo do direito à informação leva-nos a entender a perspectiva de Genro Filho como necessária.

1.3.1 Cotidiano e ideologia

No entanto, as distorções dessa tarefa, o rebaixamento ao sensacionalismo, a simplificação ou a fragmentação, não ocorrem por acaso no jornalismo. As determinações econômicas que pesam sobre as empresas jornalísticas inserem uma lógica ideológica em seu interior. A partir de sua organização econômica, esses veículos não são apenas organizações observadoras e comentadoras desinteressadas da realidade, mas também organizações inseridas em um mercado de trocas simbólicas e devem ser capazes de atuar nos jogos de forças dos mercados de consumidores – leitores/espectadores – e de anunciantes, desvencilhando-se da concorrência pela sua própria sobrevivência.

Embora o mercado seja, no capitalismo, por princípio, um espaço de livre disputa e aberto a todos, os fins daqueles que disputam nesse espaço não é o interesse coletivo ou o alargamento da cidadania e o monopólio daqueles que conquistam o maior espaço do mercado fecha as portas de entrada desse ambiente para os demais atores. Reduzidas à propriedade de um pequeno grupo de grandes conglomerados de comunicação, as empresas jornalísticas passam a usar desse espaço em prol de seus interesses privados. Sob o modelo de controle privado dos veículos de comunicação, ao longo do século XX, as práticas do jornalismo não chegam a cumprir seus compromissos idealizados.

O modelo privado de comunicação fez de cada veículo uma empresa, e numa sociedade em que os principais dilemas políticos representam uma disputa entre as classes sociais, esses veículos acabam por representar os interesses dessa classe empresarial, enquanto a classe trabalhadora não tem sua voz representada. Segundo Patrick Charaudeau, esse modelo de comunicação acabou por seguir:

uma lógica econômica que faz com que todo organismo de informação aja como uma empresa, tendo por finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca dos bens de consumo – os meios tecnológicos acionados para fabricá-lo fazendo parte dessa lógica –; e uma lógica simbólica que faz com que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública (CHARAUDEAU, 2006, p. 21).

O jornalismo, dessa forma, perde a sua capacidade de análise dos eventos, ou mesmo

omite informações que permitam aos leitores e a audiência interpretar os eventos plenamente. A autonomia de pensamento do cidadão é determinada pelo repertório das informações, truncadas de acordo com interesses específicos. Ainda que existam veículos de imprensa diversos, Pierre Bourdieu afirma que a concorrência internalizada nas redações, ao invés de pressionar pela diversificação, acaba por promover o contrário, a homogeneização dos jornais. O autor ilustra como essa lógica passa a ser internalizada pelos jornalistas nas redações:

A concorrência econômica entre as emissoras ou jornais pelos leitores e pelos ouvintes, ou, como se diz, pelas fatias de mercado realiza-se concretamente sob a forma de uma concorrência entre os jornalistas, concorrência que tem seus desafios próprios, específicos, o *furo*, a informação exclusiva, a reputação na profissão etc., e que não vive nem se pensa como uma luta puramente econômica por ganhos financeiros, enquanto permanece sujeita às restrições ligadas à posição do órgão de imprensa considerado nas relações de força econômicas e simbólicas (BOURDIEU, 1997, p. 58).

Essa lógica ideológica internalizada nas redações, no entanto, não é uniforme. Há, dentro das redações, hierarquias e contradições de classe. Os jornalistas que entram nas redações carregam consigo suas visões de mundo trazidas de suas vivências e formação anteriores. Essas visões, por sua vez, são colocadas sob constrangimentos do mercado de trabalho, o qual exige um imediatismo que não permite o devido afastamento dos acontecimentos, que induz a uma interpretação dos acontecimentos que não vai além do senso comum. Há também, de acordo com Sylvia Moretzsohn, uma maior valorização dos profissionais que melhor representam em seus textos as visões de classe se seus chefes. Entrementes, Moretzsohn defende que, apesar da força desses constrangimentos ao jornalista, essas contradições sempre deixarão brechas por onde o pensamento crítico pode entrar (MORETZSOHN, 2007).

Considerando o pressuposto de jornalismo como uma forma de conhecimento proposto por Genro Filho, Sylvia Moretzsohn faz uma crítica contundente do jornalismo no seu livro *Pensando contra os fatos* (2007). Ela demonstra como a automatização das práticas jornalísticas nas redações naturaliza não apenas as técnicas da produção jornalística como também os relatos dos jornais. Do ponto de vista da fenomenologia, ao se deparar com a complexidade do mundo, o ser humano tem a tendência de naturalizar certas determinações da vida para a superação da suspensão da dúvida, com o propósito de fazer o mundo parecer previsível ao indivíduo, de forma que ele possa fazer projeções para o futuro:

O que, por sua vez, implica a hipótese profundamente enraizada no senso comum de que, até segunda ordem, o mundo vai continuar sendo, essencialmente, o mesmo: é o que nos faz “pensar como sempre”, permitindo a antecipação de nossas atitudes e a idealização de projetos, com base em experiências bem sucedidas realizadas em condições semelhantes (MORETZSOHN, 2007, p. 48).

Moretzsohn cita também Mészáros, que da sua perspectiva marxista, não poderia deixar de mencionar a relação com a estrutura socioeconômica para explicar a constituição do senso comum. Mészáros explica que, devido à prolongada vigência da ordem estabelecida, o senso comum apenas identifica na “estrutura comum de referência” aspectos que são relativamente estáveis da sociedade e do sistema produtivo, levando-o a interpretar qualquer mudança como inviável. Mas é em Lukács que Moretzsohn encontra a melhor definição para o cotidiano para o seu trabalho. Embora pareça ser o ambiente da ausência de história, o cotidiano é, como na metáfora de Lukács, como um grande rio, ao mesmo tempo fonte e desaguadouro das formas superiores de recepção e reprodução da realidade, como as artes e a ciência. Essas formas de conhecimento respondem às demandas práticas surgidas do cotidiano.

A forma do conhecimento do jornalismo, como demonstrou Genro Filho (1987), não se propõe a buscar a essência das coisas, nutre-se dos eventos singulares da vida na produção das notícias e busca também, desses eventos, as perguntas do senso comum na busca do que o público procura saber dele. Dessa forma, Moretzsohn afirma que:

o jornal busca apagar sua posição de mediador e esconde o papel que deveras cumpre, sugerindo que interessa ao público o que interessa ao próprio jornal – isto é, às forças que o sustentam e controlam; daí a falácia da evocação do 'direito (público) de saber', que oculta as escolhas praticadas no âmbito da empresa jornalística, de acordo com interesses raramente perceptíveis. Quanto ao público, pressupõe uma concepção que costuma ser exatamente isso: um pressuposto, baseado nos estereótipos e preconceitos do senso comum, que tentem por isso mesmo a ser reforçados, de tal modo que o público supostamente saber é o que ele efetivamente já 'sabe' – e tem a apaziguadora sensação de ver confirmado todos os dias no noticiário, sem perceber o processo de produção do sentido que o jornalismo opera para (re)apresentar esse mundo tal qual é (2007. p. 133 e 134)

Assim, a novidade que o jornalismo propõe-se a apresentar diariamente nos noticiários restringem-se aos efêmeros acontecimentos singulares que se seguem, um após o outro, e que

mostram um mundo “que não para”, constituído de uma sucessão de fatos que não trazem essencialmente nada de novo no mundo, a não ser os próprios fatos que sucedem. Esse ciclo perpetua-se nas rotinas produzidas nas redações, nas quais a pressa imposta aos jornalistas não favorece sua ruptura. “O resultado é uma simplificação do próprio jornalismo que assim se condena ao mundo das aparências e passa a forjar uma realidade adequada aos cânones ideológicos industriais que conformam as rotinas de produção” (p. 134).

A retórica da objetividade e da imparcialidade do jornalismo também é criticada pela autora. O discurso oriundo do *Penny Press*, surgido a partir de meados do século XIX nos Estados Unidos e na Inglaterra, alega que o jornalismo tem o papel de revelar os fatos, sem aplicar juízos de valor sobre eles, colocando-se como intermediários neutros com os leitores autônomos que usariam de sua capacidade de pensar por si próprios para interpretar tais fatos.

Os jornalistas estão, portanto, dedicados à tarefa de “ouvir os dois lados” para contemplar os diferentes interesses relacionados a um determinado evento. A tarefa de ouvir os dois lados torna-se, entretanto, uma mera formalidade, que tanto não é capaz de atingir esse pretensão equilíbrio quanto exime o jornalista de se aprofundar no tema tratado em busca da verdade, parando onde encontra o contraditório. Esse fato é reforçado pelo uso das aspas no jornal, que o protege da responsabilidade sobre aquela informação, ou podendo ser usado, até mesmo, como um recurso que enfatiza um determinado ponto de vista, embora exteriorizado na fonte entrevistada.

A isenção do jornalismo, dessa forma, mostra-se mais no sentido de isentar o jornalista sobre aquilo que o jornal difunde. Ao conjunto dessas práticas a autora chama de “jornalismo de mãos limpas” (p. 119), em que o jornalismo, em sua retórica, apenas revela fatos, sem sujar suas mãos com as consequências daquelas informações.

Essas, entre outras práticas apresentadas pela autora, são determinações do processo de alienação, como em qualquer outra prática produtiva no capitalismo. O senso comum, ou o senso resultante das práticas cotidianas nesse sistema, integram-se a todos os espaços da vida social. No entanto, esse processo não se realiza integralmente, deixando sempre brechas por onde o senso crítico pode se inserir.

Por isso, a autora defende que os jornalistas devem praticar constantemente um “exercício de suspensão da cotidianidade” (p. 245) que os permita, na consciência dos

constrangimentos constantes que encontram na prática de sua profissão que os induz a reproduzir essas mesmas práticas. “O jornalista estaria, então, diante do desafio de preservar sua capacidade de oferecer resistência à voracidade da máquina midiática na qual está inserido como profissional, recuperando a ideia de que uma redação de jornal é um campo de luta” (p. 249 - 250). A crítica de Moretzsohn é sobre a automatização das rotinas produtivas do jornalismo, fazendo com que a atividade do jornalista se inscreva na cotidianidade, tornando o exercício de isenção do jornalista inscrito dentro de uma visão de mundo do senso comum. A proposta de suspensão da cotidianidade, por outro lado, é uma busca de um distanciamento das interpretações cotidianas da realidade, e não dos “fatos” – que não existem por si só, independentes de interpretações. A objetividade do jornalismo idealizada não existe senão inscrita dentro de uma visão de senso comum da qual, aqui sim, o jornalista deve buscar o distanciamento.

As limitações concretas que se apresentam na efetivação do direito à informação fazem com que as formulações desse direito não se apresentem como algo muito além de meras idealizações, que não têm meios de se concretizarem dentro da realidade posta no contexto do regime de produção capitalista. De forma geral, os direitos civis necessitaram ser complementados com os direitos sociais e políticos para que as suas promessas de liberdade e igualdade pudessem ter um mínimo de efeito. O direito à informação, embora possa ser pensado na perspectiva dos direitos sociais, tem dimensão restrita. Sua promessa de alargar a cidadania e fornecer meios de acesso a outros direitos dão-se de uma maneira muito tímida. Publiciza, sim, os acontecimentos relativos ao Estado e assuntos de interesse público, mas de maneira limitada.

1.4 Comunicação e jornalismo público

Embora a cidadania moderna tenha nascido a partir da movimentação das elites, seu desenvolvimento subsequente foi fruto de demandas da classe trabalhadora que, uma vez organizada, passou a intervir e também a reivindicar mais direitos para si, gerando reações conservadoras das elites. O resultado que se tem disso hoje é a cidadania como uma construção inacabada e cheia de contradições. A reivindicação de medidas concretas que

dessem efetividade aos direitos civis por parte da classe de não-proprietários ao longo do desenvolvimento da cidadania evidencia as contradições emergentes de um sistema que implanta status de igualdade entre os indivíduos em uma sociedade socialmente desigual.

Essas contradições também se evidenciam quando tratamos do direito à informação. Bloqueadas por limitações concretas, distanciadas da realidade, essas formulações sobrevivem como idealizações. Para pensar uma prática jornalística para o exercício da democracia e da cidadania, portanto, deve-se necessariamente contemplar formulações acerca da propriedade desses veículos, o papel do Estado e da sociedade civil. Se a concorrência entre empresas jornalísticas não conseguiu servir ao propósito da busca pelo equilíbrio de informações e aperfeiçoamento do jornalismo; a colaboração das comunicações comunitárias ou das redes virtuais devem ser legitimadas e estimuladas como formas de produção alternativa. Se a propriedade privada dos veículos de comunicação resultou numa apropriação privada do espaço público dos interesses coletivos, a comunicação pública deve ser desenvolvida para que, assim como na educação, o Estado deva intervir em prol do estabelecimento de condições concretas para o exercício pleno da desse direito.

Diferentemente dos direitos civis e políticos, que estabeleciam princípios jurídicos que conduzem a vida em sociedade e ditam os limites da atuação estatal, os direitos sociais reivindicam a atuação do Estado para o seu cumprimento e providência. Na mesma medida, reivindicar o direito a informação deve ir além de um princípio declarado e deve conter junto a reivindicação de uma atuação do Estado, tirando-se assim da tutela das forças de mercado que, atualmente, dominam a manipulação e a circulação da informação. Se o direito à informação pode ser entendido como um direito-meio para o exercício dos demais direitos – sociais, políticos e civis – deve haver um meio que garanta a plena efetivação desse direito.

Resulta desse raciocínio a nossa visão sobre a comunicação pública. Comunicação realizada em veículos públicos de comunicação que não dependam dos mesmos mecanismos comerciais que impõem constrangimentos à prática jornalística. Veículos que, embora não devam ser mantidos diretamente pelo Estado – como veremos no próximo capítulo –, o Estado deve responsabilizar-se por garantir sua existência. Danilo Rothberg (2011) em seu estudo sobre o jornalismo em veículos públicos escreve:

A alternativa historicamente construída pelas democracias maduras para enfrentar as falhas de um livre mercado de comunicações vem da atuação do Estado. As instituições requeridas neste contexto devem possuir o porte

compatível com a dimensão das consequências envolvidas no processo de decisão das complexas sociedades atuais. Daí a necessidade da criação de empresas públicas para gerir fóruns de livre circulação de pensamento. Afinal, os direitos nessa área, como em muitas outras da vida em sociedade – assim os reconhece a teoria da democracia participativa –, requerem a construção e a manutenção, pelo Estado, de estruturas apropriadas destinadas a lhes proporcionar existência efetiva, sem a ameaça de coerção proveniente tanto do próprio Estado quanto do mercado (p. 20).

Não se trata aqui do Estado autoritário que usa seu poder para atuar como censor dos veículos de comunicação. Essa forma de intervenção do Estado há muitos anos é rejeitada em nome da liberdade de expressão. Trata-se do Estado como promotor de políticas que garantam oportunidades de expressão que são cerceadas por forças de mercado em veículos privados. Um Estado que garanta a existência de um espaço público e democrático em que qualquer expressão seja garantida, em que nenhuma parte seja capaz de impedir a fala de outra, em nome de qualquer interesse que seja, e que tenha o direito fundamental à informação como fundamento. Rothberg completa:

O direito informação, fundamental para o exercício dos direitos civis, políticos e sociais que compõem a cidadania modernamente construída, deve ser provisionado, porque representa um bem maior, do qual o país como um todo precisa para atingir elevados níveis de qualidade de vida desejados como atributos coletivos. (p. 21).

Na radiodifusão, esse papel provedor do Estado se faz ainda mais importante. O espectro eletromagnético, por onde trafegam os sinais de transmissão das rádios e televisões, em sinal aberto é limitado, não permitindo um número muito grande de veículos. Além disso, a audiência dos veículos eletrônicos é muito mais significativa do que a leitura de jornais e revistas em países como o Brasil, em que o povo está mais familiarizado com a oralidade do que com a leitura. Por fim, esses veículos eletrônicos não se ocupam apenas de jornalismo, mas também de uma série de variados produtos culturais audiovisuais, tornando a relevância da atuação estratégica do Estado nesse meio mais abrangente do que apenas na questão do direito à informação.

A limitação do espectro eletromagnético para a transmissão e a necessidade de regulamentá-lo é que torna esse espaço explorado apenas por meio de concessões cedidas pelo Estado. Portanto, não é apenas por meio da intervenção positiva que o Estado pode atuar em prol do direito à informação. Essa regulamentação sobre o uso desse espaço também motiva

um cuidado maior por parte do Estado. Rothberg afirma que exigir uma regulamentação, todavia, não deve ser interpretado como censura aos veículos que se utilizam desse espaço, mas justamente como garantia de que não se formem oligopólios privados que, por sua submissão às necessidades de mercado, restrinjam as possibilidades de expressão, já que oligopólios na indústria da comunicação também pode significar monopólios da fala. Dessa forma, não apenas o Estado é potencial censor, mas também as próprias empresas de comunicação o são. Ele afirma:

O princípio liberal de liberdade de informação não pode servir de pretexto para a restrição dessa mesma liberdade por companhias de mídia que se revelam, afinal, censores privados. Liberdade de imprensa não pode significar apenas liberdade de empresa – isto é, não deve servir de argumento para administradores de empresas de mídia defender um sistema que se mostra extremamente útil para a constituição de impérios baseados na negação sistemática a pluralidade democrática – e de visões diferentes – e na ampliação dos meios de exercício da censura privada (p. 26).

Com a comunicação pública, o Estado não é visto apenas como potencial algoz, mas também como promotor do direito à informação. Frente ao princípio da liberdade de expressão, que vê o Estado como possível censor que deve abdicar de exercer seu poder coercitivo, a atuação positiva do Estado, investindo na comunicação pública, demonstra que o conjunto de direitos que formam o sistema da cidadania também apresenta suas contradições em sua interface com a comunicação.

A comunicação pública apresenta-se como uma possibilidade de contornar os problemas resultantes da predominância dos veículos privados. Ela apenas faz sentido se propiciar que a atividade jornalística possa acontecer de forma livre para a realização do direito à informação. Que não a torne refém da necessidade de lucrar, o que poderia sujeitar seu jornalismo a busca da maior vendagem ou da maior audiência. Que garanta um ambiente de atividade livre e democrático para os jornalistas, comprometido com o direito à informação, sem obrigá-los a submeter seu trabalho aos interesses do detentor do veículo.

É uma comunicação que pode acontecer livre de uma estrutura econômica que internalize uma determinada lógica ideológica capaz de interferir no jornalismo, livrando os jornalistas da automação das rotinas produtivas e permitindo-os prezar pelo resultado de seu trabalho, sem que pressões sobre sua produtividade possa se sobrepor. Um ambiente de trabalho que possibilite ao jornalista praticar o exercício de “suspensão da cotidianidade”

proposto por Moretzsohn (2007).

2 TELEVISÃO PÚBLICA

2.1

1.1. Televisão pública e sua interface com o poder público

Uma conceituação simples de “público” poderia ser resumida numa frase: algo que é comum a todos, mas não pertence efetivamente a nenhuma pessoa em particular (STEVANIM, 2007). A rigor, o conceito refere-se ao Estado moderno. É, *grosso modo*, oriunda da luta da burguesia contra a ordem feudal estabelecida e do pensamento iluminista. O Estado é entendido como uma instituição que dá conta da coisa pública – a *res publica* –, aquilo que é de todos. É desejável, dessa forma, que o Estado não seja governado segundo a vontade exclusiva do monarca, mas por um regime de poder orientado pelos cidadãos e pela da vontade coletiva destes (BOBBIO, 1992).

Outro modo de conceber o termo “público” advém do conceito de “esfera pública”, trabalhado por Jürgen Habermas (1984). A esfera pública, segundo o autor, é o conjunto de “pessoas privadas reunidas em um público” (p. 42) e contrapõe-se à esfera privada, da família e dos negócios. Nessa abordagem, o público não se refere ao Estado, mas sim a um intermediário entre a esfera privada e a esfera do poder público, onde estão o Estado e a corte (p. 45). Retomando ao brevíssimo esquema histórico, entendemos fundamental esclarecer que Habermas cria essas definições baseado na sociedade europeia do século XVIII. Para ele, a esfera pública, que seria bem definida do século XVIII foi se transformando nos séculos subsequentes (p. 45). No sentido original, seria uma esfera das pessoas privadas em um ambiente em que estão todos visíveis e compartilham algo. Essa é uma abordagem que põe em cena a burguesia, por fora do Estado, ainda que se reivindique regulamentada por ele.

Habermas afirma que quando os jornais ingleses do século XVIII assumem um papel político, os seus comentários que fazem à coroa e ao parlamento modificam o caráter do poder público. Ao ser chamado a responder aos comentários, esse poder torna-se público em duplo sentido: no sentido de Estado e no sentido da visibilidade que adquire ao ser alvo dessas discussões públicas. Reunindo essas duas aproximações, podemos dizer que aquilo que é estatal é público, embora nem tudo o que é público seja estatal.

Habermas assume uma visão pessimista com relação aos efeitos da indústria cultural. Para ele, o advento desta indústria transformou o público que pensa cultura num público que consome cultura. À medida que os negócios passam a ser prioritários na produção e na circulação de bens culturais, o “raciocínio se converte em recepção isolada” (p. 108), transtornando a esfera pública:

O modelo de esfera pública burguesa contava com a separação rígida entre setor público e setor privado; a esfera pública das pessoas privadas reunidas num público, que fazia a mediação entre o Estado e as necessidades da sociedade era computada ela mesma no setor privado. À medida que o setor público se imbrica no setor privado, este modelo se torna inútil (p. 108).

Assim, Habermas defende o modelo de esfera pública como intermediário entre a esfera privada e a esfera do poder público com o domínio do raciocínio e da razão.

Com essa reflexão inicial, tentaremos trabalhar com as definições correntes de televisão pública para a realidade brasileira. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 223 (BRASIL, 1990), aponta a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal. No entanto, inexistente legislação ou regulamentação complementar esse artigo que esclareça o sentido de cada uma dessas expressões.

Entendemos o termo *sistema*, utilizado na constituição, como o conjunto de emissoras de rádios e televisão, entidades produtoras de conteúdo e a estrutura tecnológica utilizada pelas emissoras. E a esse *serviço* comunicação, baseado na difusão de sons e imagens por ondas de rádio, cabo ou satélite, chamamos de *radiodifusão*.

Segundo Bucci (2008a), para o brasileiro é até mesmo difícil imaginar como seria uma televisão pública devido à presença hegemônica do setor privado na constituição da televisão brasileira. Definir televisão privada é mais simples, é a empresa privada de comunicação concessionária de um canal de radiodifusão, sustentada financeiramente pela venda de espaços para propaganda comercial no meio de sua programação. Por se sustentar pela propaganda, a televisão privada enxerga sua audiência como consumidores e os segmenta como tal. Audiências sem poder de consumo significativo não despertam grande interesse a ela. Por esse seu caráter, *televisão privada* é tida no Brasil como o mesmo que *televisão comercial* e pela sua hegemonia no quadro midiático nacional, seu formato é o modelo que o

brasileiro tem de televisão. “Aqui televisão comercial virou sinônimo de televisão. Dizer televisão comercial é como cair num pleonismo” (BUCCI, 2008^a, p. 256). O deslizante conceito de público torna-se ainda mais escorregadio em razão do anacrônico ambiente legal brasileiro. Isso ainda se acentua pela dificuldade de compreensão dos diversos sistemas de radiodifusão não-comerciais, como veremos a seguir.

Em alguma medida, poderíamos afirmar que mesmo os veículos comerciais de televisão, em última instância, têm algum caráter público. Legalmente, porque são concessionários de um serviço que utilizam o espectro eletromagnético, que é regulamentada pelo poder público, e têm de cumprir com obrigações constitucionais. As emissoras privadas são, portanto, empresas concessionárias que prestam – ou deveriam prestar – um serviço público. De outro modo, a constituição da esfera pública brasileira existe efetivamente, em grande parte, por meio da presença das emissoras privadas de rádio e televisão, hegemônicas no setor. A recusa da suficiência desse caráter público, no entanto, é resultado da percepção dos problemas apontados no capítulo 1 deste trabalho.

Excluindo a radiodifusão privada, a amplitude de possibilidades de enquadramento de “público” ainda é muito ampla. O termo “campo público” foi cunhado pelas entidades participantes do Fórum Nacional de TV’s Públicas⁴. Os participantes desse fórum – dirigentes de televisões legislativas, culturais, educativas, universitárias e comunitárias, além de acadêmicos e entidades da sociedade civil que discutem a comunicação pública – encontraram um consenso amplo o suficiente para caber todas as diversas formas de organização dedicadas à radiodifusão não-comercial.

Numa outra abordagem, muitos autores consideram que um veículo de comunicação estatal, de propriedade e controle direto do Estado, não deve ser considerado um veículo público. Partem da concepção de público, derivada do pensamento de Habermas, que destaca a necessidade de a esfera pública estabelecer-se em um ponto intermediário entre o Estado e o interesse privado. Uma emissora pública deve ser independente do Estado, mas reúne em público um conjunto de pessoas privadas. Concebem o sistema público não-estatal, ou seja,

⁴ Duas edições do Fórum Nacional das TV’s Públicas foram realizadas. O primeiro foi realizado entre os dias 8 e 11 de maio de 2007, sob a coordenação do Ministério da Cultura e organização da Radiobrás e TVE Brasil e contou com a participação da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC –, da Associação Brasileira de Televisão Universitária – ABTU –, da Associação Brasileira de Canais comunitários – ABCCOM –, da Associação Brasileira de Televisões e Rádios legislativas, além de organizações da sociedade civil, acadêmicos e outros órgãos do Estado. O segundo fórum foi realizado entre os dias 26 e 28 de maio de 2009.

contém aquilo que não é privado, exceto o estatal. Ao mesmo tempo, esses autores afirmam ainda a importância da independência desse veículo com relação ao mercado, manifestando, assim, como Habermas, pessimismo com a imbricação da esfera privada na pública, com a sobreposição das forças de mercado ao espaço do debate público.

Ainda que a distinção entre o público e o estatal seja relevante, é importante não perder de vista o caráter público do estatal. O perigo é cair na naturalização de apropriação inadequada da coisa pública, por governos ou partidos. Defensor do desenvolvimento de um sistema público não-estatal, Bucci (2008a) afirma que há no Brasil uma definição corrente entre jornalistas, acadêmicos e políticos que distingue público de estatal, por um entendimento político. Segundo ele, as instituições públicas de comunicação social, guardando louváveis exceções, têm servido como “máquinas acessórias de propaganda do governo” (BUCCI, 2009, p. 99). E muitos jornalistas consideram isso como algo esperado, está naturalizado entre os profissionais. Bucci afirma:

poucos são os estudiosos que sabem fazer distinção sensata entre o que é o sistema estatal e o público. No vazio legal, o senso comum dos profissionais – e dos políticos – da área consagrou o maniqueísmo estapafúrdio de que a comunicação estatal é aquela que 'defende o ponto de vista do governo' e a pública é aquela que 'dá voz a sociedade' (p. 259).

As televisões estatais acabam virando fonte para os jornalistas, ao invés de veículos de comunicação. Terminam assumindo uma função de relações públicas de governos e muitos jornalistas acomodam-se com essa fonte de fácil acesso, que apresenta todas as declarações oficiais. Essa relação tem origem na naturalização da própria tradição patrimonialista e autoritária da cultura política brasileira. Eugenio Bucci (2009) afirma:

A tradição é perversa: instituições públicas que operam a comunicação social, sejam elas empresas estatais, fundações ou departamentos ligados diretamente ao governo, vêm atuando como pequenas máquinas de propaganda a serviço das autoridades do poder executivo. Criadas ao longo do século XX, principalmente a partir dos anos 50, essas instituições pouco ou nada tiveram de compromisso com o direito à informação do cidadão. Em lugar de informação, dedicam-se a tentar formar a opinião pública segundo os moldes que interessam ao governo da temporada (p.99).

O autor afirma, ainda, que essa visão de que a comunicação serve como ferramenta de propaganda é compartilhada pelos mais conservadores, tanto da direita, como da esquerda. A direita valeu-se da comunicação como ferramenta de manutenção de seus regimes autoritários, como a ditadura militar. Para os conservadores da esquerda, os meios de comunicação operam a serviço das classes dominantes, como não há possibilidade de neutralidade na comunicação, também não haveria a possibilidade de democracia dentro dos veículos de comunicação e, assim, o melhor que se poderia pretender é que “a comunicação esteja a serviço de causas justas, humanitárias e pretensamente emancipadoras” (p. 101). Esses conservadores, portanto, têm uma visão meramente instrumental da comunicação.

Esse uso instrumental da comunicação, entretanto, não necessariamente funciona mais. Germán Rey (2002) afirma que é impossível hoje que uma informação produzida no interior dos países não seja confrontada com o que é produzido e distribuído internacionalmente pelos grandes conglomerados de comunicação ou pela internet. Dessa forma, censuras e mentiras, como tentariam produzir inutilmente veículos de comunicação fortemente vinculados ao interesse governamental, não têm mais crédito junto à população. Afirma: “As televisões públicas de anos atrás, com sistemas informativos oficiais, parecem objetos de museu do anacronismo” (p. 111).

A crítica que Bucci faz a essa visão é que veículos estatais não devem servir para defender o ponto de vista dos governos. Para isso existem os profissionais de relações públicas e assessores de imprensa. Um governante jamais deve contar com um veículo apenas para reproduzir seu discurso. Assim como nenhuma empresa estatal, nenhum órgão de Estado deve ser aparelhado pelo interesse pessoal ou partidário do governante. Um veículo estatal não deve ser usado para defesa de interesses seus. As emissoras estatais diferem-se das ditas públicas não-estatais, segundo Bucci, por serem de propriedade do Estado diretamente, mas que isso não significa que pesam sobre elas ainda mais os princípios constitucionais. “Imaginar que elas, por serem estatais, sejam governistas, é conceder ao patrimonialismo” (2008. p. 261). Um veículo público, por outro lado, seria propriedade de uma fundação, associação ou outro ente jurídico que a torne independente do Estado. Dessa forma, teríamos um sistema público independente do Estado e dos negócios.

Bucci faz no livro *Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula*, (2008a) um relato sobre sua experiência, durante sua

gestão a frente da então Radiobrás. Ele narra as dificuldades para conseguir mudar o modo de praticar jornalismo numa redação onde cultura da simples defesa do ponto de vista do governante era muito forte. Explica as dificuldades em implantar um jornalismo voltado para a defesa do direito à informação. De acordo com Bucci,

Nenhum órgão de radiodifusão sob gestão do Estado pode virar defensor de um ‘ponto de vista’ em detrimento de outros pontos de vista, mesmo que seja o ponto de vista do presidente da República. Quem oficialmente defende governos são os porta-vozes, os ministros, a base de sustentação ao governo no Congresso. Aos meios estatais de radiodifusão cabe entrevistar as fontes que falam pelo governo – e não assumir para si a fala que deve ser das fontes. Os meios de estatais não podem tomar como seus os pontos de vista do governante porque não pertence ao governante ou, se preferirem, pela mesma razão que Estado e partido [...] são entidades que o gestor público tem o dever de separar (p. 259).

No seu entendimento, valer-se de um veículo estatal de comunicação para a defesa do ponto de vista do governante fere princípios constitucionais de impessoalidade, moralidade e legalidade. Ele dá o exemplo de cargos como o de Procurador-Geral da República e dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que embora sejam indicados pelo Presidente da República e estejam sujeitos a aprovação pelo Congresso Nacional, não devem se subordinar a um ou a outro. O mesmo não deve acontecer com as emissoras estatais de comunicação.

Embora não haja uma definição muito clara de comunicação estatal, temos no Brasil a experiência das TV Câmara, TV Senado, TV Justiça e TVs assembleias, canais estatais que ocupam sua programação acompanhando o trabalho dos poderes do Estado. Bucci fala que esses canais deveriam cumprir o papel de dar transparência ao funcionamento de cada uma dessas casas, embora na realidade, o que fazem é promover a imagem de cada uma delas institucionalmente. A constituição multipartidária dessas casas impede que esses canais caiam na defesa de um interesse específico. Não há como um interesse específico prevalecer. O risco que recai sobre esses veículos é o do corporativismo e, em períodos eleitorais, deputados e senadores com mandatos podem ser privilegiados por terem aparição nesses canais.

Outro canal estatal, além dos mencionados é a NBr, canal destinado a comunicar os atos do presidente da República. Esse canal assume um papel partidário, de defesa do Governo Federal. Vale observar que aí temos um caso interessante de criação de uma emissora nova para exercer o cumprimento do princípio constitucional da publicidade, isto é,

da obrigação de tornar públicos os atos do governo.

Bucci não trata com maior especificidade sobre como esses canais estatais de comunicação deveriam funcionar, apenas fala que deveriam servir para dar maior transparência sobre as ações dos poderes do Estado. De qualquer forma, com a estrutura já montada, os canais estatais de comunicação são – ou podem se tornar – ferramentas importantes para a transparência.

É comum entre autores, ou mesmo entre jornalistas, chamar as emissoras mais vinculadas aos interesses governamentais de “estatal”. No entanto, essa não é uma definição conveniente, pelo que já explicamos. Seria mais prudente chamá-las de “governamental”. Mesmo emissoras com relativa autonomia por sua gestão e financiamento podem ter caráter governamental.

Para efeito desta reflexão teórica, chamaremos de televisão pública emissoras vinculadas ao Estado: 1. aquelas criadas e geridas pelo Estado; 2. as emissoras de propriedade de fundações, autarquias, ou outras entidades jurídicas não estatais, com autonomia ou não em relação ao Estado, mas que surgiram por iniciativa do Estado ou dependem de verbas ou fundos públicos ou taxas cobradas pelo Estado; 3. emissoras comunitárias e universitárias, cuja criação está prevista em lei, mas não que depende da iniciativa do Estado. Consideraremos, em suma, qualquer forma não privada da radiodifusão.

A razão para a adoção dessa nomenclatura deve-se à necessidade dessa pesquisa de enquadrar o seu objeto, que – no atual modelo brasileiro – tem uma significativa dependência do Estado, mas que pode, futuramente, ser transformada e ganhar maior autonomia. A intenção deste trabalho não é enquadrar o objeto em uma definição pré-estabelecida, avaliar o quanto a TV Brasil está suscetível à ingerências do poder público ou influências do mercado em sua estrutura organizacional. Tampouco buscamos encontrar uma solução para a confusa legislação brasileira. Fazemos uma reflexão sobre televisão pública que nos aponte todas as possibilidades de conformação de uma televisão, com seus diferentes graus de autonomia com relação a interferências do Estado, para contextualizar a TV Brasil e o seu jornalismo na sua relação com a cidadania e o direito à informação.

1.2. Televisão pública e seus limites com o “privado”: entre o consumidor e o cidadão

Definido o debate acerca da independência da televisão pública com relação ao poder público, coloca-se a questão para a qual a televisão pública no Brasil é pensada. Dada a hegemonia formada pelas emissoras privadas de comunicação consolidadas no país, a questão que se coloca é o lugar da televisão pública nesse cenário. Em que se justificaria a manutenção ou a criação de emissoras públicas em um cenário já tão consolidado como a radiodifusão brasileira? Daí a afirmação da necessidade da televisão pública como uma *alternativa* ao modelo privado estabelecido.

A televisão privada, sustentada pela publicidade comercial, precisa, para manter-se financeiramente e gerar lucro, capturar o máximo da audiência para oferecer a atenção dos consumidores a seus anunciantes. Dessa forma, a audiência da televisão privada é vista como consumidora. Setores de menor renda da população, ou residentes nos rincões mais distantes do país, são menos interessantes como audiência a essas redes, devido ao seu baixo potencial de consumo. Da mesma forma, conteúdos culturais ou informativos que não tenham capacidade de capturar uma grande audiência também são ignorados ou deixados para horários marginais na grade de programação, mesmo que seja de destacada qualidade. Para capturar a maior audiência possível num país diverso como o Brasil, seus produtores buscam encontrar formatos e linguagens que tenham a maior aceitação possível, uma espécie de gosto médio nacional. Daí o caráter homogeneizador da televisão privada.

Já a televisão pública no Brasil tem historicamente servido à legitimação de regimes autoritários ou de popularidade de governantes eleitos. Os problemas da televisão pública no Brasil assemelham-se aos dos nossos vizinhos latino-americanos. Omar Rincón sintetiza muitos desses problemas presentes também no Brasil:

A experiência da televisão pública na América Latina é hoje, de maneira geral, sinônimo de programas aborrecidos, chamados de educativos ou culturais, que mal sabem imitar as salas de aula como proposta; sinônimo de lugar para o abuso governamental e fonte de burocracia, manejada por políticos com saber aritmético de votos; sinônimo de ineficiência administrativa, que transformou em empresa sem futuro. Na sua conceituação e na execução da programação, diagnostica-se um flagrante desconhecimento da diversidade étnica, do pluralismo cultural, e da

multiplicidade de vozes que habitam ou fazem parte das identidades locais. Dessa forma, acabaram produzindo telelixo – programas efêmeros, sem memória, sem buscas, sem intenções, uma vez que não experimentam com estéticas, narrativas, temáticas, estilos, ou sensibilidades. As políticas estatais de televisão, quando existem, parecem estar sempre formuladas para acabar com a possibilidade de se expressarem na tela pública muito mais cidadãos, muito mais vozes, temáticas e estilos (2002, p. 34).

A necessidade que se impõe nesse contexto é o de encontrar um novo lugar para a televisão pública, na qual ela deve cumprir outro papel, comprometida com os cidadãos. Reside aí o maior consenso acerca da finalidade da televisão pública. Ela se deve a uma reafirmação da radiodifusão como um serviço público, mas também como contraposição à radiodifusão comercial, que, por sua lógica de funcionamento, apenas encara a sua audiência como consumidores potenciais dos seus anunciantes.

A radiodifusão pública no Brasil, logo, tem a missão de suprir as lacunas deixadas pela televisão privada no país. Se a televisão privada não se interessa por audiências de baixo potencial de consumo ou resistentes à programação feita para contemplar um gosto médio da população, a televisão pública entra com a possibilidade de entregar a essa população uma programação que a contemple.

De acordo com Laurindo Leal Filho (2007), os serviços públicos de radiodifusão foram sempre complementares ao modelo comercial. Isso se deve ao fato de os primeiros canais de televisão no Brasil terem sido privados e por hegemonizarem, desde o começo, o espaço da radiodifusão no país.

A televisão pública, como proposta tardia, é pensada como uma forma de remediar as consequências geradas pela hegemonia privada do setor. Portanto, quando se pensa em conteúdo para a televisão pública, pensa-se em algo que não existe na televisão privada. Aquilo que for relevante, mas que fica de fora da radiodifusão privada – por não constituir um gosto médio descoberto pelas emissoras privadas, capaz de dar os maiores índices de audiência possível – deve, nessa visão, ser contemplado pela televisão pública.

A ideia da necessidade de oferecer uma alternativa ao sistema privado que encare o público como cidadão, e não como consumidor, é tão central que está expresso até mesmo no título do livro que reúne vários autores, organizado por Omar Rincón: *Televisão pública: do consumidor ao cidadão* (2002). O organizador da obra usa essas duas balizas para definir

televisão pública: seu caráter público e, por consequência, alternativa ao comercial (2002, p.28).

Diego Portales, um dos autores desse livro, defende no capítulo (2002) que, frente a televisão privada – que expressa o ponto de vista de seus proprietários – e a televisão governamental – que expressa o ponto de vista do governo – a televisão pública independente deve encontrar um ponto de vista próprio, “o ponto de vista do cidadão, do ser humano comum, com suas necessidades e inquietações diante do meio” (p. 149). O cidadão a quem a televisão se dirige, ainda segundo o autor, “é um ser humano que sabe e que não sabe, e que por essa razão busca informações, assistindo às notícias; também busca conhecer seus direitos e quer ter a possibilidade de exigí-los” (p. 149).

Dessa forma, a identidade da radiodifusão pública, nessa concepção, é de algo distinto do já estabelecido, distinto do comercial. Se a televisão comercial busca a maior audiência possível, os gostos médios e fala a seu público enquanto *consumidor*, a televisão pública não-comercial não pretende ser líder de audiência – embora deseje ter audiência significativa –, mas busca contemplar gostos rejeitados pela televisão comercial e falar com seu público enquanto *cidadão*.

A ideia de alternativa ao modelo comercial orientou a Public Broadcasting Service – PBS –, serviço de radiodifusão pública dos Estados Unidos. Semelhante ao Brasil, os Estados Unidos iniciaram a sua radiodifusão pelo sistema de concessões à iniciativa privada – modelo que, na verdade, inspirou o brasileiro. Quando os Estados Unidos desenvolveram seu sistema público, definiram que ele deveria complementar a radiodifusão privada com conteúdos não contemplados pelo sistema privado, mas considerados relevantes para a população (LEAL FILHO, 1997). Já na Europa, a radiodifusão foi implantada de forma diferente. No Reino Unido, por exemplo, o rádio e a televisão iniciaram suas atividades sob monopólio do Estado, e o sistema privado comercial só foi desenvolvido posteriormente, como forma de equilibrar e complementar o sistema de radiodifusão nacional. Devido a isso, um dos princípios da radiodifusão pública europeia, mencionados por Leal Filho, é a *ética da abrangência*, ou seja, atender às expectativas de todo o tipo de audiência, diferente da americana, que não se dedica a tratar dos mesmos temas da televisão privada. (p. 23).

Concordamos certamente que a televisão pública deve preencher as lacunas deixadas pela televisão privada. Para os canais privados, apenas importam as audiências enquanto

consumidoras em potencial. Por outro lado, uma televisão pública deve se valer de sua vocação para as massas e também tratar de assuntos que já o são na televisão privada. Se a validade de um conteúdo está na sua relação com o público, também não é a presença/ausência de um determinado assunto nos canais privados que vão determinar sua abordagem num canal público. Por exemplo: o fato de o futebol já ser exaustivamente tratado nos canais privados de televisão não significa que deve ficar excluído da televisão pública. Um canal público deve tratar de futebol pelo simples fato de ser inegavelmente o esporte favorito do brasileiro. Embora isso não signifique que outras modalidades esportivas fiquem de fora. Por outro lado, se a televisão pública tomar a posição de apenas atender à audiência que não encontra lugar no sistema privado, a televisão pública admite que terá uma audiência total pequena, minoritária, incapaz de equivaler à das emissoras privadas.

Diego Portales (2002) considera que um dos fatores que torna necessária a televisão pública nos países latino-americanos está na necessidade de se atingir uma cobertura nacional e de uma expressão descentralizada da comunidade. Os veículos de comunicação comerciais têm o interesse de uma audiência ampla, no entanto, quando tratamos das nações latino-americanas, falamos de territórios muito grandes e com a população concentrada em algumas poucas regiões, contrastando com extensas áreas com baixo povoamento. Esses vazios demográficos deixam de ser interessantes aos veículos comerciais por implicarem um grande investimento técnico para atingir um público que é pequeno, constituído de populações de baixo poder de consumo. As próprias tecnologias de transmissão favorecem uma emissão centralizada. A televisão pública poderia reverter essa tendência por meio de emissoras locais integradas a uma rede nacional.

Por esse seu compromisso com porções da população não contempladas pela televisão comercial, a *pluralidade* torna-se um princípio-chave para a televisão pública.

A diversidade de um sistema público não se refere apenas às audiências que atinge. Ela pode ser vista em diferentes níveis. De acordo com o Coletivo Intervozes, em sua proposta de sistema público de comunicação (2007):

Faz-se essencial a preocupação com a visibilidade de segmentos minoritários na população, mas relevantes do ponto de vista da composição da sociedade, como é o caso de indígenas e populações tradicionais. Este equilíbrio da representação realiza-se não apenas por quem é objeto, mas fundamentalmente por quem é sujeito da produção dos conteúdos

veiculados. Neste sentido, as emissoras que compõe o sistema público devem assumir como uma de suas funções principais servir como canal de transmissão da programação produzida nas bases da sociedade, seja daquelas feitas por iniciativa privada – sem fins lucrativos – seja das realizadas nas centrais públicas de comunicação (p. 19).

A diversidade pode estar expressa também na produção de conteúdo. O desenvolvimento das tecnologias para produção de conteúdos audiovisuais – câmeras de vídeos, computadores para edição, acessórios para gravação, etc. – e o seu barateamento, tornou a produção de conteúdos audiovisuais possível para um grande número de atores sociais, organizações da sociedade civil, pontos de cultura, entre outros. Essa facilidade fez criar uma grande oferta de material audiovisual, muitas dessas representações de grupos sociais marginalizados, videoastas e documentaristas sem grandes recursos nem patrocinadores que banquem suas produções e sem capacidade de dar maior audiência para suas produções. Essa possibilidade é relativamente nova e torna a televisão pública como canal de expressão da multiplicidade da sociedade e uma forma de consagração da cidadania para quem tem pouca oportunidade de usufruí-la.

Não apenas a pluralidade cultural deve ser o objetivo da televisão pública. Também a diversidade de pontos de vista políticos expressos em seu conteúdo informativo. Ao assumir o seu compromisso com o cidadão, a televisão pública se compromete com um universo muito diverso de posições políticas. É especialmente sobre essa pluralidade que os governos autoritários se mais preocupam em manter o controle e por isso são resistentes a permitir maior autonomia sobre as emissoras estatais. A vocação da televisão pública não-estatal está em garantir que essa pluralidade se expresse e, com isso, dar vazão ao debate político em um ambiente transparente, acessível à toda a população e democrático. É um compromisso a se assumir com o Estado democrático e todos os cidadãos.

1.3. Espaço para o debate público: algumas interfaces com a cidadania

Uma radiodifusão autônoma de governos e de forças de mercado é uma condição para a realização de um debate público independente e efetivamente democrático. O projeto de uma televisão pública é necessário para que as diferentes opiniões políticas possam realizar

sua disputa de ideias, sem que um interesse particular tenha a capacidade de inviabilizar ou boicotar a expressão das opiniões opostas, como costuma ocorrer na comunicação privada ou na governamental. A intenção é manter mecanismos que garantam que a democracia se estabeleça na comunicação e dar a maior visibilidade possível aos debates colocados. Subordinar-se a qualquer interesse feriria ao seu princípio democrático. A comunicação democrática é plataforma para os debates de interesse público e deve, por isso, ser valorizada e respeitada por cidadãos filiados a qualquer pensamento político.

A comunicação pública autônoma fundamenta-se no pensamento de Habermas. A radiodifusão pública, assim, busca estabelecer-se como uma esfera pública livre e democrática, preservando-a da imbricação com a esfera privada, como ocorre quando o interesse mercadológico da indústria da comunicação prevalece sobre o interesse do debate público. Por outro lado, protege-a do controle do poder público, mantendo-a como um fórum público independente. A comunicação democrática é aquela que “se aceita parte da história, que se expõe para ser analisada pelos seus interlocutores, pelos seus usuários, e que sabe apenas parte de um processo maior do que ela mesma” (BUCCI, 2009, p. 111).

O que se objetiva, assim, não é o efeito persuasivo que o veículo pode ter junto ao cidadão supostamente passivo que a assiste, mas sim convidá-lo a participar do debate, independente de qual opinião ele tenderá a se inclinar. Ao invés disso, tem um papel na formação do senso crítico do cidadão. Eugenio Bucci (2009) afirma:

A comunicação de uma empresa jornalística democrática não deve ser orientada para os efeitos que ela vai gerar na opinião, ou seja, não pode estar organizada como um fator artificial que influencie a afirmação das opiniões dos cidadãos para um lado ou para o outro (p. 111).

O cidadão é, assim, tido como um cidadão ativo, livre e pensante, capaz de raciocinar por si. “A comunicação democrática é sempre uma forma de aposta na sabedoria dos cidadãos” (BUCCI, 2009, p. 111).

A concepção do sistema público não-estatal define-se como radiodifusão pública feita para o público e constituída na independência das influências do interesse do mercado ou do controle estatal. Nessa definição, a vulnerabilidade a tais interferências ferem o princípio do caráter público que constitui o sistema. Para a concretização desse modelo, é fundamental

uma configuração de financiamento e gestão que garanta essa independência e autonomia. Tal foi a concepção que orientou a experiência de radiodifusão pública na Europa Ocidental, como a BBC no pós-guerra, ainda que, a partir do final dos anos 80, reformas liberalizantes desafiassem a integridade desse princípio.

Laurindo Leal (1997) resume o modelo europeu de radiodifusão pública com a seguinte sentença: “o rádio e a televisão são veículos da produção cultural de um povo ou de uma nação e, para exercerem essa tarefa não podem ser contaminados por interferências políticas ou comerciais” (p. 17). É uma formulação, segundo ele, elaborada pelas elites culturais e que, por meio dela, defendem o seu modelo. Ele aponta razões de ordem cultural, técnica e política para a adoção desse modelo europeu. A razão técnica é em função de os Estados serem responsáveis pelo ordenamento do espaço eletromagnético por onde transitam as transmissões e devido à limitação de emissoras possíveis dentro do espectro reservado à radiodifusão. A razão cultural está na compreensão da época da fundação desses veículos, já que a televisão ou o rádio estão entre os empreendimentos de preservação e disseminação cultural dos países. “Eles se colocavam no mesmo setor da sociedade em que estavam localizadas as universidades, as bibliotecas e os museus, e a população os reconhecia dessa forma, distante da esfera dos negócios ou da política de partidos ou grupos” (p. 18). A razão política está ligada ao contexto da Europa no momento da criação dessas organizações. Foi o período de emergência dos regimes fascistas e nazistas e do socialismo soviético. A crise econômica de 1929 gerou grande agitação de operários em todo o continente. Apesar da relativa autonomia garantida aos conselhos diretores que geriam as emissoras com relação ao governo, as atividades culturais relacionadas à radiodifusão estariam, por meio desse modelo, resguardadas às elites. A razão de ordem política desse modelo é, portanto, o controle cultural sobre as classes populares.

1.4. Identidade e televisão: interfaces culturais com a cidadania

Em uma outra perspectiva, a televisão é entendida como um veículo que coloca em circulação bens culturais e, por isso, tem um papel fundamental na conformação das identidades culturais das sociedades multiculturais das nações latino-americanas. A

perspectiva *culturalista* é resultado das reflexões de diversos autores latino-americanos ligados aos estudos culturais – Martin-Barbero, Canclini, Rey, Fuenzalida, Beltrán – que elaboraram uma definição orientada na análise que fazem das identidades e da comunicação na contemporaneidade. O pressuposto desses autores é que a cidadania não diz respeito apenas a direitos reconhecidos pelo Estado, mas também a práticas sociais e culturais que dão o sentido de pertencimento, que não se limitam aos símbolos nacionais eleitos arbitrariamente pela propaganda de Estado, mas que encontram uma diversidade muito maior do que isso. Nestor Gracia Canclini (1995) afirma que “a cidadania e os direitos não falam unicamente da estrutura formal de uma sociedade; além disso, indicam o estado da luta pelo reconhecimento dos outros como sujeitos de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas” (p. 22-23).

De acordo com eles, com a emergência da expansão global dos mercados nas últimas décadas, os Estados estariam perdendo espaço como núcleos identitários por meio da ideia de nação. Da mesma forma, os vínculos sociais relacionados a classes sociais e relações de produção estariam em decadência dando lugar a vínculos relacionados a interesses, gênero, etnia, orientação sexual, etc. à medida que o Estado decai e, com ele, a referência identitária relacionada a nacionalidade também o faz, deixando espaço aberto a toda essa profusão de identidades orientadas por outras referências. O mercado, por outro lado, é capaz de abarcar boa parte dessas referências identitárias, transformando-as em preferências de consumo e nichos de mercado. Nestor García Canclini afirma:

Homens e mulheres percebem que muitas perguntas próprias dos cidadãos (...) recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que nas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos (1995, p. 13).

Nesse sentido, a televisão, como veículo de grande aceitação pela população latino-americana – mais habituada às expressões culturais por meio de imagens e da oralidade do que por meio das letras – torna-se espaço privilegiado para a formação da cidadania cultural e das identidades dos povos da região. Segundo Canclini, foi a televisão e o rádio que fizeram as massas irromperem na esfera pública, que permitiu o povo reconhecer-se nesse espaço da visibilidade, que deslocou a cidadania para práticas de consumo (p. 26).

O processo de concentração econômica, da reorganização produtiva neoliberal, apesar

de permitir a emergência das diferenças ao tornar a identidade nacional menos importante, também gerou uma concentração de poder e um novo regime de exclusão, ao incluir o cidadão apenas como consumidor. E o mercado, afirma Jesús Martín-Barbero,

não é capaz de *sedimentar tradições*, uma vez que tudo o que produz ‘evapora-se no ar’, devido à sua tendência estrutural a uma obsolescência acelerada e generalizada, não apenas dos objetos, mas também das formas e instituições. O mercado não pode criar *vínculos societários*, isto é, entre *sujeitos*, posto que estes são constituídos de em processos de comunicação de sentido, ao passo que o mercado opera anonimamente, mediante lógicas de valor que supõem intercâmbios meramente formais, associações e promessas evanescentes que geram apenas satisfação ou frustração, mas nunca sentido (2002, p. 45. grifos do autor).

Por outro lado, o avanço das tecnologias da comunicação tornou acessível recursos, como câmaras de vídeo, gravadores, microfones, computadores e outros equipamentos eletrônicos para a produção de bens culturais por grupos sociais locais, instrumentalizando-os e permitindo que tivessem condições de expressão própria nas linguagens audiovisuais, antes pouco acessíveis. Essa nova condição faria emergir a pressão por novas políticas culturais que dariam espaço para essas novas expressões desses grupos, que não encontram espaço para pôr sua produção em circulação nos sistemas privados de comunicação. Logo, faz-se necessário a constituição de espaços que permitam preencher as lacunas deixadas pelos veículos privados, um espaço que, diferentemente da radiodifusão privada, seja democrático, comprometido com a diversidade da sociedade, não apenas considerada como consumidora, mas como cidadã que tem o direito de expressar suas identidades culturais. Jesús Martín-Barbero afirma: “é televisão pública aquela que interpela o público, incluindo o consumidor, enquanto cidadão” (2002, p. 57).

A importante consideração que os culturalistas fazem é a do deslocamento do caráter público na sociedade contemporânea. Ele é cada vez menos regido pelo debate político racional dentro de um espaço público intermediário entre a esfera privada e o Estado, cada vez mais dominado pelo fluxo de imagens e discursos, encenado pelos meios eletrônicos em que o cidadão participa enquanto consumidor. Esses autores, no entanto, não são pessimistas quanto a esse fenômeno, mas enxergam como possibilidade para que a identidade cultural emergja como fator constituinte do cidadão.

O projeto de uma televisão voltada ao cidadão realiza-se, portanto, no reconhecimento de toda a diversidade cultural existente no país que não está contemplada com os conteúdos das emissoras comerciais existentes. “A televisão pública acaba sendo, hoje, um *decisivo lugar de inscrição de novas cidadanias*, onde a emancipação social e cultural adquire uma face contemporânea” (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 57. grifos do autor).

Populações de negros, mulheres e indígenas eram representados dentro do quadro de sujeito nacional homogêneo, mantido em anos anteriores pela antiga ideia da nacionalidade, ou estavam representados de maneira em que não podiam se reconhecer, para enquadrá-los na identidade homogeneizadora da nação, ou, simplesmente relegados ao esquecimento. O espaço próprio para reescrever essa representação, para Barbero, é a televisão. A forma audiovisual da televisão é propícia à difusão de sons e de imagens – formatos privilegiados da expressão de bens culturais de culturas marginalizadas, especialmente as de menor tradição literária. O autor afirma:

Donde a necessidade inelutável de reconstituir o pacto fundamental, mediante um projeto político de democracia cultural que fosse *radicalmente inclusivo* de todos os sujeitos cidadãos, tanto tradicionais como novos. E o cenário no qual esse pacto pode adquirir a sua maior visibilidade e reconhecimento é na *televisão comum*, reconstruída como verdadeiro espaço público (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 59. grifos do autor).

Essas populações, ignoradas como audiência, no entanto, podem ser assunto na televisão. Populações indígenas, faveladas, agricultores pobres não interessam às redes privadas de comunicação devido ao seu baixo potencial de consumo, no entanto podem ser retratados num telejornal ou na novela. É importante destacar que, quando tratamos da questão da diversidade, questão forte e presente no conceito de direito à comunicação, devemos notar que essa diversidade pode se realizar sob diversas perspectivas: como audiência ou como tema. Nessa linha de raciocínio, Jesús Martín-Barbero afirma que:

A televisão pública deve ser entendida como um meio para fazer/criar cultura, já que a televisão é o cenário privilegiado no qual se expressam as transformações mais profundas das sensibilidades e das identidades das maiorias sociais. [...] Isto quer dizer que a televisão pública deve trabalhar a expressão como estratégia, a cidadania como projeto, o experimental como experiência estética e de identidade. Fazendo televisão para a cidadania, a expressão cultural e a identidade que se atualiza o educativo e serve a um

novos projetos de país, de paz e de convivência (MARTÍN-BARBERO; REY; RINCÓN, 2000).

Como explicamos no primeiro capítulo, as demandas contemporâneas de cidadania têm um caráter cultural destacado. São demandas por um reconhecimento de grupos marginalizados, de correção das desigualdades associadas a discriminações sociais. A expressão cultural por meio do audiovisual é também uma demanda desses setores. O projeto democrático-participativo realiza-se na esfera das comunicações sociais por meio da permeabilidade da comunicação pública para a expressão da sociedade. Para Martín-Barbero, em meio ao devastador desenraizamento desses grupos, provocado pela infiltração da economia globalizada sobre qualquer região e qualquer indivíduo, “falar de participação é juntar, de maneira inextricável, o direito ao reconhecimento social e cultural, ao direito à expressão de todas as sensibilidades e narrativas nas quais se amoldam a criatividade política e cultural de um país” (2002, p. 58).

1.5. Efetivação de um projeto: gestão e financiamento na televisão pública não-estatal

1.5.1. Gestão

A realização de objetivos idealizados para a televisão pública, de ser um espaço democrático para o debate público, de circulação de sons e imagens que favoreça o reconhecimento da diversidade cultural do país, autonomia com relação ao mercado e ao poder público, induz-nos a refletir sobre a consecução desse projeto, do ponto de vista prático. Que maneiras concretas haveria para que um rádio ou uma televisão pública possam realmente cumprir suas prerrogativas?

Pelos apontamentos para as emissoras públicas no relatório do Grupo de Trabalho “configuração jurídica e institucional” do I Fórum Nacional de TV’s Públicas (BRASIL, 2007), as principais diretrizes para um veículo público são as seguintes:

- a) Sem fins lucrativos;
- b) Participação social;
- c) Recebimento de recursos públicos e privados;
- d) Gestão e controle públicos de todos os recursos;
- e) Livre cooperação entre as TVs públicas (p. 36).

A partir disso, uma definição consensual encontrada entre as entidades membro do Grupo de Trabalho para as TV's públicas enquanto configuração jurídica é expressa da seguinte forma:

TV pública como entidade jurídica prestadora de serviço de radiodifusão e cabodifusão de sons e imagens, sem fins lucrativos, prestado num regime jurídico caracterizado pelo controle e participação da sociedade civil, permitindo cooperação entre si, e com financiamento de recursos públicos e privados (BRASIL, 2007, p. 36).

A televisão pública apenas poderia cumprir seus objetivos se inserida e gerida por um ambiente regulatório que estabelecesse sua natureza, obrigações e limites de atuação, previsto em dispositivos constitucionais e na legislação e com a presença de órgãos de controle e fiscalização autônomos.

Diante da legislação confusa da radiodifusão brasileira, a Carta de Brasília recomenda a regulamentação dos artigos 220, 221 e 223 da Constituição Federal, que tratam da comunicação social (BRASIL, 1990), embora sem dar indicativos sobre como deve se dar essa regulamentação. Já a Carta de Brasília II é mais específica e sugere critérios para a distinção entre sistemas público, privado e estatal segundo determina a Constituição Federal.

As formas de gestão da televisão pública é o elemento fundamental para garantir a independência da emissora com relação ao Estado, governos da vez ou partidos, além de garantir que a sociedade, com toda a sua diversidade, seja representada. Os princípios básicos que regem a gestão de uma emissora pública de televisão estão expressos no que pensam diferentes autores. O relatório do grupo temático “Missão e finalidade” do I Fórum Nacional de TVs Públicas aponta, entre as suas propostas, que a radiodifusão pública não deve ter compromissos com o mercado e também que não deve “ser utilizada para a promoção pessoal, de causas religiosas, comerciais e partidárias” (2007, p. 17). O Intervozes (2007) afirma que o sistema público deve “funcionar com base na gestão democrática, plural e participativa” (p.

13). Nessa linha, o documento final do I Fórum Nacional de TV's Públicas *Manifesto pela televisão pública independente e democrática*, conhecida como “Carta de Brasília”⁵, sustenta que “as diretrizes de gestão, programação e a fiscalização dessa programação da TV Pública devem ser atribuição de órgão colegiado deliberativo, representativo da sociedade, no qual o Estado ou o Governo não devem ter maioria”.

Se tomarmos o exemplo dos diferentes modelos de gestão da radiodifusão europeia, notaremos que variam, com diferentes graus de autonomia com relação ao governo. Na Inglaterra, a BBC é gerida por um conselho suprapartidário, composto por membros que inspiram confiança e imparcialidade interessados apenas no desenvolvimento da radiodifusão, com indicação final dada pela rainha, para evitar ingerência do governo do momento. Em outros países, como na Alemanha, os interesses políticos em jogo são reconhecidos e tidos como inevitáveis. Dessa forma, os conselhos diretores são compostos por membros representantes dos principais partidos e organizações da sociedade, de modo a tentar equilibrar os interesses de cada setor, sem deixar que interesses particulares se ingressem nos veículos escondidos sob uma pretensa fachada de imparcialidade. Em países como a Itália, o governo tem legalmente o poder de interferir nas decisões das emissoras, e não há mecanismos que impeçam essas ingerências, conferindo-lhes um caráter governamental (LEAL FILHO, 1997). As propostas oriundas do I Fórum Nacional de TV's Públicas estão mais de acordo com o modelo britânico.

A propriedade da emissora pública, de acordo com o Coletivo Intervenções (2007), deve ser de uma fundação de direito público, autarquia, ou órgão da administração indireta. Eugênio Bucci (2008a) concorda e defende que uma emissora pública não deve ser de propriedade do Estado. Ele afirma:

Já as emissoras ditas públicas, não-estatais, pertencem, em geral a uma associação, a uma fundação, enfim, não são propriedade do Estado. São, porém, regidas por regras públicas. Normalmente, elas têm os seus dirigentes aprovados por um conselho cuja maioria é formada de representantes da sociedade – governos podem até indicar alguns membros do conselho, mas o bom senso recomenda que os representantes do executivo não constituam maioria (p. 261).

⁵ Manifesto pela televisão pública independente e democrática. I Fórum Nacional de TV's Públicas. Brasília, 11 de maio de 2007.

1.5.2. Participação

A participação social numa televisão pública pode se efetivar em diferentes maneiras. Seja por meio da representação social nos órgãos gestores e fiscalizadores ou de crítica, seja por meio da abertura de espaços para a produção de conteúdo independente. Orlando Senna, que foi secretário do audiovisual do Ministério da Cultura entre 2003 e 2007, defende que a televisão pública deve estabelecer novos níveis de compromisso com o telespectador, assumindo modelos “que chamem a participação da sociedade, por meio da incorporação de novos atores no processo de elaboração de conteúdos e serviços de interesse público” (2006. p. 9).

Na proposta do Intervozes (2007), o sistema público de radiodifusão deve contar com comitês gestores com ampla participação da sociedade civil além de contar com uma ouvidoria e um *ombudsman* para garantir a gestão democrática. Os órgãos gestores do sistema público de radiodifusão seriam um Conselho Nacional de Comunicação Pública e uma Agência reguladora. Lembrando que a proposta do Intervozes não se refere a uma emissora especificamente, mas a um sistema público de radiodifusão que englobaria um conjunto de emissoras de rádio e televisão, além de outros órgãos para tratar de questões técnicas e centrais de produção de conteúdo. O Conselho teria o papel de definir as políticas de gestão, os critérios de outorga, a utilização da verba e orientações gerais para garantir a pluralidade das emissoras. O Conselho coordenaria ainda conferências quadrianuais para a definição de planos nacionais para a área, semelhante a como ocorre com a saúde pública no Brasil. Seriam criados também conselhos similares em nível estadual, em cada unidade da Federação, que respeitariam as diretrizes nacionais, mas criariam outras adequadas à realidade de cada estado. Os conselhos nacional e estaduais seriam formados por representantes da sociedade civil, das emissoras e do Governo Federal. A Agência reguladora teria um papel fiscalizador e regulador do sistema a partir das diretrizes indicadas pelo Conselho Nacional de Comunicação Pública. Seria responsável por fiscalizar concessões e no cumprimento dos compromissos das emissoras.

1.5.3. Financiamento

No que tange ao financiamento, não existe consenso acerca das possibilidades de fontes de recursos para a televisão pública. A importância da reflexão acerca das fontes de financiamento para uma televisão pública não-estatal é garantir que não haja a possibilidade de um governo fazer cortes no orçamento para constranger seus dirigentes, a fim de controlar seu conteúdo. Ou, de outra forma, que as receitas da emissora vinculem-se, com a capacidade de sua programação atrair a audiência, como no caso do financiamento por meio de publicidade comercial. Reside justamente no financiamento publicitário o principal dissenso.

Laurindo Leal demonstrou no seu livro *A Melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão* (1997) que as formas de financiamento são muito variadas em sistemas públicos de comunicação em outros países. No Reino Unido, por exemplo, a BBC é mantida principalmente por meio de uma taxa anual paga por todos os cidadãos proprietários de aparelho televisor, embora existam outras fontes de rendas para a emissora. Nos Estados Unidos, a maior parte da renda da PBS é oriunda de doações feitas voluntariamente por cidadãos que acreditam na importância do canal.

Portales, além dos demais pensadores latino-americanos culturalistas autores do livro *Televisão pública: do consumidor o cidadão* (2002), defende que o projeto idealizado por eles só se realizaria com o autofinanciamento, que privilegiaria a receita publicitária. Portales afirma que aqueles veículos que dependam de orçamentos públicos “não têm uma autonomia real, ainda menos se estes orçamentos seguem a tendência de declínio, predominante na atualidade” (p. 152), mas considera as problemáticas do financiamento por meio da publicidade: “o financiamento exclusivamente publicitário restringe a margem de manobra da estação para cumprir funções públicas deficitárias, ou para assumir riscos maiores em áreas como a inovação ou a descentralização” (p. 152). Logo, o autor propõe uma combinação de receitas publicitárias, que seria majoritária, com subsídios públicos para garantir a existência de programas que cumpram essas funções deficitárias.

A publicidade comercial, defende Portales (2002), pode servir como uma fonte de autofinanciamento autônoma com relação ao governo. É também uma forma de financiamento que não onera os cofres, nem exige a criação de taxas. Defende que também

estimula a emissora a criar uma programação que seja mais atrativa à população, à medida que, dessa forma, passaria a disputar verbas publicitárias e, por consequência, necessitaria ter audiência significativa para valorizar os espaços publicitários vendidos. Portales defende então que haja um financiamento misto de verbas públicas e venda de espaços publicitários.

Outros autores discordam da possibilidade de incluir a venda de espaços publicitários como forma de financiamento. Uma vez que a televisão pública na América Latina surge como complemento à televisão privada, a publicidade comercial não se justifica como alternativa de financiamento. É necessário uma forma de financiamento que crie uma completa autonomia das emissoras públicas com relação ao mercado. O Coletivo Intervozes (2007) defende que, para garantir a autonomia com relação ao governo e as forças de mercado, um veículo ou outros órgãos componentes do sistema público de comunicação⁶ publicidade comercial é inviável. A publicidade comercial tornaria invariavelmente a audiência em indicador de sucesso e induziria as emissoras à homogeneização, tal como as emissoras privadas, em busca de mais recursos. Entretanto, há outras formas de financiamento privado viáveis, que poderiam ser aceitas, como o apoio cultural. O Coletivo Intervozes defende essa modalidade de financiamento de forma complementar, já que para a empresa que oferece o apoio cultural, interessa a associação da sua marca ao programa e não a vincula diretamente ao índice de audiência.

Laurindo Leal afirma em um texto anexo ao relatório do grupo temático de “missão e finalidade” do I Fórum Nacional de TVs Públicas (2007) que, quanto ao financiamento, “nenhuma das alternativas hoje existentes [de financiamento das emissoras do “campo público”] deveria deixar de ser considerada, com exceção do anúncio comercial, incompatível com a linguagem de uma televisão pública” (p. 22). Dentre as possibilidades a serem consideradas, listou:

recursos provenientes do Estado, cuja política cultural não deve excluir a radiodifusão; de apoios culturais bancados por empresas que queiram associar suas marcas a programas de qualidade; de doações efetuadas por pessoas físicas e jurídicas, com deduções fiscais como ocorre com a televisão pública norte-americana; de taxas que possam ser aplicadas sobre as contas de grandes consumidores de energia elétrica, como aventou o

⁶ O Intervozes faz uma proposta de um sistema público de comunicação que não seria composto apenas de emissoras de rádio e televisão, mas também de centrais públicas de comunicação, que produziriam conteúdos para os veículos, e operadores de rede, que transmitiria o sinal para todas as emissoras, otimizando recursos e gastos.

governo de São Paulo há alguns anos; de serviços prestados a terceiros; da venda de produtos realizados pela emissora e, finalmente, da cobrança de aluguel das emissoras comerciais pelo uso do espectro eletromagnético, que é público, levando à constituição de um fundo mantenedor da rede pública nacional de televisão (p. 23).

O Coletivo Intervozes (2009) faz uma definição de veículo público não-estatal de radiodifusão como aquele que conta com autonomia de gestão e de financiamento, não sendo sustentado nem por publicidade comercial, tampouco por financiamento público direto. O financiamento deve ocorrer com base em legislação que garanta verba assegurada, oriunda de impostos e taxas repassadas diretamente à emissora, de forma que impossibilite um governante, partido ou gestor público intervir no repasse da verba. A gestão deve dar-se por meio de órgão autônomo, com poder de decisão e atuação independente dos governos, de forma que um governante não possa intervir na gestão do veículo (INTERVOZES, 2009). Como possibilidades, a entidade sugere uma taxa sobre as receitas publicitárias das redes privadas; impostos sobre a venda de televisores, progressivos de acordo com o tamanho do aparelho; doações; orçamentos públicos federal ou estadual; o apoio cultural e anúncios estatais de interesse público.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, uma entidade que debate temas relativos à comunicação social, em seu texto apresentado ao I Fórum Nacional de TV's Públicas, propõe um forma mista de financiamento, de modo a reduzir a capacidade da fonte da receita interferir no conteúdo do canal. A proposta vincula a fonte do recurso à sua destinação:

- a) Recursos orçamentários – receitas vinculadas à União, estados e municípios – para gastos com pessoal;
- b) Taxa anual cobrada por domicílio para financiamento dos gastos com infraestrutura, produção de conteúdo e serviços interativos [taxa progressiva];
- c) Fundos públicos de fomento para o financiamento da produção audiovisual independente a ser exibida pela rede de emissoras;
- d) Contribuições das entidades gestoras para investimentos em atualização tecnológica e despesas com manutenção do parque de equipamentos;
- e) Receitas próprias com a venda de patrocínio, apoios culturais e licenciamento de marcas para investimentos em marketing;
- f) Captação de recursos junto a fundações internacionais e nacionais para projetos experimentais;

- g) Doações de pessoas físicas e jurídicas para a promoção de campanhas públicas (FÓRUM, 2006, p. 86).

3 HISTÓRICO DA TV PÚBLICA NO BRASIL

A história da radiodifusão no Brasil começa com uma estação de rádio de caráter público. Essa primeira estação foi a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 1923 por Edgar Roquette-Pinto (1884-1954). As primeiras transmissões foram feitas a partir de um rádio transmissor comprado pelo Estado para uso dos Correios e Telégrafos. (JAMBEIRO, 2002) A empresa estatal cedia gratuitamente o equipamento para a transmissão de duas horas diárias de programação. Antes ainda disso, houve apenas transmissões esporádicas e irregulares feitas por clubes e associações culturais. O propósito de Roquette-Pinto para o rádio era cultural. Sua intenção era que fosse usado como uma forma de difusão cultural para o enriquecimento intelectual de sua audiência. Organizava-se como um clube, ou seja, era mantida por contribuições de seus ouvintes. Assim, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro era um espaço público que, por sua forma de organização, mantinha-se afastado de interesses comerciais ou do Estado (LEAL FILHO, 2007). O rádio no Brasil, portanto, nasceu público. Na inauguração da rádio, Roquette-Pinto discursou: “todos os lares espalhados pelo imenso território brasileiro receberão o conforto moral da ciência e da arte” (SAMPAIO apud LEAL FILHO, 2007, p. 3).

Em 1930 já havia 19 estações de rádio no Brasil, muitas delas organizadas como clubes de ouvintes. A programação era voltada para as classes mais altas da sociedade, que tinham rendas suficientes para adquirir um aparelho de rádio, muito caro à época. Mas, ainda no final dos anos 1920, com a industrialização e ampliação dos aparelhos vendidos no Brasil e aumento da oferta de bens industrializados de consumo, as rádios ampliam audiência e começam a se viabilizar comercialmente, vendendo anúncios das mercadorias dessa indústria nascente.

Após a Revolução de 1930, Vargas começou a implantar seu projeto centralista de Estado uno. Até então, no Brasil, o poder nacional era dominado por elites agrárias de poucos estados – principalmente São Paulo e Minas Gerais – que defendiam seus interesses regionais e, por vezes, entravam em conflito com as elites de outros estados. Com Vargas, iniciou-se o processo de centralização política do país. O projeto nacionalista de Vargas, acentuado principalmente a partir do Estado Novo (1937-1945), era um projeto ideológico de um Estado forte comandado por um líder poderoso – o próprio Vargas – que dirigiria a nação. A cultura

passou a ser vista como um instrumento de disseminação ideológica e de legitimação política. Artistas brasileiros passaram a receber estímulos e premiações, desde que estivessem alinhados com o projeto ideológico nacionalista de Vargas. A quem não se enquadrasse nesse projeto, lhes foram reservadas censuras e prisões. O rádio também seria de interesse desse projeto.

Os decretos 20.047, de 1931, e 21.111, de 1932 foram as primeiras regulações ao serviço de radiodifusão. Determinaram o privilégio do Estado sobre o espectro e a prerrogativa do Poder Executivo em fazer concessões por tempo determinado a empresas privadas que quisessem explorar o serviço. Vargas queria implantar o modelo de gestão comercial do serviço de radiodifusão usado pelos Estados Unidos, chamado *trusteeship model* (JAMBEIRO, 2002). O modelo comercial, portanto, estabelece-se desde as raízes na radiodifusão brasileira até os dias de hoje.

Vargas criou em 1932 o Departamento Oficial de Propaganda. Esse órgão viria a se tornar, em 1934, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e, em 1939, já no período do Estado Novo, Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Na última mudança, o órgão foi vinculado ao gabinete do Presidente da República. O órgão tinha o papel de criar a imagem do regime no Brasil e no exterior, organizando a propaganda governamental. Cabia ao DIP a tarefa de realizar a censura de jornais, revistas e das rádios.

O DIP assumiu ainda a produção do programa *A Hora do Brasil*, nascido em 1935 com o nome de *Programa Nacional* e tornado de transmissão obrigatória por todas as rádios do país em 1938, quando assumiu o novo nome. O programa – existente até hoje com o nome de *A Voz do Brasil* – tinha o intuito de propagandear as ações do presidente além de defesa do regime.

De acordo com Maria Helena Capelato, a propaganda oficial dessa época em regimes autoritários como o de Vargas buscava algum determinado efeito. Para o Estado Novo, o efeito visado era, segundo a autora, “a conquista do apoio necessário à legitimação do novo poder, oriundo de um golpe” (1999, p.170).

Capelato explica as funções e atribuições do DIP:

Vinculado diretamente à Presidência da República, o DIP produzia e divulgava o discurso destinado a construir certa imagem do regime, das instituições e do chefe do governo, identificando-os com o país e o povo. Assim, produziram-se livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio com noticiários e números musicais, além de radionovelas, fotografias, cinejornais, documentários cinematográficos, filmes de ficção etc. Nesse conjunto, destacam-se a imprensa e o rádio como os meios mais utilizados para a divulgação da propaganda política (p. 173).

O DIP nutria-se dos discursos proferidos por Vargas nos palanques nos quais subia para compor o conteúdo dos materiais produzidos. Além disso, o DIP também era o órgão responsável pela censura à imprensa. A subordinação dos jornais imposta pelo regime era enorme:

Os periódicos acabaram sendo obrigados a reproduzir os discursos oficiais, a dar ampla divulgação às inaugurações, a enfatizar as notícias dos atos do governo, a publicar fotos de Vargas: 60% das matérias publicadas eram fornecidas pela Agência Nacional (CAPELATO, 1999, p. 175).

A disseminação do rádio no Brasil seguia, apesar da censura. Em 1938, já havia no país 41 estações de rádio, a maioria comercial.

Em 1936, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro é doada por Roquette-Pinto ao regime de Vargas, desde que fosse preservado seu caráter cultural. Ela foi vinculada ao Ministério da Educação e Cultura e passou a se chamar Rádio MEC.

A Rádio Nacional do Rio de Janeiro, fundada em 1936 pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande – que também detinha publicações impressas –, é estatizada em 1940 devido a dívidas acumuladas pela empresa proprietária. Apesar de ter se tornado pública, a Rádio Nacional manteve sua programação de caráter de entretenimento, inserindo conteúdos informativos e de propaganda do regime (VALENTE, 2009). “Se é fato que Vargas utilizou-a como efetivamente como aparelho de propaganda, ele o fez sem abdicar do perfil de programação comercial que já possuía” (p.53).

Com o término na Guerra Fria, cai também o regime de Getúlio Vargas. A constituição democrática de 1946, que estabelece um período democrático até o golpe militar de 1964, entretanto, mantém modelo brasileiro de radiodifusão, com o executivo federal único autorizado em dar as concessões. Os instrumentos de propaganda criados por Vargas passam a

ser utilizados pela gestão de cada governante desse período para a promoção de seus governos (JAMBEIRO, 2002).

1.1.Surgimento da televisão

Em 1950, Assis Chateaubriand, dono dos Diários Associados, maior conglomerado de mídia no Brasil até então, recebe a concessão para inaugurar a primeira estação de televisão do Brasil. A TV Tupi-Difusora, inaugurada por Assis Chateaubriand, foi a sexta emissora instalada no mundo e a primeira na América Latina (JAMBEIRO, 2002). O modelo da radiodifusão já consagrado com o rádio repete-se na televisão. Predomínio dos veículos privados, com as concessões dadas exclusivamente pelo governo e predomínio de programas de entretenimento para atrair a maior audiência possível e sustentação por meio da publicidade comercial.

Por muito pouco, a televisão pública no Brasil não nasce ainda nos anos 50. Em 1952, a prefeitura do Distrito Federal – o Rio de Janeiro, na época, capital da nação – recebe uma concessão para exploração de um canal de televisão. Um projeto detalhado estava pronto e os equipamentos que seriam importados dos Estados Unidos já estavam aguardando no porto de Nova Iorque para serem embarcados. A prefeitura do Distrito Federal já havia pago a primeira parcela da compra dos equipamentos, quando o prefeito João Carlos Vital, por um jogo político, foi desonerado do cargo e o projeto da implantação da emissora foi abortado pelo seu sucessor (MILANEZ, 2007). Apenas em 1960 é inaugurada a primeira televisão pública do Brasil, a TV Nacional de Brasília, criada junto com a cidade, mas que, na maior parte de sua história, retransmitiu programas da TVE Brasil.

A evolução da programação da televisão, nos seus primeiros anos, seguiu mais ou menos o mesmo caminho que a rádio seguira. Inicialmente com espetáculos de música clássica, balé, adaptações de grandes autores do teatro e, à medida que foi se popularizando, começou a transmitir programas de auditório focados na música popular. Muitos dos artistas, apresentadores e profissionais da televisão vieram das rádios nesses primeiros anos.

Em 1962, o Congresso Nacional aprovou a Código Brasileiro de Telecomunicações.

Os primeiros anos de televisão no Brasil foram regulados por leis direcionadas à rádio ainda do período Vargas, à exceção das mudanças estabelecidas pelo decreto-lei 8356 de 12 de dezembro de 1945, pouco depois da queda de Vargas, que acabava com a censura prévia na rádio e estabelecia novos critérios para a concorrência pública por concessões. Essa legislação vigente dava amplos poderes ao Poder Executivo sobre a radiodifusão. Ainda em 1946, concessionários de rádio realizam o I Congresso Brasileiro de Radiodifusão, onde elaboraram uma proposta ainda aquela que foi encaminhada ao Congresso Nacional, mas não recebeu aprovação.

1.2. O Código Nacional de Telecomunicações de 1962

Como mostra Jambeiro (2002), o Código Nacional de Telecomunicações, estabelecido pela Lei 4.117 de 1962, foi resultado de um processo de negociação que se arrastou por nove anos entre radiodifusores e partidos políticos. A articulação entre radiodifusores, entretanto, é ainda mais antiga e remete ao I Congresso Nacional de Radiodifusão, de 1946, que já buscava um novo código que regulamentasse a atividade em substituição aos decretos 20.047 de 1931 e o decreto 21.111 de 1932, para o novo regime democrático que se estabelecia naquele ano.

O Código Nacional de Telecomunicações de 1962 herdou vários dos principais elementos dos decretos anteriores que regulamentavam a atividade. O novo código reafirmou a radiodifusão como um serviço público com finalidades educativas e culturais e manteve o modelo já estabelecido do *trustenship model*, ou seja, da concessão do serviço que fossem realizados por concessionários e mantidos economicamente por meio da venda de anúncios. Com relação aos anúncios, o Código ampliou o limite do tempo máximo destinado à publicidade comercial a 25% do tempo total de transmissão. No entanto, de acordo com Jambeiro (2002), esse caráter ficou apenas na retórica, sem uma determinação muito clara de como se daria o princípio na sua aplicação prática, a não ser por uma determinação de que as emissoras mantivessem 5 horas semanais – distribuídas em 30 minutos diários de segunda a sexta e 75 minutos aos sábados e domingos – de programação cultural realizada pelo Ministério da Cultura. O novo código estabelece ainda que 5% da programação deve ser de caráter informativo.

Como forma de evitar o monopólio, o número de concessões a um mesmo concessionário foi limitado a dez, sendo que somente duas poderiam estar num mesmo estado. Essa medida favoreceu a expansão da televisão nacionalmente em rede, por meio do sistema de afiliação. Foi mantida também a centralização do Executivo Federal na distribuição de concessões e também o caráter nacionalista já visto nas regulamentações anteriores, proibindo concessionários estrangeiros, assim como sócios, gestores e empregados. Uma inovação do Código Brasileiro de Radiodifusão foi a reserva de espaço para a propaganda política para os partidos em períodos eleitorais.

Foi esse código que criou as condições para a criação de dois órgãos importantes para a radiodifusão pública brasileira: A Fundação Roquette-Pinto e a Radiobrás (Empresa Brasileira de Radiodifusão), que virão futuramente a constituir a estrutura da atual Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

O golpe militar de 1964 derruba o regime democrático e muda a perspectiva do Estado sobre as comunicações. De acordo com Jambeiro (2002),

Os militares viam na televisão um instrumento importante para promover suas ideias sobre segurança nacional e modernização das estruturas econômicas do país.

Assim, a indústria da TV foi tomada como instrumento para duas tarefas imediatas e cruciais que os militares queriam realizar, visando, sobretudo, viabilizar a expansão do parque industrial brasileiro (p. 73).

Os militares entendiam que o Brasil teria de determinar e defender seus interesses mais elementares, que deveriam ser parte da consciência da população. A chamada Doutrina de Segurança Nacional, na verdade, buscava suprimir as lutas sociais e as disputas entre elite e classes trabalhadoras em nome da “unidade” e dos “interesses nacionais”.

Nesse sentido, a expansão do alcance dos sinais de rádio e televisão por meio das redes tinha o objetivo de apoiar a integração nacional, disseminando a Doutrina de Segurança Nacional e promovendo um mercado de consumo de massas que impulsionasse a industrialização do país (JAMBEIRO, 2002).

O impulso que a ditadura queria dar à industrialização nacional encontra uma barreira nas carências da educação. A ideia de que se poderia aproveitar o alcance potencialmente

amplo da televisão poderia ajudar a suprir essas lacunas e fornecer formação para as massas de jovens que estavam à margem da educação escolar formal ganhou força (BELTRAN, 2002). A televisão poderia potencialmente atingir populações de diversas faixas de renda, em diversas idades, espalhadas por um amplo território, permitindo complementar e até mesmo substituir o ensino em sala de aula. A ideia não é exclusividade dos militares, já era debatida ainda antes do golpe e, também, em outros países da América Latina e nos Estados Unidos.

Essa concepção está expressa nas resoluções da primeira reunião da Comissão Interamericana de Telecomunicações, realizada em 1965 em Washington, que afirma que “a radiodifusão e televisão são meios eficientes para realizar programas educativos destinados a grupos de população distribuídos sobre grandes extensões territoriais” (MEC apud VALENTE, 2009. p. 56). Houve ainda, segundo Jambeiro (2002) uma ofensiva internacional liderada pela UNESCO que pressionava pelo uso da televisão para fins educativos em países subdesenvolvidos.

Segundo Valente (2009), o interesse real por essa modalidade de ensino deve-se ao fato de poder atingir um grande número de pessoas num tempo menor que o necessário para ampliar o parque escolar no país, implicar um custo de investimento menor do que na criação e manutenção de instituições de ensino, além de poder ser mais facilmente controlável, devido a organização altamente centralizada das televisões. Essa concepção da comunicação pública reserva às mídias públicas o papel de difusão de conhecimentos à população. A radiodifusão pública, nessa concepção, tem uma abordagem mais restrita e instrumental.

3.3. TVs educativas

Em 1967 foi instituída a Lei 5198 que criou a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa – o FCBTVE, sob controle do Ministério da Educação e Cultura, que tinha o objetivo de produzir e distribuir programas educativos de televisão. As bases dessa fundação formam, 40 anos mais tarde, parte da estrutura da EBC.

Meses depois, o Decreto 236 regulamenta a concessão de televisão educativa. O seu texto estabelece que os canais de concessão educativa apenas podiam transmitir programas

educacionais como vídeo-aulas, conferências e debates. O artigo 13º do decreto estabelece o caráter não-comercial da televisão educativa, proibindo a veiculação de propaganda de qualquer tipo ou patrocínios. O decreto também estabelece que o serviço só tem autorização de ser explorado pela União, estados, municípios, fundações e universidades. O Código Nacional de Telecomunicações de 1962 já previa a concessão de canais de televisão educativa, o que só foi regulamentado no decreto 236 de 1967.

Anos antes, em 1964, ainda no governo de João Goulart, O Ministro da Educação solicitou ao Conselho Nacional de Telecomunicações – o CONTEL, órgão regulador da radiodifusão na época, antes da criação do Ministério da Comunicação – a reserva de um canal de televisão para o estabelecimento de canais educativos. No ano seguinte, já na ditadura, 100 canais de televisão em VHF e UHF em todos os estados foram reservados para o estabelecimento de uma televisão educativa. O Decreto 236 de 1967 deu ao CONTEL o direito de reservar canais educativos a qualquer cidade com mais de 100 mil habitantes (JAMBEIRO, 2002).

Já havia iniciativas de programação educativas no Brasil. A primeira delas foi o programa *Admissão pela TV*, que era um curso preparatório para o ingresso no ginásio, de 1961 em São Paulo. No Rio de Janeiro, foi criada a Fundação João Batista do Amaral, que produzia programas exibidos na TV Rio. Em 1962 foi lançado o programa *Universidade no Ar*, transmitido pela TV Continental do Rio de Janeiro. Em 1963, a Secretaria de Educação e Cultura de São Paulo criou o Serviço de Educação e Formação pelo Rádio e Televisão – SEFORT – que produzia programas transmitidos na TV Cultura, fundada em 1960 como emissora privada do grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand, e funcionava usando equipamentos obsoletos da TV Tupi (VALENTE, 2009; OTONDO, 2002; JAMBEIRO, 2002).

Em 1967, já sob a regulamentação do decreto 236, foi criada a TV Universitária de Pernambuco, a primeira televisão pública educativa do Brasil. Pouco depois, em São Paulo, o governo do estado compra a TV Cultura, dos Diários Associados, que acumulava muitas dívidas e já não mais fazia transmissões. Dois anos mais tarde, é criada a Fundação Padre Anchieta, que passa a gerir a TV Cultura de São Paulo (OTONDO, 2002) e reinaugura a emissora. Para Laurindo Leal Filho (2007), a criação dessa fundação é um marco para a televisão pública brasileira. A Fundação seria gerida por um Conselho Curador com relativa

autonomia com relação ao governo do estado, garantida pela figura jurídica de direito privado, algo raro entre veículos públicos de comunicação no país.

Em 1970, o Ministério da Educação e Cultura publica uma portaria que obriga qualquer emissora de televisão a dedicar cinco horas semanais de programação educativa, medida que impulsionou a produção de programas pela FCBTVE (MILANEZ, 2007). Em 1973, a FCBTVE recebe a concessão de um canal de televisão no Rio de Janeiro, a partir de onde foi inaugurada a TVE Brasil, ainda em caráter experimental. Seu funcionamento regular definitivo deu-se apenas em 1977. Mais tarde, a FCBTVE muda o nome para FUNTEVÊ.

As emissoras educativas até então funcionavam isoladamente com a TVE Rio, federal, e as televisões educativas estaduais. Na intenção de integrá-las, o Ministério da Educação e Cultura criou, em 1979 o Sistema Nacional de Televisão Educativa – SINTED –, de modo a proporcionar troca de programas e prestação de assistência técnica. Seus recursos eram precários (VALENTE, 2009). Três anos mais tarde o SINTED muda de nome para Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa – SINRED. O SINTED e o SINRED foram as raízes da Rede Nacional de Comunicação Pública.

3.4.Radiobrás

Em 1975, é fundada a Empresa Brasileira de Radiodifusão, a Radiobrás. O propósito da Radiobrás era uma questão estratégica para a ditadura militar. Ela foi idealizada para criar uma rede nacional de radiodifusão a fim de alcançar a Amazônia e regiões fronteiriças, onde as redes privadas não tinham interesse de levar suas emissoras, devido à sua amplitude e ao seu baixo povoamento. A solução tecnológica era o uso de sinal em ondas curtas e ondas médias, que têm muito mais alcance que as frequências em AM ou FM.

A ideia da sua criação vem de muito antes, ainda nos anos 30, e estava prevista na legislação determinada pelos decretos de 1931 e 1932. A Comissão Técnica do Rádio propôs a instalação dessa rede ainda em 1937. Logo após a implantação do Estado Novo, a Portaria Ministerial 534 de 1937 aprovou a proposta e autorizou a instalação de um número ilimitado de emissoras (JAMBEIRO, 2002).

A rede de rádios nunca foi implantada e o tema só voltou à tona em 1974 por sugestão de um estudo realizado pela Universidade de Brasília. No ano seguinte, ela foi criada por meio da Lei 6.301. O Decreto 77.698 de 1976 finalmente a institui a partir da estrutura das emissoras de rádio e televisão mantidas pelo governo federal, que passaram a ser centralizadas pela nova empresa: a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, Rádio Mauá, Rádio Nacional de Brasília e a TV Nacional de Brasília e passou a transmitir programas da FCBTVE em seus canais de TV. Diferente da TVE Rio, que foi uma concessão recebida por uma fundação pública, a FCBTVE, a Radiobrás nasceu como uma empresa pública, na forma de sociedade anônima, embora o Estado tenha sido sempre acionista exclusivo da empresa.

O presidente da empresa e seus diretores eram nomeados pelo Presidente da República, assim como os membros do Conselho Fiscal e Conselho Administrativo. De acordo com Bucci (2008a), a Radiobrás não tinha como escapar dos constrangimentos governamentais para propagandear seus feitos. Na mentalidade de seus funcionários, segundo o autor, “a Radiobrás tem como dono o governo federal, um dono que gosta de manter a barriga no balcão. Do outro lado, a Radiobrás tem como cliente o mesmo governo federal, e esse cliente não deixa por menos” (p. 83). O próprio Decreto 77.698 que criou a empresa estabelecia, em seu artigo 4º, que suas atividades estavam sob supervisão do Gabinete Civil da Presidência da República.

A Lei 6.650 de 1979 Criou a Secretaria de Comunicação do Governo Federal, a SECOM. A secretaria passou a cuidar das relações públicas da Presidência da República, da propaganda oficial e de outras medidas de comunicação institucional do governo. A lei também reformulou os objetivos da Radiobrás, vinculando-a firmemente aos propósitos governamentais e criou ainda a Empresa Brasileira de Notícias, a partir da antiga Agência Nacional, responsabilizada por produzir notícias e boletins sobre o governo e produzindo *A Voz do Brasil*. O decreto ainda estabeleceu como objetivo da empresa a divulgação dos feitos do governo, visando a motivação da população a esforçar-se em prol dos interesses nacionais – leia-se: interesses do regime militar.

1.5 Anos 1980 e 1990 – desmonte das televisões públicas

Para Jonas Valente (2009), a televisão pública assumiu, desde seu estabelecimento, um papel de complementaridade marginal, o que significa que a televisão pública foi sempre implantada para complementar o sistema de radiodifusão brasileiro com conteúdos e objetivos que não interessam a televisão privada, mas nunca ocupou um papel central na radiodifusão, esta sempre dominada pelas emissoras comerciais. Ele propõe uma periodização da história da televisão pública no Brasil, na qual o período entre 1967 e 1981 é a primeira fase, em que ela é vista como instrumento de teleducção. Foi o período do surgimento das televisões educativas, quando se acreditava que a adaptação de cursos escolares à televisão poderia suprir as deficiências da educação brasileira. Esse período durou até 1981, tendo como marco o início das transmissões do programa Telecurso, da Fundação Roberto Marinho em parceria com o MEC. Valente identifica esse momento como uma mudança da perspectiva educativa proposta pelos militares.

A partir desse ano, no período que se estendeu até 1993, para o autor, desenvolveu-se a segunda fase das televisões públicas no Brasil, com inserção mais qualificada na concorrência televisiva. Inicia-se no período de declínio da ditadura militar, quando o abandono do projeto de teleducção leva as televisões públicas a buscar um novo papel na concorrência televisiva, adotando um perfil mais generalista e diferenciado.

Valente (2009) elenca entre os fatores para essa mudança, a diminuição da demanda por qualificação de mão-de-obra, por conta da crise econômica e estagnação vivida na época, a redução da receita dessas emissoras pelo mesmo motivo e a necessidade de ganho em audiência dessas emissoras para justificarem sua existência em um período de crise. Os próprios governantes teriam interesse em uma audiência maior para essas televisões para legitimação política, no novo cenário de concorrência eleitoral para os governos estaduais, a partir de 1982.

Acrescentamos, ainda, que houve uma percepção nas enormes limitações do serviço de teleducção a que as emissoras educativas se propunham. Os programas eram uma simples adaptação de aulas para serem apresentadas em vídeo, de forma unilateral e sem a possibilidade de acompanhamento pedagógico personalizado. De acordo com Jambeiro (2002), a proposta educativa dessas televisões foi um completo fracasso:

Alguns críticos argumentam que com os recursos que ela gastou durante a sua existência, teria sido mais barato e provavelmente mais eficiente pagar

um professor particular para cada um de seus alunos, ou mandá-los estudar nas melhores escolas privadas do país (p. 122).

Começou-se a perceber que a vocação educativa da televisão, por outro lado, não passava pela reprodução da escola, mas sim pela viabilização de outras formas de aquisição de conhecimentos, menos formais, capazes de entreter e educar (ONTONDO, 2002). De acordo com a autora, a TV Cultura vivenciou um salto na sua programação ainda nos anos 1970, quando o canal começou a exibir o seriado infantil *Vila Sésamo* e a se dedicar mais à programação infantil. A TVE Brasil, de acordo com MILANEZ (2007), passou, a partir dos anos 1980, a transmitir programas antes censurados pela ditadura e também investiu na programação infantil. Com essas mudanças, as televisões educativas conseguiram ganhos em audiência, com alguns de seus programas até competindo em audiência com as televisões privadas.

A despeito da estagnação econômica da década de 1980, as televisões educativas crescem em qualidade, em parte devido à Lei 7.505 de 1986, que flexibilizou as possibilidades de financiamento das emissoras educativas. A nova lei estabeleceu a concessão de benefícios fiscais a empresas que patrocinassem atividades culturais, permitindo que as televisões educativas financiassem programas através desse meio, o que serviu como alternativa a essas emissoras, diante dos cortes orçamentários impostos pelos governos (VALENTE, 2009). O mesmo não se pode dizer em relação à Radiobrás. Na tentativa de conter gastos e otimizar recursos, em 1988, a Radiobrás incorporou a Empresa Brasileira de Notícias – EBN –, muito criticada, que produzia boletins e notas sobre o governo federal e *A Voz do Brasil*, e se desfez de muitas de suas emissoras. Das 42 emissoras da empresa, sobraram apenas nove. Centenas de funcionários foram demitidos, dos quais, quase a totalidade dos egressos da EBN (BUCCI, 2008a).

A Constituição de 1988 estabelece novos marcos para a radiodifusão e para as televisões públicas brasileiras. Pela primeira vez, há um capítulo específico para a comunicação de massa, o Capítulo V – Da Comunicação Social. De acordo com Jambeiro (2002), a nova constituição manteve a definição da radiodifusão como serviço público e o já consagrado modelo de *trusteeship model*. O caráter nacionalista também foi mantido, autorizando apenas a brasileiros a propriedade de empresas de radiodifusão⁷. A concessão de

⁷ Em 2002, a Emenda Constitucional nº 36 alterou o texto da Constituição, permitindo a estrangeiros o controle

frequências, antes decisão exclusiva do Poder Executivo, passa a estar sujeita à aprovação e à revisão também no parlamento. No entanto, o ponto mais fundamental da constituição para as televisões públicas é o artigo 223º, que prevê a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal, apesar da falta de regulamentação que deixa esses conceitos indefinidos.

Nos anos 1990, a desestruturação das televisões públicas continuou. Com a emergência da doutrina neoliberal do Estado-mínimo, o Estado implementa uma política privatista, com a venda de estatais e a delegação de atividades antes realizadas pelo Estado à iniciativa privada, as televisões públicas sofrem mais cortes orçamentários. A FUNTEVÊ passa a se chamar Fundação Roquette-Pinto em 1990 e entra em uma crise financeira grave em 1993. Em São Paulo, por outro lado, a TV Cultura, naquele ano, inicia as transmissões por satélite. Isso gera uma crise no SINRED, que era encabeçada por uma televisão em crise – a TVE Brasil– enquanto a TV Cultura, que tinha programação superior e almejava ser a cabeça da rede, alcança recursos que facilitam a distribuição de seus conteúdos. (FRADKIN Apud VALENTE, 2009).

1.6 Lei do cabo

Em 1995, a Lei 8.977, conhecida como Lei do Cabo, que regulamenta a atuação das operadoras de televisão por assinatura, configura um novo marco na comunicação pública no Brasil. A lei estabelece como princípio a promoção da “cultura universal e nacional, a diversidade de fontes de informação, o lazer e o entretenimento, a pluralidade política e o desenvolvimento social e econômico do País” (BRASIL, 1995).

Essa lei estabelece que as distribuidoras de televisão a cabo devem disponibilizar seis canais de acesso gratuito a seus assinantes. Um para a Câmara dos Deputados, um para o Senado Federal, para a Câmara de Vereadores e Assembleia Legislativa, um para as universidades da região, um para organizações da sociedade não governamentais e sem fins lucrativos, além de todos os canais abertos que operem na região. Cada operadora deve ainda reservar dois canais para serviços ocasionais como comícios, debates, congressos, etc. Cada

operadora deve disponibilizar pelo menos 30% dos canais a empresas não ligadas a ela.

Outra novidade nessa lei foi o processo de sua elaboração. O projeto de lei foi fruto da discussão entre organizações interessadas. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, organização da sociedade civil, e a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, representante das empresas do setor, iniciaram debates por conta própria e submeteram a proposta acordada a lideranças partidárias para votação no Congresso Nacional.

A lei do Cabo permitiu a ampliação da oferta de canais públicos de televisão, embora ainda restrito aos assinantes desse serviço. Os canais legislativos têm como objetivo determinado pela lei a documentação das atividades das casas legislativas e a transmissão ao vivo das sessões, como forma de dar maior transparência ao trabalho do Poder Legislativo. Os canais universitários são de uso compartilhado pelas universidades presentes nos municípios atendidos pelo serviço da empresa.

A primeira emissora legislativa a entrar em funcionamento após a lei foi a da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ainda em 1995. Em 1996, entrou em funcionamento a TV Senado e, em 1997, a TV Câmara. Muitas emissoras legislativas passaram também a transmitir em sinal aberto em UHF posteriormente. Em 2002, por meio da Lei 10.461, o Poder Judiciário é incluído entre os canais de acesso gratuito e é criada a TV Justiça, mantida pelo Supremo Tribunal Federal.

Em 1998, foi criado o NBR, canal que acompanha as ações do Presidente da República. Essa televisão utiliza o espaço reservado pela Lei do Cabo ao Poder Executivo para operar um canal de caráter educativo e cultural. Ainda que a lei determine o caráter desse canal, a NBR não demonstrava em sua programação qualquer projeto educativo ou cultural nos seus primeiros anos de funcionamento.

Os canais públicos de acesso gratuito na televisão por assinatura sofrem com dificuldades de financiamento. Manter uma televisão é custoso e a legislação existente apenas impõe restrições ao financiamento por meio de propaganda comercial e autoriza apoio cultural e patrocínios. De acordo com a Associação Brasileira de Televisão Universitária – ABTU –, 70% das suas afiliadas são financiadas exclusivamente por suas mantenedoras: pela dotação orçamentária, no caso das instituições públicas; ou pela mensalidade dos estudantes, no caso das universidades pagas. Das que se valem de patrocínios para financiar seus

programas, ocupam mais de 10% da verba por esse meio (BRASIL, 2006, p. 70). As televisões legislativas, por seu turno, são mantidas fundamentalmente pelo orçamento do Poder Legislativo. As televisões universitárias ainda tem um grande problema para geração de conteúdo. Ainda segundo a ABTU, em 2006, a média de produção própria inédita nas televisões universitárias foi de apenas seis horas por semana (p. 58).

De acordo com Bucci (2008a), esses canais institucionais, como a TV Câmara e a TV Senado, apesar da limitação legal que têm para sua programação e da composição multipartidárias dessas câmaras, ainda sofre com certas ingerências que a fazem servir como meio para a promoção institucional dessas casas. Apesar de os dirigentes dessas televisões serem indicados pelo presidente de cada casa, as bancadas de outros partidos servem de freios contra a apropriação indevida do espaço pelo interesse de um partido. Mas o problema está na defesa corporativa de cada instituição, o que ocorre não apenas com as televisões legislativas, mas também com a TV Justiça. “O risco mais sério da comunicação institucional de Estado, tal como ela vem funcionando no Brasil, aparece não no partidarismo, mas no corporativismo. Quando entram em jogo as causas corporativas da instituição, aí a distorção aparece” (p. 263).

A Lei do Cabo sofreu algumas alterações em 2011, quando foi aprovada a Lei 12.485. A nova lei tinha o objetivo de unificar a legislação de televisão por assinatura em diferentes tecnologias, uma vez que havia diferenças legais para transmissão por cabo e satélite. A lei autorizou a entrada de empresas de telecomunicações a operarem televisão por assinatura e permitiu que empresas com até 49% de capital estrangeiro atuassem no setor.

Em 1995, a Fundação Roquette-Pinto deixa sua vinculação com o MEC e passa a se vincular à SECOM e, em 1998, a Fundação Roquette-Pinto torna-se uma Organização Social. Essa forma de entidade jurídica foi criada pela Lei 9.637 de 1997, que, no artigo 19º autoriza as organizações sociais dedicadas a atividade de radiodifusão a buscar financiamentos privados por meio de publicidade institucional de órgãos públicos ou privados. Com essa mudança, a Fundação Roquette-Pinto passa a se chamar Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto – ACERP.

Enquanto os governos reduziam seus orçamentos, as rádios e as televisões públicas viam-se obrigadas a buscar financiamento no setor privado, com as possibilidades geradas pela Lei 7.505 de 1986 e pela Lei das Organizações Sociais de 1997. Em 1997, dirigentes de diversas emissoras públicas fundaram a Associação Brasileira das Emissoras Públicas,

Educativas e Culturais – ABEPEC – com o objetivo de articular essas emissoras que se encontravam em situação de quase abandono por parte dos governos estaduais ou federal que as mantinham. A ABEPEC tenta, sem sucesso, criar uma nova rede de televisões públicas em 1999 (BRASIL, 2006). Embora a legislação proíba a veiculação de propaganda comercial nas televisões educativas, boa parte delas valem-se desse recurso, já que não é fiscalizada pelo Estado (VALENTE, 2009).

1.7 Criação da EBC

O cenário das televisões públicas no Brasil era esse em 2003, quando Luís Inácio Lula da Silva assumiu a presidência. O universo das televisões públicas no país era muito variado, composto por diversas televisões estaduais ou municipais. A Lei do Cabo garantia a existência das televisões institucionais – as televisões legislativas e a TV Justiça; e as televisões universitárias e comunitárias, sofrendo com a baixíssima capacidade de orçamento e organização e com a quase invisibilidade. No plano federal, a Radiobrás penava após um longo processo de abandono e desmonte, totalmente subordinada ao Governo Federal. A NBR era operada apenas pelo cabo num espaço que deveria ser destinado à programação educativa e cultural, não fazia mais que acompanhar a agenda do presidente da República. A ACERP, que operava a TVE Brasil e a TVE do Maranhão, também com pouca disponibilidade de recursos. Os veículos mais expressivos eram as televisões educativas, a grande maioria composta por televisões estaduais, que sofriam com restrições orçamentárias e com a subordinação aos interesses dos governos que as mantinham. Segundo Jambeiro (2002), o projeto de televisão educativa atravessou as décadas desacreditada e criticada:

Elas terminaram o século [XX] buscando simplesmente sobreviver, porque além da falta de dinheiro, passaram a enfrentar problema mais profundo: descobrir o que devem fazer para justificar sua existência, após terem estado gastado dinheiro público e acumulando tantos fracassos (p. 122).

O universo das televisões públicas no Brasil é bastante heterogêneo. São vinculadas a diferentes órgãos do Estado, como secretarias de educação, cultura ou comunicação; casas legislativas e Supremo Tribunal Federal. No caso das educativas, podem ser geridas por

entidades de diferentes naturezas, como organizações sociais, fundações, organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP – e universidades. O grau de autonomia desses órgãos gestores também varia de caso a caso. O presidente de 40% das emissoras estaduais e os membros do Conselho Curador de 50% das emissoras que o possuem são nomeados pelo governador do estado (MOTA apud VALENTE, 2009), o que mostra a grande influência que os governos têm sobre emissoras públicas.

Durante o primeiro mandato do Presidente Lula da Silva, as emissoras públicas de radiodifusão passaram por um processo de reestruturação. Em 2003, Eugenio Bucci assumiu a presidência da Radiobrás e iniciou um processo de renovação da moral da empresa. O jornalismo da emissora, antes completamente submisso aos interesses governamentais, conseguiu ganhar alguma independência. Contrariando a tendência de fechamento de emissoras, visto nas décadas anteriores, a Radiobrás, nesse período, conseguiu lançar novas emissoras de rádio e uma nova emissora de televisão, a TV Brasil Canal Integración. Lançada em 2005 a emissora vinculada à Radiobrás envia sinal livremente apenas por satélite. O canal nasceu com o objetivo de servir de um canal informativo e cultural que fomentasse o diálogo e a integração entre o Brasil e os países vizinhos. Sua primeira transmissão experimental ocorreu durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre em janeiro de 2005 (BUCCI, 2008a).

A partir de 2003, a TVE Brasil também passou por um processo de recuperação. Uma pesquisa qualitativa foi encomendada para entender o que o cidadão pensava a respeito da TVE Brasil e, partir daí, novos programas foram incorporados. A emissora adquiriu novo edifício, reunindo escritórios espalhados, os programas receberam novos cenários, o parque técnico foi atualizado.

Após a reeleição de Lula, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, que, por um breve tempo, havia sido alocada como subordinada a Secretaria Geral da Presidência da República, voltou a ser uma secretaria própria e Franklin Martins foi nomeado ministro. A Empresa Brasil de Comunicação foi finalmente criada em 2007, por meio da Medida Provisória 398.

De acordo com Jonas Valente, a discussão para a implementação de uma nova televisão pública no Brasil tomou forma após o longo processo de discussão sobre a digitalização da radiodifusão. As organizações da sociedade civil que participaram do debate

consideraram o Decreto 5.820 de 2006, resultante do processo, uma derrota. Entretanto, conseguiram aprovar uma reserva para a União operar quatro canais: um do Poder Executivo, um da cultura, uma da educação e um da cidadania. A partir de então, o Ministério da Cultura, na figura do ministro Gilberto Gil, que também saiu insatisfeito com o padrão de digitalização adotado, iniciou um diálogo entre as entidades representantes das emissoras de caráter não-comercial para articular o Fórum Nacional de Televisão Pública⁸. O Fórum objetivava a criação de um espaço articulado entre essas entidades para a discussão de temas sensíveis a esses veículos e na ocupação dos espaços públicos reservados pelo decreto.

De acordo com Bucci, em abril de 2007, ele próprio recomendou ao ministro Franklin Martins que implantasse a fusão entre a Radiobrás e a TVE Brasil para a criação de uma nova entidade que centralizasse todas as atividades em rádio e televisão públicas sob o governo federal. A ideia já vinha sendo elaborada por ele durante sua gestão na Radiobrás. Bucci então entregou a Martins um documento com a ideia e um esboço de um projeto de lei para realizar essa fusão. No dia seguinte, Martins já falava publicamente na proposta, sugerindo o nome de TV Brasil à nova entidade. Entre 8 e 11 de maio, foi realizado o I Fórum Nacional de Televisão Pública, que lançou no seu documento final, a Carta de Brasília, com as resoluções das entidades e intelectuais presentes para a televisão pública.

Em 25 de maio daquele ano, o presidente Lula criou um Grupo de Trabalho Interministerial reunindo os ministros da Casa Civil, da Cultura, da Educação, da Comunicação e da SECOM, para pensar como a proposta da nova televisão seria encaminhada. O principal desafio do grupo era definir uma natureza jurídica e uma forma institucional para a nova entidade (VALENTE, 2009). Estudos foram encomendados a Fundação Getúlio Vargas, que apresentou diversas propostas. O grupo terminou por escolher pela forma de empresa pública.

A questão acerca da aceitação ou não da publicidade foi um tema que dividiu o grupo, que acabou acordando em aceitar publicidade institucional, mas não comercial. Mas ainda, segundo Valente (2009), o tema mais polêmico foi relativo ao modelo de gestão e a forma de indicação de diretores e conselheiros. No interior do Grupo de Trabalho Interministerial, havia duas posições acerca do tema. Franklin Martins defendia que as indicações de conselheiros

⁸ Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Cultural (ABEPEC), Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (ASTRAL) e Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM).

deveriam ser feitas pelo Presidente. Os conselheiros não deveriam ser escolhidos por seu vínculo com movimentos ou segmentos específicos, mas pelos atributos pessoais reconhecidos pela sociedade. A outra posição, patrocinada por Laurindo Leal Filho, defendia a nomeação pelo Presidente a partir de indicações da sociedade.

Em 10 de outubro de 2007, a Medida Provisória 398 foi publicada, criando finalmente a EBC. A Medida Provisória extinguiu a Radiobrás e criou a EBC. No entanto, não extinguiu a ACERP. O patrimônio da ACERP foi transferido para a EBC, mas a organização foi mantida, passando a servir como uma prestadora de serviços à EBC.

1.8 EBC e a TV Brasil

A Medida Provisória que criou a EBC estabeleceu como princípios a complementariedade entre os sistemas privado, público e estatal; a promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição de conteúdo; produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas; promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente; autonomia com relação ao governo federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

Entre os objetivos listados pela Medida Provisória estão alguns que criam o compromisso da EBC com princípios de cidadania e de direito à informação, como a oferta de mecanismos de debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional; o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, cultural, científica, e promotora de cidadania; o fomento à construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação do cidadão.

A EBC foi criada vinculada a SECOM, o que criou desconforto para Eugenio Bucci, lembrando que a SECOM é responsável pela propaganda de governo, da assessoria de

imprensa do governo federal e buscando promover uma imagem favorável ao presidente. Ele afirma:

esse vínculo institucional da EBC com a Presidência da República vai na contramão dos melhores princípios da comunicação pública. Nos Estados democráticos, emissoras públicas têm muito mais afinidade com a área da cultura do que com áreas encarregadas da agenda da Presidência da República. Isso significa que devem ser tratadas como entidades culturais, não como postos avançados da comunicação de governo. (2008b)

A EBC foi criada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, tendo, ao menos, 51% do capital titulados, a União. Do capital restante, é admitida a participação de entidades da administração indireta federal, bem como de estados, do Distrito Federal e de municípios, ou de entidades da administração indireta desses.

A Medida Provisória determinou um modelo de gestão para a EBC formado por uma Diretoria-Executiva, um Conselho de Administração, um Conselho Curador e um Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal seria constituído por três membros designados pelo presidente da República, sendo um representante do Tesouro Nacional e com representantes de acionistas minoritários.

O Conselho de Administração é o órgão de administração superior da EBC. Sua competência não ficou estabelecida pela Medida Provisória nem pela Lei 11.652 de 2008, que a substituiu após aprovação no parlamento, mas foi definida pelo seu Estatuto, aprovado pelo Decreto 6.689 de 2008. É composto de um presidente, indicado pelo Ministro da SECOM; o Diretor-Presidente da Diretoria Executiva; um conselheiro indicado pelo ministro de Estado, Planejamento, Orçamento e Gestão; um indicado pelo Ministério das Comunicações; e um indicado conforme o Estatuto da empresa. Todos nomeados pelo presidente da República.

O Conselho Curador é o órgão que tem a finalidade de garantir a representatividade da sociedade brasileira na administração da EBC. A esse conselho, de natureza consultiva e deliberativa, compete aprovar as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas integrantes da política de comunicação proposta pela Diretoria-Executiva; zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos previstos na Medida Provisória; aprovar a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria-Executiva; deliberar quanto a impugnação do voto de desconfiança aos membros da Diretoria-Executiva; e eleger seu

presidente entre seus membros.

A Medida Provisória 398 de 2007 estabelece uma composição com 20 membros, todos nomeados pelo Presidente da República São eles quatro ministros de Estado, um representante dos funcionários da empresa conforme o Estatuto e quinze representantes da sociedade, indicados na forma do Estatuto segundo critérios de representatividade regional e diversidade cultural e de experiências profissionais. Após a tramitação e aprovação no Congresso Nacional e a sua conversão na Lei 11.652 de 2008, acrescentou-se mais dois membros ao Conselho Curador, um representante da Câmara dos Deputados e um representante do Senado.

Ainda que com o papel de representar a sociedade brasileira na busca por uma programação em que toda a diversidade da população se reconheça, a forma como o Conselho Curador é formado é questionada por ser apenas por indicações do Presidente da República e das casas legislativas federais. Segundo Bia Barbosa, “Em vez de optar por uma arquitetura pública de escolha de seus integrantes, o que se viu foi uma total ausência de critérios no processo de definição do Conselho Curador” (BARBOSA, 2008).

A Diretoria-Executiva também teve as suas atribuições definidas apenas pelo estatuto, é composta por um Diretor-Presidente e um Diretor-Geral, nomeados pelo Presidente da República e até seis diretores eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração. Entre as atribuições do Diretor-Presidente, definidas pelo Estatuto, estão dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades da EBC; conduzir o planejamento estratégico institucional da EBC; aprovar políticas, planos e diretrizes propostos pelos Diretores junto ao Conselho de Administração e ao Conselho Curador. Para o Diretor-Geral, algumas das atribuições são substituir o Diretor-Presidente em suas ausências e impedimentos; dirigir, supervisionar, organizar, gerir e coordenar a execução de todas as atividades de radiodifusão pública, nos termos do regimento interno, implementando as diretrizes emanadas dos Conselhos e do Diretor-Presidente; assegurar a qualidade dos conteúdos e a eficiência dos serviços sob sua supervisão e elaborar propostas de normas para apreciação do Diretor-Presidente.

Após tramitação no Congresso Nacional, foi adicionada ainda uma Ouvidoria, dirigida por um Ouvidor, nomeado pelo Diretor-Presidente, com a atribuição de exercer a crítica interna da programação produzida e veiculada pela empresa, observando e examinando queixas de ouvintes e telespectadores. Cabe ao Ouvidor elaborar um boletim diário com

críticas à programação do dia anterior, a ser encaminhado à Diretoria-Executiva, um editorial semanal de quinze minutos veiculado pelas emissoras da EBC analisando a programação da EBC e relatórios bimestrais sobre a atuação da EBC a ser encaminhado ao Conselho Curador. O Estatuto da EBC acrescenta, ainda, que a Ouvidoria deve elaborar respostas fundamentadas às queixas de ouvintes e telespectadores, ouvindo a diretoria da área envolvida.

Apesar da criação das instâncias gestoras com autonomia decisória na EBC, os membros desses órgãos dependem, em sua grande maioria, da nomeação pelo Presidente da República, abrindo um precedente para que os interesses governamentais infiltrem-se na administração da empresa, sem a existência da participação da sociedade civil nessas escolhas.

Quanto ao financiamento da EBC, a Medida Provisória 398 de 2007 estabelece receitas provenientes de:

- I - de dotações orçamentárias;
- II - da exploração dos serviços de radiodifusão pública;
- III - de prestação de serviços a entes públicos ou privados, da distribuição de conteúdo, modelos de programação, licenciamento de marcas e produtos e outras atividades inerentes à comunicação;
- IV - de doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;
- V - de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos;
- VI - de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, voltada a programas, eventos e projetos de utilidade pública, de promoção da cidadania, de responsabilidade social ou ambiental;
- VII - da distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da administração pública federal, segundo o disposto no § 1º do art. 8º;
- VIII - de recursos obtidos nos sistemas instituídos pelas Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.685, de 20 de julho de 1993, e 11.437, de 28 de dezembro de 2006;
- IX - de recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;
- X - de rendimentos de aplicações financeiras que realizar; e
- XI - de rendas provenientes de outras fontes. (BRASIL, 2007).

Pode-se considerar que a fonte básica de financiamento da EBC é oriunda do

orçamento do governo, sendo as demais complementares. O Relatório de Gestão EBC 2008 aponta receita de 125 milhões de reais do tesouro nacional contra 14 milhões de reais de receitas próprias (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2009b). As receitas de origem publicitárias ficaram limitadas à publicidade institucional na forma de apoio cultural, sendo vetada a publicidade de caráter comercial.

Após aprovação da Medida Provisória no Congresso Nacional, foi acrescentada a Contribuição para o Fomento à Radiodifusão Pública, que prevê o repasse de verbas oriundas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL. O texto aprovado para a lei estipula que ao menos 75% da verba dessa contribuição deve ser destinada à EBC. Essa fonte, entretanto, nunca chegou a abastecer o caixa da EBC, pois as empresas de telecomunicações, por meio do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL – entraram com um Mandado de Segurança na justiça, por questionar a constitucionalidade da contribuição. Em março de 2013, a Justiça Federal negou o Mandado de Segurança e considerou a contribuição constitucional. Até a conclusão deste trabalho, no entanto, o impasse não havia cessado cabendo ainda recurso por parte do SINDITELEBRASIL. Enquanto não há definição, a verba é depositada em juízo. Entre 2009 e 2012, já foi depositado 1,25 bilhão de reais (NASCIMENTO, 2013). Como 75% caberia a EBC, mais de 930 milhões de reais podem ser destinados à empresa.

A verba oriunda da Contribuição para o Fomento a Radiodifusão Pública pode significar não apenas um acréscimo na receita da EBC, mas uma fonte estável e significativa de financiamento sem possibilidade de ficar sujeita a condicionantes políticos, como as provisões do orçamento da União, o que garantiria uma maior autonomia para a EBC e a TV Brasil, embora não a livre completamente da dependência do orçamento da União.

Após a implantação da Medida Provisória 398, a composição da primeira diretoria da EBC ficou com Tereza Cruvinel como Presidente-Executivo, Orlando Senna como Diretor-Geral, Helena Chagas como Diretora de Jornalismo, Leopoldo Nunes como Diretor de Programação, Mario Borgneth como Diretor de Relacionamento e Rede, José Roberto Garcez como Diretor de Serviços e Delcimar Pires como Diretor de Administrativo Financeiro. Logo na primeira composição da diretoria da EBC, já se apresentam problemas quanto à independência da empresa. Alguns dos nomes da diretoria saíram do próprio governo, como Orlando Senna, havia sido Secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura, e Delcimar

Pires, que fora assessor do Palácio do Planalto. Em 2011, após o término do mandato de Tereza Cruvinel, a presidente Dilma Rousseff nomeou Nelson Breve, que havia sido secretário de Imprensa da Presidência da República durante o segundo mandato do Presidente Lula da Silva.

A TV Brasil foi finalmente inaugurada no dia 2 de dezembro de 2007, um domingo. As TVEs do Rio de Janeiro e do Maranhão –também mantidas pela ACERP – e a TV Nacional de Brasília dão lugar à TV Brasil. As primeiras transmissões da nova televisão foram um misto da programação básica da TVE do Rio de Janeiro e da TV Nacional de Brasília. O primeiro programa original da TV Brasil foi o telejornal Repórter Brasil, que foi ao ar pela primeira vez no dia seguinte à sua inauguração.

Em artigo escrito em 2009, Tereza Cruvinel, a primeira Diretora-Presidente da EBC, saiu em defesa da empresa após um ano de funcionamento. Segundo ela, depois do primeiro ano de transmissões, surgiu a desconfiança de que a TV Brasil poderia ser “chapa-branca”, servindo como instrumento de propaganda do governo: “Neste primeiro ano, o Conselho Curador funcionou efetivamente como um instrumento de controle social” (CRUVINEL, 2009).

Alberto Perdigão, entretanto, lembra que com o financiamento dependente do orçamento da União, o conteúdo da televisão também estará sujeita ao contexto político. Ele afirma:

Claro que a TV Brasil não é chapa-branca. Mas é claro que o modelo de financiamento em que se sustenta, inteiramente dependente do Estado, faz dela um ‘embrião’ frágil diante da ameaça permanente de um aborto provocado. Basta que assuma o governo da União, digo, o caixa, uma corrente mais interessada num projeto de TV estatal-governamental, a serviço de partidos e de pessoas. (PERDIGÃO, 2011)

A TV Brasil nasceu com uma estrutura pequena para um canal nacional. Era acessível em canal aberto apenas no Rio de Janeiro, Brasília e São Luís. Inaugurou ainda, no seu primeiro ano, transmissões em São Paulo, com sinal digital e analógico. A Medida Provisória 398 que lançou a TV Brasil também criou um canal de acesso gratuito nos serviços de televisão por assinatura. De acordo com uma pesquisa do Instituto Datafolha encomendada pela EBC em 2009, 42% da audiência da TV Brasil a sintonizava por antena parabólica, 36%

por meio da televisão aberta e apenas 22% por meio de canais por assinatura (LIMA, 2012). Esse dado é importante, pois mostra que a maior parte da audiência da TV Brasil, ao menos naquele momento, era de moradores de pequenas cidades interioranas e das zonas rurais, quem mais assiste TV por parabólicas. Mostra também a dificuldade de acesso ao sinal aberto da TV pública nas cidades.

O alcance da programação da TV Brasil estende-se por conta das retransmissões. Parte dela, por parte de televisões educativas estaduais. Antes de surgir a EBC, a maioria dessas emissoras já dependiam de conteúdos compartilhados pela TVE Brasil. Das 18 televisões educativas brasileiras, apenas três não retransmitiam conteúdo. No início de 2011, o sinal da TV Brasil estava presente em 23 estados, além do Distrito Federal. A TV Brasil está disponível hoje em cerca de 100 milhões de brasileiros, por meio de 55 geradoras e 689 retransmissoras, graças, em grande parte, às parcerias com educativas regionais, mas também na implantação de geradoras e retransmissoras próprias em outros estados (LIMA, 2012).

A TV Brasil vincula-se com as televisões educativas estaduais e canais públicos fechados por meio da Rede Pública de Televisão. As televisões educativas, desde o final dos anos 1970, já se organizavam numa rede através do SINTED, encabeçada pela TVE Brasil e TV Cultura de São Paulo, mas disputas entre as duas principais emissoras e o processo de desmonte por que passaram as emissoras públicas nos anos 1980 e 1990 fragilizaram essa articulação. A atual foi formada em 2010, envolvendo inicialmente a TV Brasil, sete emissoras universitárias e 15 emissoras públicas estaduais. Nesse acordo, a EBC compromete-se a prestar assistência técnica a emissoras menores. Como contrapartida, as emissoras signatárias da Rede comprometem-se a empenhar-se na migração para um modelo de gestão pública com órgãos de controle social, como um conselho curador. A programação das televisões partícipes da rede deve conter pelo menos quatro horas fornecidas pela EBC, quatro horas preenchidas com programação de alguma outra emissora partícipe e mais duas horas de programação infantil, indicadas pela EBC, transmitidas simultaneamente. (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2009a).

Alberto Perdigão critica o modelo estabelecido para essa rede. Apesar de a Norma da rede estabelecer que as emissoras signatárias devem empenhar-se na criação de um modelo de gestão autônomo, isso não necessariamente ocorre. Perdigão afirma:

o modelo de rede que propõe fortalece emissoras estaduais descoladas da missão republicana de comunicação, enfraquecendo, conseqüentemente, o que seria um projeto nacional de TV pública. Ao disponibilizar assessoria técnica e programação em rede sem exigir a contrapartida da desgovernamentalização daquelas emissoras parceiras, a TV Brasil aplica o recurso público em projetos outros comprometidos com a patrimonialização de partido e de políticos de passagem pelos governos estaduais. Assim, presta um desserviço ao país (PERDIGÃO, 2011).

1.9 Repórter Brasil

O telejornal Repórter Brasil é o principal programa jornalístico da TV Brasil, emissora pública de televisão que compõe a Empresa Brasil de Comunicação – EBC –, criada em 2007 pelo governo federal.

Até junho de 2013, o Repórter Brasil era exibido em duas edições, uma matutina e outra noturna. A edição vespertina era transmitida de segunda-feira a sábado, desde o estúdio no Rio de Janeiro, às 8h e tinha 30 minutos de duração. Já o Repórter Brasil Noite era transmitido de segunda a sábado às 21 horas, com uma hora de duração, a exceção da edição de sábado, com duração de meia hora. O programa era transmitido a partir de três estúdios localizados em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro simultaneamente. Em junho de 2013, houve uma mudança no telejornal. A edição matutina passou a ser exibida ao meio-dia e, a noturna, apenas a partir do estúdio de Brasília. A identidade visual do programa também mudou.

O telejornal Repórter Brasil foi o primeiro programa original da TV Brasil após a fusão da Radiobrás com a TVE Rio de Janeiro. Foi ao ar pela primeira vez no dia 3 de dezembro de 2007, uma segunda-feira, dia seguinte à inauguração da TV Brasil. O telejornal substituiu o Repórter Nacional, da NBR, e o Edição Nacional, da TVE Brasil.

A primeira edição do Repórter Brasil também trouxe a primeira edição do quadro Outro Olhar, um dos carros-chefes do telejornal. O Outro Olhar é um quadro em que são exibidas vídeo-reportagens ou documentários curtos, de no máximo dois minutos, enviados por organizações da sociedade civil, culturais ou por telespectadores. Os vídeos são então selecionados e editados para a exibição durante a edição da noite. O quadro, que afirma ser “o espaço da sociedade no jornalismo da TV Brasil” (REPÓRTER BRASIL, 2013) não tem uma

periodicidade certa, mas é exibido mais de uma vez por semana, apenas na edição noturna do telejornal.

Eduardo de Castro, gerente de jornalismo da EBC no momento de sua inauguração, afirmou que o Repórter Brasil seria a realização de um desejo antigo de se criar um telejornal público de alcance nacional (MACEDO apud ARAÚJO, 2011). Helena Chagas, na mesma linha, acrescentou: “a ideia é que o Repórter Brasil seja, de fato, um jornal nacional, como acho que não temos hoje em dia” (MACEDO apud ARAÚJO, 2011). Eduardo Castro acrescenta, ainda, uma expectativa de que o Repórter Brasil se diferencie dos telejornais exibidos nas televisões comerciais. Nas palavras dele:

A gente vai mostrar o Brasil numa perspectiva que a gente hoje, na tevê comercial, poucas vezes vê. A gente vai mostrar o Brasil a partir daquilo que faz o próprio cidadão por meio das suas iniciativas de áudio e de vídeo e também vai mostrar com base naquilo que é feito nos outros estados, nas outras emissoras públicas, tanto emissoras educativas quanto emissoras universitárias, emissoras comunitárias, enfim; a gente quer que esse campo tenha na EBC um lugar pra mostrar o material que produz e mostrar o Brasil de um jeito que hoje em dia ele não é visto (TV BRASIL..., 2007).

Ainda no primeiro ano de existência, o Repórter Brasil foi o centro de uma polêmica que afetou toda a TV Brasil e, por consequência, a EBC. Em abril de 2008, o editor-chefe do telejornal Luiz Lobo foi demitido. Sua demissão foi justificada por incompatibilidade ao cargo que ocupava. No entanto, Luiz Lobo reclamou que havia enviado um comunicado ao Diretor-Geral Orlando Senna, reclamando de interferência do Governo Federal no telejornal por meio de Jaqueline Paiva, esposa de Nelson Breve, assessor direto da Presidência da República, para a função de coordenadora de telejornais, segundo ele afirmou: “Existe, sim, interferência do Planalto lá dentro. Há um cuidado que vai além do jornalístico” (CASTRO, 2008). De acordo com ele, conflitos entre Paiva e repórteres eram frequentes. Lobo afirmou em entrevista:

Todo texto sobre Planalto, Presidência, política e economia tem que passar por ela [Jaqueline Paiva]. É ela quem edita, faz as cabeças [a introdução das reportagens de televisão, lida pelo apresentador]. Existe um poder dentro daquela redação. Eu era editor-chefe, mas perdi autonomia até para fazer a escalada [as manchetes de um telejornal]. A Jaqueline muda os textos dos repórteres frequentemente. Há muita insatisfação entre os jornalistas (CASTRO, 2008).

A Diretora de Jornalismo Helena Chagas negou as denúncias e afirmou que tudo o que ia ao ar era sua responsabilidade, e Jaqueline Paiva não era uma interventora. Ela acrescentou que a demissão de Luiz Lobo deu-se por incompatibilidade com o cargo, uma que vez que desde o lançamento da TV Brasil, recusava-se a assinar o contrato, além do horário de trabalho dele: “Não dá para ser editor-chefe entrando às 16h, é incompatível” (“O QUE A GENTE... 2007), afirmou. Segundo Chagas, Lobo teria feito essas denúncias por ter ficado ressentido após ter sido demitido.

Após o caso, o Conselho Curador da EBC criou uma comissão corregedora para analisar as denúncias e ouvir os envolvidos. Quatro meses depois, o Conselho Curador aprovou o relatório produzido pela comissão que apontou que o caso não passou de “incompreensões naturais de relação de trabalho” (MATSUURA, 2007) e considerou o telejornal “correto e politicamente isento”.

Também elaboramos nossa avaliação sobre o telejornal Repórter Brasil Noite transmitido pela TV Brasil, detalhada no próximo capítulo.

4 REPÓRTER BRASIL NOITE, TELEJORNAL DA TV BRASIL: PESQUISA EMPÍRICA E RESULTADOS

Feitas as reflexões sobre televisão pública e sobre a criação e modelo da EBC, detalhamos a pesquisa empírica realizada para a análise do jornalismo da TV Brasil a partir do seu principal telejornal, o Repórter Brasil Noite.

4.1 Metodologia da pesquisa:

4.1.1 Parâmetros

Para a averiguação da qualidade do jornalismo realizado pelo telejornal Repórter Brasil Noite, construímos alguns parâmetros baseados nas nossas referências teóricas de como o jornalismo deve ser praticado em uma emissora pública.

Criamos procedimentos de análise e crítica a partir da nossa reflexão teórica e do manual de jornalismo da própria EBC (2013)⁹. Esses procedimentos serviram de referência para analisar como o jornalismo praticado no telejornal Repórter Brasil é praticado e sua contribuição princípios do direito à informação.

4.1.2 Etapas

Dividimos o nosso procedimento de análise em duas etapas. A primeira, quantitativa, consiste na classificação das matérias do telejornal em categorias criadas por nós que nos permita uma caracterização do nosso objeto. Na segunda etapa, qualitativa, avaliamos se as

⁹ O Manual de Jornalismo da EBC utilizado neste trabalho foi publicado em 2013, mas foi aprovado pela Diretoria Executiva da empresa a 11 de junho de 2012, portanto já era válido no período da amostragem coletada.

matérias apresentadas no telejornal propiciam o esclarecimento para cumprimento do direito à informação, por meio dos procedimentos e instrumentos de aferição que criamos.

4.1.3 Amostragem

Para a análise do telejornal, foi destacada uma amostragem em semana artificial. Esse método de coleta de dados consiste na seleção de uma edição do telejornal por semana, cada um de um dia da semana diferente, cobrindo um período de várias semanas. Por exemplo: colhe-se a amostra da segunda-feira da primeira semana, a terça-feira da segunda semana, a quarta-feira da terceira semana e assim sucessivamente. Com esse procedimento tem-se a amostragem de uma semana típica evitando-se que um acontecimento específico de maior repercussão ocupe boa parte da pauta do telejornal, tornando um assunto específico mais representado naquela semana do que em outras. A evidência de um acontecimento específico de maior repercussão tornaria essa semana pouco representativa. Com a semana artificial, esse problema é evitado, fazendo com que a alternância das semanas equilibre os assuntos em pauta. Ainda assim, para evitar que o mesmo aconteça com acontecimentos que possam ocupar a pauta do telejornal por várias semanas, será tomada uma amostragem em um período de seis semanas consecutivas, livre de grandes eventos ou acontecimentos como eleições e olimpíadas, ou de outros períodos que tornam o jornalismo menos típico ao longo de um ano, como o recesso parlamentar.

No caso da nossa pesquisa, o Repórter Brasil Noite é transmitido de segunda-feira a sábado, totalizando seis edições por semana. Portanto, nossa amostragem cobriu o período de seis semanas. As edições coletadas foram das seguintes datas: quarta-feira, 21 de novembro de 2012; terça-feira, 27 de novembro de 2012; segunda-feira, 03 de dezembro de 2012; sábado, 08 de dezembro de 2012; sexta-feira, 14 de dezembro de 2012; quinta-feira, 20 de dezembro de 2012.

Para a etapa qualitativa, selecionamos uma matéria de cada edição do telejornal segundo critérios descritos no item 1.5., para análise mais detalhada.

As matérias foram extraídas pela internet no *website*¹⁰ que mantém o arquivo de todas as edições do Repórter Brasil desde a sua criação. As edições selecionadas para a amostragem foram assistidas e verificamos que todas as matérias exibidas foram disponibilizadas no *site*.

4.1.4 Etapa quantitativa

Nesta etapa, buscamos fazer uma primeira caracterização do telejornal, entendendo a sua distribuição de tipos e temas de matérias, além da abrangência regional do conjunto das suas matérias.

Do conjunto de todas as matérias da amostragem coletada, foram feitas classificações por temas e regiões abrangidas e observada a distribuição do tempo destinado a cada um. Os temas usados para classificação foram os seguintes: a) política; b) economia; c) internacional; d) cultura; e) esporte; f) violência; g) política social; h) meio ambiente; i) ciência e tecnologia; j) direitos humanos; k) outros.

Quanto às regiões, classificamos primeiro entre a) nacionais e b) internacionais. Dentre as internacionais, classificamos entre as diferentes regiões do globo – de acordo com critérios geopolíticos de proximidade geográfica e por similaridades cultural, geopolítica e de desenvolvimento socioeconômico – em: a) América Latina; b) Oriente Médio e Norte da África; c) África Subsaariana; d) Ásia Central e Sudeste Asiático; e) Países do Norte Geopolítico.

Dentre as matérias nacionais, classificamos pelas seguintes regiões: a) Norte; b) Nordeste; c) Sudeste; d) Centro-Oeste; e) Sul; f) Rio de Janeiro/Distrito Federal/São Paulo¹¹; g) Brasil Geral¹².

¹⁰ Endereço do *website*: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil/>>

¹¹ Essas são as unidades da Federação em que estão as redações da TV Brasil. As matérias oriundas de outros estados geralmente são feitas por televisões públicas locais, por isso essa distinção é importante.

¹² Matérias sobre assuntos que não são específicos de uma região especificamente, mas que aborda o Brasil como um todo.

4.1.5 Etapa qualitativa

Após a caracterização do telejornal na etapa quantitativa, partimos para uma análise qualitativa de matérias selecionadas na nossa amostragem. A escolha das matérias para essa análise qualitativa foi realizada usando os critérios de inclusão e exclusão.

Foram eleitas matérias que estão relacionadas ao nosso debate teórico e apresentem elementos que respondiam melhor às nossas variáveis. Temas que apresentem diferentes pontos de vista, dissensos, disputas e contradições que são, de fundo, assuntos relacionados a disputas de rumos para a vida civil e política da sociedade.

A cidadania, como demonstramos, não é uma construção resultante de uma evolução linear. Na verdade, o processo de alargamento da cidadania deu-se por solavancos, resultante de disputas conturbadas. A ideia da universalidade dos direitos dos jusnaturalistas é resultante da visão de classe da burguesia, que tende a generalizar os interesses que lhes são próprios. Em realidade, embora a declaração de direitos civis, por exemplo, interessasse também às classes não proprietárias, seus benefícios eram menos sentidos por eles por conta de sua condição econômica. Essas, por sua vez, reivindicou direitos positivos que lhe garantiriam condições de vida mínima e segurança, como direitos trabalhistas, previdenciários e salário mínimo, encontrando resistência da classe empresarial que vê essas garantias como empecilhos à lucratividade de seus negócios. A construção da cidadania, portanto, é resultante de embates políticos, de reivindicações de grupos de menor poder que forçam grupos estabelecidos a ceder a suas pressões. O embate, a disputa, o dissenso político está sempre presente, e é parte integrante do processo do seu desenvolvimento. A compreensão dessas disputas é fundamental para se entender o funcionamento da sociedade e informar-se a esse respeito é direito do cidadão.

O jornalismo, como mostrou Adelmo Genro Filho (1987), nutre-se dos aspectos mais singulares dos acontecimentos cotidianos, dimensão mais imediata da realidade, que nem sempre nos revelam as contradições e conflitos sociais envolvidos naquela questão. O jornalismo, segundo Adelmo Genro Filho, parte dos aspectos singulares de um acontecimento e conduz uma reflexão até às questões de fundo dos assuntos tratados, os aspectos particulares da realidade que, aí sim, revelam as contradições e conflitos envolvidos.

Se o direito à informação é o direito de o cidadão de conhecer o mundo em que está inserido para se proteger e participar livremente, a informação de que necessita vai além das trivialidades da vida cotidiana, mas precisa de uma contextualização em seus aspectos particulares. A nossa análise do jornalismo da TV Brasil, portanto, não se completaria sem uma avaliação qualitativa capaz de nos apresentar a capacidade de contextualização e aprofundamento dos temas tratados.

Por isso, para a seleção de matérias para análise qualitativa, buscamos temas que tragam questões de fundo mais complexas do que a aparência imediata dos acontecimentos, que envolvam principalmente disputas sociais e políticas. Podem ser matérias que tratem direta ou indiretamente de conflitos – manifestações, greves, ocupações, etc –, ou de disputa de projetos – projetos de lei em tramitação, medidas governamentais, políticas de governo, debates de projetos, conferências, etc –, disputas políticas fora do âmbito do Estado – sindicalismo, movimentos sociais, ONGs, ou ainda, poderiam ser abordados temas aparentemente mais triviais, mas que possibilitassem suscitar o debate de questões políticas, econômica ou socialmente relevantes como, por exemplo, um acidente de trânsito que poderia ser tomado como corriqueiro, mas que revela más condições de estradas.

O procedimento de seleção foi o de observar as matérias ordenadas a partir daquela de maior duração para a de menor duração de cada edição do telejornal e selecionando a primeira atendia nossos critérios de cada dia. A importância de selecionar uma matéria priorizando as mais longas é devido à maior importância dada ao tema pela redação do telejornal e por possibilitar a maior quantidade de elementos para análise.

Foram excluídas da seleção para a análise qualitativa as matérias internacionais, uma vez que são feitas a partir de material de agência de notícias estrangeiras e a TV Brasil conta com poucos correspondentes internacionais. Matérias regionais que abordam outras unidades da federação que não sejam o Rio de Janeiro, São Paulo ou o Distrito Federal, haja vista que são geralmente feitas por televisões públicas locais e compartilhadas com a TV Brasil por acordos. Uma vez que esses acordos são horizontais e não por um sistema de afiliação, a EBC não tem qualquer controle ou influência sobre o jornalismo dessas emissoras. Essas emissoras tampouco pertencem à EBC. Também foram descartadas matérias que reportem questões que não propiciem a possibilidade de uma análise política mais profunda, esgotando-se nelas mesmas: curiosidades, serviço, e vídeos comemorativos, por exemplo.

A verificação de cada reportagem selecionada ocorreu obedecendo aos seguintes passos:

4.1.6 Caracterização com relação às fontes

Fizemos uma medição do tempo da sonora de entrevistado e um levantamento relativo ao tipo de fontes tempo da sonora de cada uma. A classificação das fontes usadas foi a seguinte: a) Populares (pessoas comuns não empenhadas no debate do assunto tratado, afetadas ou não pela questão); b) Autoridades (policiais, delegados, juízes, promotores ou dirigentes de empresas ou de outras organizações); c) Políticos (figura pública, da política, ligada a partidos, com cargo eletivo ou de indicação política ou outras figuras dirigentes representantes de um governo ou partido); d) Especialistas (intelectuais, acadêmicos e pessoas de reconhecido saber sobre o assunto tratado); e) Sociedade civil organizada (pessoas entrevistadas movimentos sociais, ONGs, sindicatos, associações de bairro, etc.); f) Oficial (funcionário, membro ou subordinado não dirigente de empresa ou outra organização que representa o discurso oficial da organização mas que não tem poder de decisão).

A respeito da entrevista de cada fonte, foi observado se conteúdo de suas sonoras tem o caráter informativo, que acrescenta novos dados relativos ao assunto tratado ou depoimentos a respeito de sua experiência, ou se foi opinativo, com a sua versão dos fatos ou com seu ponto de vista a respeito do tema tratado. Observamos ainda se suas opiniões são acompanhadas de argumentos que as embase ou se são apenas declaradas. Alguns questionamentos gerais orientaram essa análise. Foram eles: O repórter buscou fontes variadas para opinar sobre o assunto a partir de fontes diferentes tipos? O tempo de suas sonoras são equivalentes? As falas do repórter e dos entrevistados são elucidativas?

4.1.7 Identificação do foco da matéria.

Sobre o foco da abordagem dada a cada matéria, buscamos identificar qual foi ou

quais foram os questionamentos que orientam a abordagem da matéria e se o assunto é tratado a partir de abordagens diversas. As diferentes abordagens dadas a uma matéria indicam se a reportagem se restringiu aos aspectos mais singulares da questão tratada ou se buscou as questões de fundo implícitas em cada assunto. Alguns questionamentos gerais orientaram a nossa análise. Foram eles: A reportagem incorpora o ponto de vista de alguma fonte na abordagem do assunto? Dados técnicos ou estatísticos tem fonte mencionada? A reportagem buscou apurar as razões ou causas para as carências, falhas ou deficiências em obras, produtos ou serviços que eventualmente foram constatadas? As reportagens estão em consonância com as recomendações do Manual de Jornalismo da EBC?

4.2 Resultados

Neste capítulo, apresentaremos os resultados das análises dos dados coletados a partir da metodologia descrita na introdução deste trabalho. Estão detalhados aqui os resultados quantitativos da análise das seis edições do Repórter Brasil Noite, selecionadas em semana artificial e as análises das reportagens selecionadas, uma de cada edição da amostragem.

4.2.1 Etapa quantitativa

Após a avaliação das edições selecionadas do telejornal, pudemos fazer um panorama mais geral do telejornal, seguindo os nossos critérios. Das seis edições do telejornal, cinco tinham duração de uma hora – aquelas apresentadas durante os dias da semana – e uma menor, com duração de meia hora – a de sábado. Foram extraídas um total de 158 matérias. O número de matérias por edição variou de 11 (sábado) a 37 (segunda-feira). As entrevistas com Emir Sader, comentarista sobre temas internacionais do telejornal, também foram contabilizadas. As tabelas com a lista de cada matéria de cada uma das seis edições, em ordem de aparição, classificadas de acordo com nossas categorias está disponível no apêndice.

Na segunda-feira dia 3 de dezembro foi exibida uma reportagem especial em

comemoração aos cinco anos do telejornal Repórter Brasil. Nesse mesmo dia, o quadro Outro Olhar também houve reportagem especial sobre os cinco anos do quadro, que acompanha o telejornal desde que foi criado.

4.2.1.1 Temas:

Os critérios para a classificação de cada tema foram os seguintes:

Política: Matérias que tratem especificamente de debates ou deliberações políticas pelos poderes constituídos, partidos políticos, candidatos e pré-candidatos a eleições, figuras públicas associadas a políticas, manifestações por parte de setores sociais reivindicando, resistindo ou expressando discordância a projetos ou ações do Estado ou de outras instituições; e investigação de corrupção dentro de instituições do Estado ou da administração pública.

Economia: Matérias que tratem de temas acerca do desempenho da economia nacional, de regiões do país, de setores da economia ou de empresas; que tratem sobre qualquer iniciativa produtiva, direitos do consumidor. Assuntos como investimentos públicos na economia ou política econômica, com destacado foco na medida enquanto ação política foram considerados como temas políticos.

Internacional: Matérias que tratem de temas ou acontecimentos ocorridos no exterior, salvo temas de diplomacia internacional em que a participação brasileira é de grande relevância.

Cultura: Matérias que tratem sobre a produção artística e cultural brasileira, costumes, práticas culturais ou que tratem de elementos constitutivos da identidade da nacionalidade brasileira ou de algum grupo social do país, ou da vida de algum artista ou personagem da cultura.

Esporte: matérias que tratem de torneios, de clubes e entidades ligadas ao esporte ou torcedores. Incluímos também qualquer tipo de prática desportiva, seja profissional ou com finalidade de lazer ou saúde.

Violência: Matérias que tratem da ocorrência ou investigação de atividade criminal ou do julgamentos de réus acusados de algum crime, salvo crimes enquadrados como casos de corrupção em instituições do Estado ou na administração pública, que são classificados como política.

Política social: matérias que tratem de acontecimentos relativos a políticas sociais como saúde, educação, habitação e transporte; temas de relevância para essas políticas sociais como pesquisas, novas descobertas ou tecnologias que poderão ser de interesse a essas políticas sociais.

Meio-ambiente: matérias acerca de acontecimentos ou temas relativos ao meio-ambiente como a ocorrência de tragédias ou fenômenos ambientais, a destruição de ecossistemas, emissão de poluentes ou iniciativas de preservação ambiental, com exceção daquelas que possam ser também enquadradas em outras categorias.

Ciência e tecnologia: matérias que abordem descobertas ou pesquisas científicas ou do desenvolvimento de novas tecnologias, com exceção daquelas que possam também se enquadrar em outra categoria.

Direitos humanos: matérias acerca da vida de pessoas ou de grupos sociais desprivilegiados no acesso aos seus direitos; programas ou iniciativas reparadoras; ocorrência de infrações aos direitos humanos; resgate histórico de casos de infração de direitos humanos ou reparação histórica de danos causados pelo Estado a seus cidadãos.

Outros: matérias acerca de acontecimentos que não se enquadram em nenhuma das categorias mencionadas. Alguns exemplos: matérias sobre acidentes – desde que não seja tratada a questão sobre a responsabilização sobre o acidente, o que enquadraria como violência –, matéria sobre a crença no fim do mundo em 21 de dezembro de 2012, reportagem comemorativa dos cinco anos do telejornal Repórter Brasil, matéria sobre atraso na entrega de passaportes.

A classificação de acordo com esses temas muitas vezes é ambígua, devido ao fato de várias matérias apresentarem temas transversais que abarcam mais de um tema. A solução para a classificação nesses casos foi a de compreender o foco dado nas matérias para definir em que categoria classificar. Por exemplo: a edição de quarta-feira dia 21 de novembro exibiu

matéria sobre a ampliação de um programa de governo destinado a povos quilombolas, o que poderia ser classificado entre política e sociedade. A matéria focou o anúncio dessa ampliação pelo governo, o que a fez se enquadrar em política. Outra matéria apresentada no mesmo dia tratava da entrada em vigor da lei que estabelece que todas as universidades federais devem adotar o sistema de cotas para o ingresso de novos estudantes a partir de 2013. Essa matéria, por outro lado, focou o dia-a-dia de estudantes cotistas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a primeira a adotar o sistema. A questão da entrada em vigor da lei serviu apenas como um gancho. Nesse caso, a matéria foi considerada sociedade.

4.2.1.2 Quarta-feira, 21 de novembro de 2012

O telejornal de quarta-feira destacou, logo no primeiro bloco, matérias com temas relacionados à questão racial no Brasil. Das cinco matérias do primeiro bloco, três abordavam o tema, todas com mais de dois minutos de duração. Uma foi sobre a ampliação do programa Brasil Quilombola, outra abordou os 10 anos da implantação da política de cotas na UERJ e a terceira foi o quadro Outro Olhar sobre a cultura dos Kalungas, grupo quilombola de Goiás. Apenas a matéria sobre a ampliação do programa Brasil Quilombola tratava de um acontecimento datado, daquele dia ou semana. Além das três matérias, a pergunta do dia, apresentada no fim de cada bloco com respostas de populares entrevistados na rua e internautas, foi sobre “o que deve ser feito para acabar com preconceito no país?”, enfatizando o preconceito racial.

O tempo total do telejornal de quarta-feira, 21 de novembro, apresentou a seguinte distribuição por temas:

Tabela 1 – Distribuição do tempo total da edição de quarta-feira, 21 de novembro, por temas:

Tema	Tempo
Política	25,00%
Internacional	19,92%
Cultura	12,88%
Esporte	5,91%
Política social	5,80%

Direitos humanos	5,48%
Economia	5,37%
Ciências e tecnologia	5,37%
Violência	5,26%
Meio ambiente	5,22%
Outros	3,73%

A edição de quarta-feira, 21 de novembro, apresentou um quarto do tempo destinado a matérias de política, acima da média de 13,30% das seis edições. As matérias internacionais também tiveram um tempo acima da média, observando-se, como fato atípico, a reportagem apresentada sobre o conflito na República Democrática do Congo. Essa foi a única matéria que foi claramente feita por correspondente da TV Brasil na África. O correspondente Emerson Penha fez essa matéria, a mais longa entre as internacionais, com três minutos e oito segundos de duração. Essa reportagem foi seguida de uma entrevista a Emir Sader, comentando o conflito. Somando-se os dois, o Repórter Brasil Noite dedicou 5m51s à situação na República Democrática do Congo nesse dia.

A distribuição do tempo total por matérias nacionais e internacionais foi a seguinte:

Tabela 2 – Distribuição do tempo total da edição de quarta-feira, 21 de novembro, por matérias de âmbito nacional ou internacional:

Região	Tempo
Internacional	19,92%
Nacional	80,08%

Das matérias internacionais, a distribuição por regiões do mundo foi a seguinte:

Tabela 3 – Distribuição do tempo total das matérias internacionais da edição de quarta-feira, 21 de novembro, por regiões do mundo:

Região	Tempo
África Subsaariana	63,93%
Oriente Médio e norte da África	22,76%
Países do Norte Geopolítico	7,10%
Ásia Central e Sudeste Asiático	6,19%
América Latina	0%

A edição de quarta-feira, 21 de novembro teve sete matérias internacionais. A região da África Subsaariana recebeu um grande destaque esse dia devido à cobertura do conflito congolês. Foi a única reportagem internacional em que fica evidenciado ter sido feita por um correspondente internacional, Emerson Penha, e teve duração de 3m08s. Essa reportagem foi seguida de uma entrevista a Emir Sader comentando sobre o conflito, com 2m43s de duração. Somando-se os dois, o Repórter Brasil Noite dedicou 5m51s à situação na República Democrática do Congo nesse dia. A Reportagem sobre a situação congoleza destoou do comum no Repórter Brasil Noite. As matérias internacionais geralmente são notas com menos de um minuto de duração. As demais matérias internacionais do dia apresentam o mesmo padrão, com a exceção da matéria sobre a negociação de cessar-fogo entre Israel e palestinos da Faixa de Gaza, com 1m44s, embora também tenha sido apenas uma nota coberta, narrada pelo âncora do Repórter Brasil. Acontecimentos das demais regiões do globo receberam pouca cobertura. Sobre a América Latina, nada foi mencionado.

Entre as matérias de âmbito nacional, verificou-se a seguinte distribuição do tempo:

Tabela 4 – Distribuição do tempo das matérias nacionais da edição de quarta-feira, 21 de novembro, de acordo com as regiões do país:

Região	Tempo
RJ/DF/SP	41,62%
Brasil Geral	41,17%
Sul	8,17%
Centro Oeste	7,12%
Sudeste	1,27%
Nordeste	0%
Norte	0%

Observa-se que as matérias que abordam o Brasil de forma geral, não especificamente a uma região, são bastante significativas. O que chama a atenção é a grande concentração de temas específicos a uma região: aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e ao Distrito Federal. São nessas unidades da federação que se encontram as redações da TV Brasil. Outras regiões do Brasil tiveram muito menos representação na edição do telejornal. Mesmo

somando-se o tempo de todas as demais regiões, não se chega nem à metade do tempo destinado ao Rio de Janeiro, a São Paulo e ao Distrito Federal. Ainda assim, na edição da quarta-feira, matérias específicas a outras regiões somaram quase 14%, contra uma média de pouco mais de 10% nas seis edições. As matérias que abordavam regiões fora desse eixo apresentavam duração inferior a um minuto, com exceção do quadro Outro Olhar que abordou a cultura dos Kalungas, povo quilombola de Goiás, com 2m08s de duração, e o quadro Futuro é Agora que apresentava uma tecnologia desenvolvida por pesquisadores do Rio Grande do Sul, que faz simulações de emergência em estádios de futebol para aperfeiçoar os recursos de segurança das arenas, com 2m28s.

A edição desse dia teve um total de dez matérias com dois minutos ou mais, presentes em todos os blocos. No primeiro bloco, houve quatro matérias mais longas: [1] a aprovação em primeiro turno do Projeto de Emenda a Constituição 72 de 2013 – conhecido como PEC das domésticas, que regulamenta o trabalho das empregadas domésticas – na Câmara dos Deputados, com duração de 2m11s; [2] o lançamento da ampliação do programa Brasil Quilombola, programa que reúne programas sociais específicas para comunidades quilombolas, com duração de 2m16s; [3] o quadro Outro Olhar apresentando vídeo independente abordando a luta por resgate de tradições folclóricas da comunidade quilombola dos Kalunga, em Goiás, com duração de 2m08s; e [4] a adoção da política de cotas por parte de todas as universidades públicas do Brasil a partir de 2013, que suscitou o debate sobre o resultado dos dez anos dessa política na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a primeira do país a adotá-la, com duração de 2m31s. No segundo bloco, as matérias com mais de dois minutos foram duas: [5] a cobertura do Conflito na República Democrática do Congo, com duração de 3m08s; e [6] a entrevista com Emir Sader em que o cientista político comenta a situação congoleza, com duração de 2m43s. No terceiro bloco, houve duas: [7] o Seminário Conecta 2012 no Rio de Janeiro, que apresentou novas apostas tecnológicas para uso na educação - reportagem selecionada para análise qualitativa – com duração de 2m40s; e [8] o relatório da ONU que detalha dados sobre concentração de gases do efeito estufa na atmosfera, apresentado em evento no Brasil, com duração de 2m10s. No quarto bloco, houve mais duas: [9] o Quadro Futuro é Agora, que trata do software desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul que simula o comportamento de multidões e sugere pontos para instalação de saídas de emergência nos estádios da Copa do Mundo de Futebol de 2014, com duração de 2m28s; e [10] matéria acerca de exposição de fotografias no Instituto Tomie Ohtake, em São Paulo, que reúne a obra de 180 autores e conta a história do

Brasil, com duração de 2m01s.

Os temas mais comuns entre as matérias com mais de dois minutos de duração na edição de quarta-feira, 21 de novembro, foram cultura, política e internacional. O número de matérias com menos de um minuto de duração também foi dez, quatro delas sobre temas internacionais. Dessas dez matérias menores, também quatro abordaram nacionais de regiões fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Distrito Federal.

4.2.1.3 Terça-feira, 27 de novembro de 2012

A edição do telejornal de terça-feira, 27 de novembro, destacou no primeiro bloco duas matérias sobre a Amazônia, que se complementam. A primeira reporta a divulgação de dados de pesquisa que mostram que o desmatamento da Amazônia Legal caiu 27% com relação à medição do ano anterior, com duração de 2m11s. A outra matéria trata do Projeto Floresta Financiada, conhecido como bolsa-floresta, que remunera famílias de ribeirinhos de unidades de conservação que preservam a floresta, com duração de 1m33s.

A pergunta do dia foi: “Qual é seu principal ídolo do esporte?”, e estava relacionada a uma matéria, exibida apenas no último bloco, sobre o Projeto Memória do Esporte Olímpico, que tenta resgatar a memória dos atletas olímpicos brasileiros.

A distribuição do tempo total da edição de terça-feira, 27 de novembro, por temas foi o seguinte:

Tabela 5 – Distribuição do tempo total da edição de terça-feira, 27 de novembro, telejornal por temas:

Tema	Tempo
direitos humanos	19,96%
internacional	14,97%
política	12,46%
cultura	12,46%
esporte	9,42%
política social	8,32%
meio ambiente	7,93%
ciências e tecnologia	5,24%
violência	3,22%
economia	0%
outros	5,98%

O destaque desse dia foi matérias que abordaram os direitos humanos, com quase 20% do tempo da edição destinada ao tema, contra pouco mais de 11% da média geral das seis edições. Os vídeos sobre o tema foram uma matéria sobre o mapa da violência contra a mulher no Brasil, a segunda de uma série de reportagens sobre o tema exibido naquela semana, com 4m07s; outra sobre os 102 anos do fim da Revolta da Chibata e a espera dos familiares dos marinheiros presos pela prometida indenização por parte do Estado, com 3m26s; e uma terceira, sobre a entrega de documentos importantes para as investigações da Comissão da Verdade sobre os crimes praticados pelo regime militar, com 1m51s.

A distribuição do tempo total da edição de terça-feira, 27 de novembro, por temas nacionais e internacionais foi a seguinte:

Tabela 6 – Distribuição do tempo total da edição de terça-feira, 27 de novembro, por matérias de âmbito nacional ou internacional:

Região	Tempo
Internacional	14,97%
Nacional	85,03%

Do tempo total das matérias sobre temas internacionais, os acontecimentos das diferentes regiões do globo tiveram seguinte distribuição:

Tabela 7 – Distribuição do tempo total da edição de terça-feira, 27 de novembro, das matérias internacionais por regiões do mundo:

Região	Percentual
América Latina	39,95%
Oriente Médio e norte da África	35,93%
Países do Norte Geopolítico	24,11%
África Subsaariana	0%
Ásia Central e Sudeste Asiático	0%

A edição de terça-feira, 27 de novembro teve oito matérias internacionais, a maioria curtas, com menos de um minuto de duração, como é habitual no Repórter Brasil Noite. Apenas duas matérias internacionais tiveram duração superior a um minuto. Uma sobre a exumação do corpo do líder palestino Yasser Arafat, para a realização de exames que possam determinar se a suspeita de morte por envenenamento é verdadeira, com 1m31s; e o comentário de Emir Sader sobre a decisão da corte argentina de negar o pedido do conglomerado de comunicação Clarín de adiar o prazo para venda de alguns de seus veículos, de 2m13s de duração. Essa duas matérias fizeram com que América Latina e Oriente Médio se destacassem entre as regiões com mais tempo ocupado na edição do telejornal.

A distribuição do tempo destinado a temas nacionais por região foi a seguinte:

Tabela 8 – Distribuição do tempo das matérias nacionais da edição de terça-feira, 27 de novembro, de acordo com as regiões do país:

Região	Tempo
Brasil Geral	72,04%
RJ/DF/SP	17,87%
Norte	6,29%
Nordeste	3,79%
Centro Oeste	0%
Sul	0%
Sudeste	0%

Nessa edição, as matérias nacionais que não tratam de uma região específica destacaram-se com relação à média do telejornal na mesma medida em que matérias que abordam os estados do Rio de Janeiro e São Paulo e o Distrito Federal foram menos

representativas. Das matérias sobre direitos humanos que se destacaram, duas delas não eram específicas a uma região. As demais regiões somadas ficaram com um pouco mais de 10%, dentro da média do telejornal.

A edição de terça-feira, 27 de novembro teve dez matérias com duração igual ou superior a dois minutos, distribuídas em todos os blocos. No bloco primeiro houve quatro: [1] a queda de 27% no nível de desmatamento na Amazônia Legal em 2012 com relação a 2011, registrando o menor índice desde que as medições começaram a ser feitas, matéria com duração de 2m11s; [2] dados do Ministério da Saúde que revelam que casos de dengue caíram 42% entre 2010 e 2012, com duração de 2m14s; [3] mapa da violência contra a mulher, segunda reportagem de uma série sobre o tema, exibida naquela semana, selecionada para análise qualitativa, com duração de 4m07s; e [4] os 102 anos da Revolta da Chibata, no Rio de Janeiro, e a espera de familiares pela indenização prometido às famílias dos marinheiros, após serem anistiados, com duração de 3m26s. No segundo bloco, houve apenas uma: [5] a entrevista com Emir Sader sobre a decisão da corte argentina sobre o prazo para a venda de veículos por parte do grupo Clarín, com 2m13s. No terceiro bloco, houve duas: [6] o pedido de adiamento do fim do período de transição do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa por uma Comissão do Senado para que a população tenha mais tempo de adaptação, com duração de 3m05s; e [7] o prêmio jovem cientista de 2012, ganho por pesquisador do Instituto do Coração de São Paulo, por pesquisa que mapeia genes que indicam potencial atlético de esportistas, com duração de 2m28s. No quarto bloco, houve três: [8] a ética no esporte, a partir da punição recebida pelo jogador brasileiro de futebol Luiz Adriano, do clube Shakhtar Donetsk da Ucrânia, por atitude antidesportiva ao desrespeitar o chamado *fair-play*, com duração de 2m29s; [9] filmes de alunos de escolas públicas do Rio de Janeiro, que chegam ao cinema através do programa pedagógico coordenado por uma cinemateca francesa, com duração de 2m07s; e [10] jovens de comunidades pacificadas do Rio de Janeiro que acompanham um concurso de piano promovido pelo BNDES, com duração de 2m16s.

Os temas mais comuns para as dez matérias com dois ou mais minutos foram direitos humanos e esporte, com duas matérias sobre cada um. Sete matérias eram nacionais e não específicas a uma região. A edição teve oito matérias com menos de um minuto, seis das quais eram internacionais. Três matérias abrangiam regiões fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Distrito Federal, todas com entre um e dois minutos de duração.

4.2.1.4 Segunda-feira, 03 de dezembro de 2012

A edição de segunda-feira, 03 de dezembro, comemorou os cinco anos de existência do Repórter Brasil, transmitido pela primeira vez em 03 de dezembro de 2007, um dia após o lançamento da TV Brasil. Uma reportagem comemorativa com duração de 2m55s foi exibida no fim do primeiro bloco, com um caráter institucional.

O Quadro Outro Olhar também celebrava os cinco anos do quadro. O vídeo, de 3m20s de duração, sem autoria mencionada, foi exibido no final do segundo bloco. Aparentemente, foi produzido pela própria redação do Repórter Brasil. Foi feito com recortes de vídeos já exibidos e sonoras de membros de entidades que já tiveram trabalhos exibidos no quadro.

A pergunta do dia foi “você segue a orientação do médico para tomar a pílula anticoncepcional?”. A pergunta está associada a uma matéria, com duração de 2m29s, exibida no terceiro bloco, tratando do uso de pílulas anticoncepcionais com alertas de especialistas sobre os riscos do uso sem orientação médica, matéria sem vínculo com algum acontecimento da atualidade.

A distribuição do tempo da edição de segunda-feira, 03 de dezembro, por tema foi a seguinte:

Tabela 9 – Distribuição do tempo total da edição de segunda-feira, 03 de dezembro, por temas:

Tema	Tempo
internacional	16,09%
cultura	13,40%
política	11,88%
política social	11,08%
direitos humanos	8,35%
esporte	7,15%
meio ambiente	4,28%
violência	3,27%
economia	0%
ciências e tecnologia	0%
outros	24,45%

Observa-se nesse dia, que matérias classificadas como “outros” destacaram-se com relação aos demais temas. Isso se deveu ao fato de a edição do dia 03 de dezembro ter sido o aniversário de cinco anos do telejornal Repórter Brasil e, por isso, os vídeos comemorativos do telejornal e do quadro Outro Olhar foram considerados “outros”, somando boa parte do tempo da edição do dia.

Destaca-se também que, nessa edição, matérias internacionais ocuparam mais espaço que os demais temas, situação observada apenas nessa edição. Mas isso deu-se mais pela grande quantidade delas, do que por coberturas mais longas. Foram onze matérias internacionais, das quais nove eram apenas notas, cobertas, com menos de um minuto de duração. As outras duas, com entre um e dois minutos, tratavam do mesmo tema. Uma reportagem com duração de 1m28s foi exibida sobre a reação internacional contra a construção de assentamentos israelenses em território palestino, seguida de uma entrevista com Emir Sader, de 1m35s de duração, em que o cientista político comenta a pressão contra Israel.

A distribuição do tempo dedicado a matérias nacionais e internacionais na edição de segunda-feira, 03 de dezembro foi a seguinte:

Tabela 10 – Distribuição do tempo total da edição de segunda-feira, 03 de dezembro, por matérias de âmbito nacional ou internacional

Região	Tempo
Internacional	16,09%
Nacional	83,91%

A distribuição do tempo destinado a matérias internacionais por regiões do globo na edição de segunda-feira, 03 de dezembro, foi a seguinte:

Tabela 11 – Distribuição do tempo total das matérias internacionais da edição de segunda-feira, 03 de dezembro, por regiões do mundo:

Região	Tempo
Oriente Médio e norte da África	51,46%
América Latina	17,38%
Países do Norte Geopolítico	16,93%
Ásia Central e Sudeste Asiático	9,70%
África Subsaariana	4,51%

A edição de segunda-feira, 03 de dezembro, exibiu onze matérias internacionais. Excluindo as duas sobre os assentamentos israelenses em território palestino, todas as demais foram notas com menos de um minuto de duração. O destaque ao tema no Oriente Médio destacou a região como a mais abordada no dia.

A distribuição do tempo destinado a matérias nacionais por regiões do país na edição de segunda-feira, 03 de dezembro, foi a seguinte:

Tabela 12 – Distribuição do tempo das matérias nacionais da edição de segunda-feira, 03 de dezembro, de acordo com as regiões do país:

Região	Tempo
Brasil Geral	64,15%
RJ/DF/SP	25,96%
Nordeste	6,00%
Centro Oeste	4,08%
Sul	0%
Norte	0%
Sudeste	0%

Note-se que a distribuição do tempo manteve-se próxima da média geral. As matérias que abordavam acontecimentos regionais excluindo o Rio de Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal somaram por volta de 10% do tempo, embora apenas as regiões Nordeste e Centro-Oeste tenham sido abordadas.

A edição de segunda-feira, 03 de dezembro, teve sete matérias com dois minutos ou mais. No primeiro bloco, houve duas: [1] a Conferência Nacional dos Direitos da pessoa com deficiência, com a acessibilidade como tema central, com duração de 2m16s; e [2] o vídeo comemorativo dos cinco anos do Repórter Brasil, com duração de 2m55s. No segundo bloco, houve uma: [3] o quadro Outro Olhar comemorativo, com duração de 3m20s. No terceiro bloco, houve duas: [4] o tumulto gerado na abertura de vagas para atendimento no Instituto de Traumatologia e Ortopedia do Rio de Janeiro – INTO –, que foi selecionada para análise qualitativa, com duração de 2m36s; e sobre [5] os riscos do uso das pílulas sem prescrição e acompanhamento médico, com duração de 2m29s. No quarto bloco, houve duas: [6] a reportagem do quadro Seu Direito, abordando como o passageiro de ônibus ou avião deve proceder para viajar com seus animais de estimação, com duração de 3m00s; e [7] os resultados da rodada do Campeonato Brasileiro de Futebol, que definiu os clubes que sobem e que descem em casa divisão do campeonato, matéria com duração de 2m02s.

A edição do dia teve dez matérias com duração entre igual ou acima de um minuto e dois minutos. Houve vinte matérias com menos de um minuto, das quais nove foram internacionais, sete de política e quatro de violência. Houve três matérias nacionais regionais que não tratavam do Rio de Janeiro, São Paulo ou do Distrito Federal, duas delas com duração entre um e dois minutos.

4.2.1.5 Sábado, 08 de dezembro de 2012

A edição do Repórter Brasil de sábado é mais curta, com apenas meia hora de duração e três blocos, mais curtos. O telejornal também foi exibido apenas de um estúdio e com apenas um âncora apresentando.

A pergunta do dia foi: “O que mais te atrai num espetáculo de circo?” e estava relacionada à matéria sobre um festival de circo que acontecia naquela semana em Brasília, de 2m12s de duração.

A distribuição do tempo da edição de sábado, 08 de dezembro, de acordo com os temas foi a seguinte:

Tabela 13 – Distribuição do tempo total da edição de sábado, 08 de dezembro, por temas:

Tema	Tempo
cultura	67,83%
política social	13,85%
política	11,85%
violência	3,98%
direitos humanos	2,46%
internacional	0%
esporte	0%
meio ambiente	0%
economia	0%
ciências e tecnologia	0%
outros	0%

A edição de sábado destoa de todas as demais. Além de ser mais curta e apresentada apenas a partir de um estúdio, ela é fortemente marcada pelo noticiário de cultura, que teve maior tempo que todos os demais temas juntos, o que pode ser atribuído ao fato a edição de fim de semana. Nenhuma matéria internacional foi exibida na edição de sábado, sendo a única assim de nossa amostragem.

A distribuição da abordagem de temas nacionais por regiões foi a seguinte:

Tabela 14 – Distribuição do tempo das matérias nacionais da edição de sábado, 08 de dezembro, de acordo com as regiões do país:

Região	Tempo
RJ/DF/SP	61,85%
Brasil Geral	28,17%
Nordeste	9,96%
Centro Oeste	0%
Sul	0%
Norte	0%
Sudeste	0%

É notável que as matérias de cultura tendam a ser mais regionalmente localizadas, fazendo decair a representatividade de temas nacionais não específicos a uma região. Ainda assim, as regiões do Brasil fora do eixo que compreende o Rio de Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal somadas, mantêm a média próxima a 10%. No caso desta edição, apenas a região Nordeste está representada.

A edição teve quatro matérias com mais de dois minutos de duração. No primeiro bloco, houve uma: [1] a conclusão das investigações da Operações Porto Seguro por parte da Polícia Federal, com duração de 2m26s. No segundo bloco, houve duas: [2] um fórum que discute a ampliação do acesso a tratamentos de infertilidade, matéria selecionada para análise qualitativa, com duração de 2m26s; e outra sobre [3] exposição que relembra a importância da Rádio Nacional do Rio de Janeiro para a história do Brasil, com duração de 2m24s. No terceiro bloco, houve uma: [4] um festival em Brasília que traz as novidades do mundo do circo com duração de 2m12s.

A edição do dia exibiu quatro matérias com duração entre igual ou superior a um minuto e dois minutos. Houve quatro matérias com menos de um minuto de duração, sobre violência, política, direitos humanos e cultura. Das matérias regiões fora do eixo que compreende o Rio de Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal, houve apenas uma matéria com duração entre um e dois minutos.

4.2.1.6 Sexta-feira, 14 de dezembro de 2012

A edição de sexta-feira, 14 de dezembro deu destaque para três matérias sobre direitos humanos, exibidas no segundo bloco. Todas tinham duração de mais de dois minutos e foram exibidas em sequência.

Pergunta do dia: “qual é a sua maior preocupação com a chegada dos dias chuvosos?” e estava relacionada à primeira matéria exibida no dia, que tratava dos riscos de desmoronamentos na cidade de São Paulo com a chegada da temporada de chuvas, matéria selecionada para análise qualitativa, com duração de 2m42s.

A distribuição do tempo destinada a cada tema na edição de sexta-feira, 14 de dezembro, foi a seguinte:

Tabela 15 – Distribuição do tempo total da edição de sexta-feira, 14 de dezembro, por temas:

Tema	Tempo
política social	21,68%
política	17,32%
direitos humanos	15,80%
internacional	12,35%
cultura	9,00%
meio ambiente	5,88%
economia	4,39%
esporte	3,81%
violência	0%
ciências e tecnologia	0%
outros	9,72%

O tema que mais se destacou no dia foi o de política social, devido à presença de quatro matérias nesse tema, três das quais com mais de dois minutos de duração. A primeira tratava da dificuldade de transexuais para conseguir emprego, com duração de 2m55s e não estava datada, não tinha relação com algum acontecimento do dia ou da semana. A segunda tratava de uma caravela totalmente adaptada a portadores de deficiência física, que estava

aportada no Rio de Janeiro, com 2m06s de duração. A terceira era sobre um projeto em São Paulo que atende albinos de forma gratuita, com 2m14s de duração. A única que não alcançava dois minutos de duração era o quadro Outro Olhar do dia que abordou o consumo de cigarros entre jovens, com 1m22s de duração.

A distribuição do tempo da edição do telejornal entre assuntos nacionais e internacionais foi a seguinte:

Tabela 16 – Distribuição do tempo total da edição de sexta-feira, 14 de dezembro, por matérias de âmbito nacional ou internacional:

Região	Tempo
Internacional	12,35%
Nacional	87,65%

A distribuição do tempo destinado aos temas internacionais por regiões do mundo foi a seguinte:

Tabela 17 – Distribuição do tempo total das matérias internacionais da edição de sexta-feira, 14 de dezembro, por regiões do mundo:

Região	Tempo
América Latina	35,47%
Países do Norte Geopolítico	32,11%
Oriente Médio e norte da África	25,47%
Ásia Central e Sudeste Asiático	7,03%
África Subsaariana	0%

A edição teve sete matérias internacionais, das quais apenas duas tinham entre um e dois minutos de duração. Uma era sobre as manifestações de apoio, por parte da população venezuelana, ao presidente Hugo Chávez, que estava em Cuba para tratar de um câncer, e teve duração de 1m32s; a outra era sobre a onda de protestos contra o governo egípcio, com 1m00s de duração.

A distribuição do tempo destinado a temas nacionais por regiões do Brasil foi a

seguinte:

Tabela 18 – Distribuição do tempo das matérias nacionais da edição de sexta-feira, 14 de dezembro, de acordo com as regiões do país:

Região	Tempo
Brasil Geral	52,42%
RJ/DF/SP	47,57%
Nordeste	0%
Centro Oeste	0%
Sul	0%
Norte	0%
Sudeste	0%

Esta edição foi a única sem a ocorrência de qualquer matéria acerca de acontecimentos de regiões do país fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Distrito Federal. Entre matérias não específicas a uma região e as que abordavam o Rio de Janeiro, São Paulo ou o Distrito Federal, a proporção manteve-se próxima da média das seis edições.

A edição de sexta-feira, 14 de dezembro, teve dez matérias com duração igual ou superior a dois minutos de duração. No primeiro bloco, houve uma: [1] do risco de desabamento de casas construídas em áreas de risco na cidade de São Paulo com a chegada da temporada de chuvas fortes, com duração de 2m42s. No segundo bloco houve cinco: uma que tratava da [2] dificuldades de transexuais para conseguir emprego, com 2m55s; [3] uma caravela que navega a serviço da inclusão de pessoas com deficiência física que aportou no Rio de Janeiro, com duração de 2m06s; [4] um projeto em São Paulo que atende albinos de forma gratuita, com duração de 2m14s; [5] a divulgação de novas regras para consórcio pelo Banco Central, com duração de 2m01s; [6] a disputa judicial entre Correios e outra empresa de entregas que gerou atrasos na entrega de passaportes com visto para os EUA, com duração de 2m44s. No terceiro bloco, houve três: [7] o crescimento de cooperativas de educação no Brasil, com duração de 2m58s; [8] o quadro Identidade Brasileira, que mostrou uma professora que usa a arte como forma de ensinar no Rio de Janeiro, com duração de 3m30s; e [9] a diplomação de prefeitos e vereadores eleitos em 2012 feita pelo Tribunais Eleitorais, com duração de 2m00s. No quarto e último bloco houve uma sobre [10] pesquisa que revela dados sobre a saúde da população mundial, com duração de 2m07s.

A edição do dia teve doze matérias com duração entre igual ou superior a um minuto e dois minutos. Houve sete com menos de um minuto de duração, das quais quatro foram internacionais e duas sobre política.

4.2.1.7 Quinta-feira, 20 de dezembro de 2012

A edição de quinta-feira, 20 de dezembro, abordou as interpretações esotéricas que muitas pessoas tinham para o último dia do calendário maia, que foi o dia seguinte, 21 de dezembro de 2012. Muitos acreditava que seria o dia do fim do mundo. A pergunta do dia foi “se o mundo fosse realmente acabar, o que você faria?”. As duas matérias finais do telejornal abordaram esse tema, em tom de humor. A segunda dela foi sobre a cidade de Alto Paraíso, em Goiás, que atraía muitos turistas ao alegar estar livre de qualquer evento apocalíptico e que seria um lugar seguro para se estar nessa data, com duração de 2m38s.

A distribuição do tempo destinada a cada tema na edição de quinta-feira, 20 de dezembro, foi a seguinte:

Tabela 19 – Distribuição do tempo total da edição de quinta-feira, 20 de dezembro, por temas:

Tema	Tempo
direitos humanos	25,09%
política	23,75%
política social	15,46%
economia	7,44%
internacional	6,24%
cultura	5,61%
esporte	5,61%
meio ambiente	0%
violência	0%
ciências e tecnologia	0%
outros	10,79%

A edição de quinta-feira teve grande representatividade do tema de direitos humanos, principalmente devido à reportagem de duração de 5m53s exibida sobre medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes infratores. Outro destaque é o tema de economia, que, embora tenha sido pouco abordado na maioria das edições selecionadas, nesta ocupou um tempo maior. Isso se deve à divulgação de índices com o desempenho da economia brasileira em 2012.

A distribuição do tempo da edição do telejornal entre assuntos nacionais e internacionais foi a seguinte:

Tabela 20 – Distribuição do tempo total da edição de quinta-feira, 20 de dezembro, por matérias de âmbito nacional ou internacional:

Região	Tempo
Internacional	6,24%
Nacional	93,76%

A distribuição do tempo destinado aos temas internacionais por regiões do mundo foi a seguinte:

Tabela 21 – Distribuição do tempo total das matérias internacionais da edição de quinta-feira, 20 de dezembro, por regiões do mundo:

Região	Tempo
Países do Norte Geopolítico	81,42%
África Subsaariana	18,57%
Oriente Médio e norte da África	0%
América Latina	0%
Ásia Central e Sudeste Asiático	0%

O noticiário internacional da edição de quinta-feira, 20 de dezembro, constituiu-se basicamente de duas matérias. Uma nota de 26s sobre a decisão do Conselho de Segurança da ONU de autorizar uma intervenção militar no Mali e outra, com duração de 1m38s, sobre a busca de pessoas por lugares protegidos contra os supostos eventos apocalípticos que ocorreriam no dia seguinte, 21 de dezembro, de acordo com sua interpretação sobre o último dia do calendário maia.

A distribuição do tempo destinado a temas nacionais por regiões do Brasil foi a seguinte:

Tabela 22 – Distribuição do tempo das matérias nacionais da edição de quinta-feira, 20 de dezembro, de acordo com as regiões do país:

Região	Tempo
Brasil Geral	71,54%
RJ/DF/SP	13,61%
Centro Oeste	8,02%
Nordeste	6,80%
Sul	0%
Norte	0%
Sudeste	0%

Na edição deste dia, as matérias regionais que não compreendem o Rio de Janeiro, São Paulo ou o Distrito Federal somaram quase 14%, um pouco acima da média das seis edições de cerca de 10%, embora essas matérias tivessem abordado apenas o Centro-Oeste e o Nordeste. As matérias não específicas a uma região tiveram um percentual mais alto que a média das seis edições, por conta da matéria de mais de cinco minutos sobre as medidas

socioeducativas aplicadas a adolescentes infratores.

A edição teve seis matérias com duração igual ou maior que dois minutos. No primeiro bloco houve duas: [1] uma sobre o leilão de aeroportos de Galeão e Confins, com duração de 2m44s; e outra sobre [2] a investigação de uma possível fraude na saúde no estado do Rio de Janeiro, com 2m31s. No segundo bloco, [3] a reportagem de 5m53, reprise da série de reportagens “Crime, Castigo e Recuperação”, que abordou as medidas socioeducativas para adolescentes infratores, que foi selecionada para a análise qualitativa. No terceiro bloco, havia duas: uma acerca da [4] decisão sobre prisão dos réus do mensalão que ficou por conta do Ministro Joaquim Barbosa que faria plantão durante o recesso do Supremo Tribunal Federal, com duração de 2m59s; e outra acerca de [5] como conciliar o Natal das crianças com pais separados, com duração de 3m18s. No último bloco, [6] a reportagem sobre a cidade de Alto Paraíso, em Goiás, que recebia supersticiosos que acreditavam que a cidade estaria imune ao suposto apocalipse maia, com duração de 2m38s.

A edição do dia teve sete matérias com duração entre um e dois minutos. Houve ainda onze matérias com duração de menos de um minuto, das quais os temas mais comuns foram economia e outros, com três matérias cada.

4.2.1.8 Resultado geral das seis edições

Considerada essa divisão de categorias, foi constatada a seguinte distribuição do tempo dedicado pelo telejornal a cada tema nas edições coletadas:

Tabela 23 – Distribuição do tempo total do telejornal por temas:

Tema	Tempo
política	17,57%
cultura	15,20%
internacional	13,30%
política social	12,57%
direitos humanos	11,34%
esporte	5,13%
meio ambiente	4,55%
economia	3,06%
violência	2,58%
ciências e tecnologia	2,07%
outros	10,09%

Ao avaliar os resultados obtidos quanto à distribuição do tempo por temas, a primeira observação que nos chamou a atenção é que muitas das matérias de economia tiveram o foco ao debate político dado a muitas matérias que abordam o tema da economia, fazendo-as ser classificadas como política. Com frequência menor, as matérias focavam o tema no cidadão, como mudanças para o contribuinte ou comportamento do consumidor. Não se observou nenhuma que focava o ponto de vista empresarial sobre temas econômicos. O telejornal Repórter Brasil Noite não noticia diariamente índices econômicos como o desempenho de bolsas de valores ou a cotação do Dólar e Euro, o que aumentaria a ocorrência de matérias de economia. Apenas duas matérias da amostragem abordaram índices econômicos. Ambas foram exibidas em 20 de dezembro de 2012, penúltima semana de 2012, anunciando o balanço econômico do ano apresentando índices como a inflação até o dia, a previsão de crescimento do PIB para o ano, a arrecadação pública no ano e o orçamento da União para 2013. Outra, apresentada no mesmo dia, mostrava dados sobre a geração de empregos. A quinta-feira foi ainda o dia que mais apresentou matérias sobre economia, devido à presença dessas matérias com balanço econômico do ano.

O tema violência apresentou uma baixa representatividade com relação às demais. A percepção de quanto o tema é tratado com frequência nas televisões comerciais, noticiando repetidamente a violência cotidiana, levou-nos a criar uma categoria exclusiva ao tema, que talvez não precisasse ter sido criada, enquadrado o tema em outra categoria. O tema mostrou-se pouco representativo no Repórter Brasil Noite. A maioria das matérias sobre violência é constituída por pequenas notas que focam crimes específicos, ou por casos de maior

repercussão, como o julgamento dos assassinos da juíza Patrícia Acioli e do ex-goleiro de futebol Bruno. Duas matérias registram o repentino aumento da violência em São Paulo, no final de 2012. Duas reportagens classificadas como direitos humanos trataram transversalmente o tema da violência. Uma, que fez parte da série de reportagens Retratos da Dor, tratou do tema da violência contra a mulher. A outra foi reprise de uma reportagem exibida meses antes e foi escolhida por telespectadores numa votação pela *internet* para ser uma das matérias a ser reexibida no telejornal pela série de reprises Melhores de 2012, apresentada nas duas últimas semanas do ano. A cobertura sobre violência, portanto, parece ser cautelosa, não reproduzindo a cobertura alarmista sobre casos chocantes do cotidiano que o telespectador brasileiro está habituado, embora noticie casos que envolvam autoridades ou celebridades.

Foi observado que a maioria das matérias de política abordou os poderes constituídos e partidos. Das 33 matérias de política exibidas, apenas três tratavam de greves ou manifestações. Duas delas sobre manifestações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Distrito Federal, na quarta-feira, 21 de novembro e segunda-feira, 3 de dezembro. Essas matérias, aliás, parecem tratar da mesma questão. Ambas são no Distrito Federal. A primeira trata de uma manifestação dos sem terras que exigiam agilidade na resolução do litígio sobre uma fazenda que haviam ocupado em agosto de 2012. A segunda mostra um grupo de sem terras retirando-se de uma fazenda, ocupada desde agosto daquele ano. Outra matéria acerca de manifestações foi sobre um protesto de profissionais da área da saúde no Rio de Janeiro, exibida quinta-feira, 20 de dezembro. Todas as três matérias foram relativamente curtas, com menos de um minuto cada.

A baixa ocorrência de matérias cobrindo manifestações pode demonstrar pouca capacidade ou vontade de cobri-las, uma vez que esse tipo de cobertura exigiria deslocamentos de repórteres aos locais onde essas manifestações ocorrem. A cobertura dos poderes constituídos é mais cômoda, já que o local de atividade do repórter são as casas de cada um dos poderes, onde circulam rotineiramente. Essa baixa ocorrência pode significar também uma menor importância dada ao papel político das ações de sindicatos ou movimentos sociais e populares.

Os temas de política social e de direitos humanos foram bastante representativos para as nossas expectativas. Esperávamos que os assuntos abrangidos nesses temas – como saúde,

educação e direitos de minorias – fossem tratados, mais frequentemente, subjacentes a notícias sobre programas de governos ou projetos de lei, o que os enquadraria em política. Somando-se o tempo destinado a esses dois temas, obtivemos 23,91% do total, o que supera, com relativa folga, o tempo destinado à política, que foi de 17,57%. Isso demonstra que o telejornal enxerga grande importância nesses temas por si, situação inversa ao que observamos no tema da economia.

Quanto às matérias sobre direitos humanos, quatro delas tratavam de assuntos históricos, três sobre a ditadura militar e as atividades da Comissão da Verdade e uma sobre o aniversário da Revolta da Chibata. No entanto, a maioria das matérias foi sobre setores específicos da população, beneficiários de direitos específicos, ou em desvantagens no acesso a seus direitos. Albinos, autistas, deficientes físicos, transexuais, mulheres e negros foram alguns registrados.

O único *link* ao vivo foi exibido na segunda-feira, dia 3 de dezembro. Neste dia, a equipe do Corinthians embarcava para o Japão para a disputa do Campeonato Mundial de Clubes da FIFA – Federação Internacional de Futebol –, e a repórter acompanhava ao vivo a aglomeração de torcedores que se formava no Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos, aguardando a chegada da delegação para o embarque.

Nesse mesmo dia, a matérias sobre a última rodada do Campeonato Brasileiro de Futebol, que fora no dia anterior, falava não apenas dos clubes que disputam a série A do campeonato, mas falou de todos os times que subiram ou foram rebaixados em todas as quatro divisões do Campeonato Brasileiro.

Nas matérias sobre cultura, foi possível perceber que aquelas que noticiavam exposições, feiras ou festivais concentravam-se entre Rio de Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal, enquanto os demais estados apenas apareciam na ocorrência de festas populares ou em reportagens sobre o folclore local. Além disso, houve um forte contraste na representatividade do tempo destinado às matérias culturais do Sudeste e demais regiões, que, aliás, foi observada em todos os demais temas. Essa constatação leva-nos à indagar se o telejornal não acaba por reproduzir certos preconceitos formados acerca da identidade de cada região do país, na qual a cultura erudita concentra-se somente nos centros metropolitanos, enquanto apenas nas demais regiões repousam as tradições populares e o folclore.

No que tange à divisão regional do noticiário, notamos 13,30% do tempo total da amostragem é dedicado a matérias internacionais.

Tabela 24 – Distribuição do tempo total do telejornal por matérias de âmbito nacional ou internacional:

Região	Tempo
Internacional	13,30%
Nacional	86,70%

Observamos que o noticiário internacional era dominado por pequenas notas cobertas – notas narradas pelo apresentador do telejornal, cobertas por imagens. Estas imagens não exibiam crédito, mas possivelmente eram imagens obtidas em agências de notícias internacionais. Na maioria das vezes, essas matérias tinham menos de trinta segundos de duração. Em algumas matérias há a imagem de pessoas sendo entrevistadas com microfones de emissoras de outros países, com o conteúdo de suas falas reportadas na nota. Mesmo no noticiário sobre a América Latina, prevaleceram notas curtas.

A distribuição do tempo das matérias internacionais por regiões do globo foi a seguinte:

Tabela 25 – Distribuição do tempo total das matérias internacionais por regiões do mundo:

Região	Tempo
Oriente Médio e norte da África	31,24%
Países do Norte Geopolítico	23,11%
África Subsaariana	21,09%
América Latina	19,23%
Ásia Central e Sudeste Asiático	5,31%

Notamos que, à exceção das matérias que cobriam a região da Ásia Central e do Sudeste Asiático, houve um relativo equilíbrio no tempo destinado às diferentes regiões do globo. Apesar disso, esperávamos que a América Latina fosse mais presente na cobertura

internacional, por se tratar da região ao qual o Brasil pertence.

Apenas uma reportagem, sobre conflito na República Democrática do Congo – exibido na quinta-feira, dia 20 de dezembro –, foi claramente feita por um correspondente da TV Brasil. O correspondente da TV Brasil na África, Emerson Penha, fez essa matéria, a mais longa entre as internacionais, com três minutos e oito segundos de duração. Essa reportagem foi seguida de uma entrevista a Emir Sader, comentando sobre o conflito. Somando-se os dois, o Repórter Brasil Noite dedicou significativos cinco minutos e cinquenta e um segundos à situação na República Democrática do Congo, nesse dia.

A pouca presença de matérias produzidas por correspondentes indica que o Repórter Brasil Noite é dependente de agências de notícias internacionais, o que impede o telejornal de reportar acontecimentos no exterior com seu próprio jornalismo e limitando a pauta aos temas cobertos pelas agências.

Quatro das seis edições analisadas contaram com entrevistas com o sociólogo e cientista político Emir Sader comentando, desde o estúdio no Rio de Janeiro, temas de diplomacia internacional e disputas sociais e políticas em outros países.

A África subsaariana teve tempo significativo, superando até mesmo a América Latina, devido à reportagem acerca do conflito na República Democrática do Congo somada ao comentário de Emir Sader acerca do tema, no dia 21 de novembro. Com exceção desse dia, a região só foi pauta, no Repórter Brasil Noite, duas outras vezes nas edições coletadas, ambas foram notas curtas, o que reduziria drasticamente sua representatividade no tempo destinado às matérias internacionais.

Nos assuntos nacionais, dominaram as matérias de interesse geral, que não é localizada a uma região específica do país, com 57,39% do tempo. Matérias sobre temas específicos do Rio de Janeiro, Distrito Federal ou São Paulo, onde a TV Brasil mantém redações, destacaram-se amplamente com relação às demais regiões do país. Apesar de o Sudeste ter se destacado pelas matérias que abordam o Rio de Janeiro e São Paulo, apenas uma matéria sobre outras partes do Sudeste foi observada.

as regiões do país:

Região	Tempo
Brasil Geral	57,39%
RJ/DF/SP	32,51%
Nordeste	3,75%
Centro Oeste	3,31%
Sul	1,45%
Norte	1,33%
Sudeste	0,22%

Entre as prováveis explicações para essa discrepância entre o Rio de Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal e as demais regiões está o fato de a TV Brasil depender de vídeos produzidos pelas TVs Públicas estaduais. As televisões públicas estaduais no Brasil são muito diversas e dominadas por televisões educativas e culturais. A importância e a dedicação que cada uma dá ao jornalismo, certamente, variam muito. Além do mais, a EBC tem um Manual de Jornalismo, que as emissoras que não pertencem à empresa não compartilham. O padrão do jornalismo praticado por cada uma é algo que a EBC não tem controle. Muitas dessas emissoras provavelmente ainda mantêm a tradição autoritária de defender os governos dos estados onde estão alocadas. Portanto, enviar matérias para ser exibidas na TV Brasil pode simplesmente não interessar a esses governos, que estariam mais preocupados com a sua influência local, ou produzem jornalismo fora do padrão aceitável pela EBC. Ainda assim, essa desproporção é bastante evidente, o que é muito prejudicial a uma emissora que se pretende nacional.

O quadro Outro Olhar – experiência de jornalismo participativo que exibe reportagens produzidas por pessoas ou organizações da sociedade civil, enviados à redação e selecionados pela equipe do telejornal – esteve presente em quatro das seis edições selecionadas e apresentou diversos temas. Em dois deles, havia temas culturais. O primeiro, exibido na quarta-feira, 21 de novembro, trata da cultura dos Calungas, povo quilombola de Goiás. O outro, mostrado na quinta-feira, 20 de dezembro, falava da Festa de Nossa Senhora do Ó, na cidade de Traipu, interior de Alagoas. O Outro Olhar exibido na Sexta-feira, 14 de dezembro, abordou a questão do consumo de cigarro no Brasil. O de segunda-feira, 3 de dezembro, foi em comemoração aos cinco anos do quadro.

A categorização dos temas apesar de ser relevante para revelar aspectos fenomênicos,

certos aspectos, não serve, sozinha, para fazer qualquer conclusão, devido ao aspecto múltiplo de qualquer matéria. Quanto maior a matéria, mais se percebe a multiplicidade de assuntos.

4.2.2. Resultados Qualitativos

De cada edição do telejornal coletada na amostragem foi extraída uma matéria que nos servisse para a análise qualitativa segundo os critérios já apontados.

4.2.2.1. Quarta-feira, 21 de novembro de 2012

A reportagem selecionada desse dia, de dois minutos e quarenta segundos, tratava das novas possibilidades tecnológicas disponíveis para serem utilizadas nas salas de aula, apresentadas numa exposição durante o seminário Conecta 2012, realizado no Rio de Janeiro.

Essa matéria foi a terceira mais longa do dia. As duas com duração maior não foram selecionadas por tratarem de questão internacional. As duas complementavam-se, sendo uma reportagem sobre o conflito armado na República Democrática do Congo e, a outra, uma entrevista com Emir Sader comentando a questão.

Ao chamar a reportagem, a âncora do Repórter Brasil Noite, Luciana Barreto, levanta a questão: “como será o professor do futuro?”. Ao iniciar o *videotape*, a repórter Deny Peres, propõe uma viagem no tempo. A primeira entrevistada, a professora Laurilene Silva, faz, em sonora de dezenove segundos, um relato de como era a escola no seu tempo de criança, descrevendo punições aplicadas pelos professores aos alunos que cometiam erros, como ajoelhar no milho ou pôr capim sobre a mesa do aluno para chamá-lo de burro.

Logo a reportagem começa a mostrar algumas novidades tecnológicas voltadas para uso em sala de aula, contrapondo as práticas de ensino do passado: lousas eletrônicas sensíveis a toque e conectadas a *tablets* que fariam a vez dos cadernos dos alunos ou bibliotecas virtuais acessíveis de qualquer computador.

O segundo entrevistado, o instrutor educacional Elmer Rattes, em sonora de nove segundos, depõe sobre a falta de interesse em visitar bibliotecas quando era estudante, afirmando que, com o recurso da biblioteca virtual acessível de casa, facilita-se muito a vida do estudante. Outros recursos tecnológicos são apresentados: um instrumento de Realidade Aumentada que permitiria saber o que há por trás do aço, auxiliando no aprendizado de reparos automotivos – provavelmente para utilização na educação técnica – e um *video game* que auxilia o ensino da matemática às crianças.

Comentando o jogo eletrônico, o único entrevistado da matéria que não é educador, o estudante do SESI/SENAI Pedro Kenel, que, apesar de não ser da idade para a qual o jogo foi desenvolvido, comenta, em sonora de cinco segundos, que o recurso torna a matemática menos difícil para a criança.

Até este ponto, a reportagem praticamente apenas apresenta os recursos tecnológicos mostrados na exposição e fala somente das possibilidades para o uso em sala de aula. Neste momento, a repórter aborda os desafios para o futuro, que são levar as tecnologias a todas as salas de aula do país e preparar os professores para bem utilizar essas ferramentas. Essas questões, todavia, não são abordadas com mais profundidade na reportagem. Não são explicadas porque existem tais dificuldades nem são buscadas soluções para contorná-las.

O professor Bruno Gomes, único expositor do evento entrevistado – vestia a camiseta do evento – é entrevistado e fala, em sonora de nove segundos, que o professor passa a ser um mediador, que cuja tarefa é filtrar os recursos digitais que o aluno deve buscar para que aconteça a aprendizagem. A reportagem, por outro lado, não questiona se esse papel do professor já não deveria ser a de um mediador independente dos recursos disponíveis, ou esse papel apenas se faz necessário com a utilização desses recursos.

Então, mais um recurso tecnológico é mostrado. Com o uso de câmeras de vídeo, o professor pode fazer suas aulas à distância. A professora entrevistada, Marilene Miranda, explica, em sonora de oito segundos, algumas possibilidades de atuação à distância do aluno, como interagir com o seu professor também fora de sala. Entretanto, não são discutidas outras interpretações ou consequências para o uso desse recurso.

A reportagem peca por se fechar ao fetiche da tecnologia, sem aplicar muitos questionamentos acerca do que muda de fato com a utilização dessas ferramentas. A matéria

exibe, com entusiasmo, por exemplo, uma lousa sensível ao toque, embora questione que mudanças educacionais ela apresenta com relação à lousa rabiscada a giz. Que novidade apresentaria a interatividade do *tablet* do aluno com a lousa do professor com relação às possibilidades tradicionais de interatividade entre professor e aluno em sala de aula?

Com humor, a entrevistada Luciene Silva – que reaparece no desfecho da matéria com mais cinco segundos em outra sonora – comenta sobre os objetos apresentados na exposição: “é muita tecnologia! Só capim virtual”. Esse comentário levanta a questão de que a tecnologia por si não necessariamente apresenta uma novidade nos processos educativos, mas pode ser simplesmente novo meio para a reprodução das antigas práticas de ensino que poderiam, mas não foram abordadas pela reportagem.

O Manual de Jornalismo da EBC traz algumas orientações de como tratar do tema da educação. Propõe que seja indispensável que a empresa pautar “o processo de evolução das escolas e professores, ante a introdução de tecnologias digitais como ferramentas para busca, absorção, transmissão e geração de conhecimentos” e também “a criatividade nas soluções de questões educacionais” (2013, p. 51). A reportagem mostra as possibilidades da introdução de recursos digitais em sala de aula, entretanto sem tratar de como elas seriam, de fato, soluções criativas para questões educacionais. Não houve nenhuma contraposição ou questionamento ao que foi dito pelos entrevistados. A reportagem encampou o discurso dos expositores e a não apresentou nenhum dissenso acerca do tema.

Tabela 27 – Entrevistados na reportagem selecionada para a análise qualitativa da quarta-feira, 21 de novembro de 2012:

Entrevistado	Tipo de fonte	Tempo
Laurilene Silva	Popular	19s
Elter Rattes	Popular	9s
Pedro Kemel	Popular	5s
Bruno Gomes	Oficial	9s
Marilena Miranda	Popular	8s

Todas as fontes entrevistadas eram pessoas que estavam presentes no evento. A reportagem buscou apenas um expositor, que apresentou o discurso oficial do evento, ou fontes populares compostas de educadores e um estudante. As fontes populares poderiam apresentar alguma voz destoante ao evento, mas o seu envolvimento mais superficial no assunto, em decorrência apenas da visita à exposição, faz com que não seja deles a voz de dissenso que poderia se esperar da reportagem.

O questionamento que orientou a matéria foi “quais são as possibilidades tecnológicas apresentadas no seminário Conecta 2012 para a escola do futuro?”. Ainda que a questão proposta pela âncora do telejornal focasse no professor do futuro, pouco se abordou acerca dos impactos da introdução das tecnologias digitais nos processos educacionais para o professor. Faltou criticidade à reportagem. A reportagem contrapõe as práticas humilhantes comuns em escolas no passado às tecnologias possíveis de serem empregadas no futuro, embora as tecnologias sejam instrumentos que podem ser utilizados de diferentes formas em sala de aula, inclusive reproduzindo práticas hoje condenáveis.

Em todo o vídeo, o ambiente é a exposição. Todos os entrevistados são pessoas presentes na exposição, seja como visitante ou como expositor. A reportagem foi centrada na exposição em si, e não na questão do impacto das tecnologias digitais na educação. O telejornal provavelmente foi pautado pela assessoria de imprensa do evento e o assunto talvez não fosse tratado se não fosse por ocorrência do seminário.

4.2.2.2. Terça-feira, 27 de novembro de 2012.

A reportagem selecionada para nesta edição foi sobre violência contra a mulher. A reportagem, de quatro minutos e sete segundos, a mais longa do dia, foi a segunda de uma série de três sobre o assunto, exibidas entre os dias 26 e 28 de novembro de 2012, em decorrência da semana de combate a violência contra a mulher.

Logo no início, a repórter narra um fato ocorrido na cidade de Formosa, em Goiás, cidade que apresenta o maior índice de homicídio de mulheres no estado. Um homem foi preso em flagrante após matar sua esposa dentro de casa. O caso ainda vai a julgamento em júri popular. A reportagem tomou o cuidado de não apontar a identidade do réu ainda não julgado, mesmo tendo sido preso em flagrante.

O caso mencionado é típico e foi usado para ilustrar os dados sobre violência contra a mulher. De acordo com as estatísticas, 70% das mulheres são assassinadas dentro de casa e, 60% dos casos, são mortas por seus próprios companheiros, maridos ou namorados.

Entretanto, a fonte das estatísticas não é devidamente mencionada. A repórter cita apenas o nome da série de pesquisas – Mapa da Violência – que, da maneira como foi citado – “Segundo o Mapa da Violência...” –, o telespectador pode não reconhecer que esse é o título da pesquisa e pode ficar confuso quanto à origem das informações.

O rosto das mulheres agredidas mostradas na reportagem nunca é exibido, um cuidado importante para a preservação dessas vítimas e recomendado pelo Manual de Jornalismo da EBC (2013, p. 61).

A reportagem apresenta um problema sério de não identificação das pessoas entrevistadas exibidas no vídeo. Tanto o advogado quanto a delegada não tiveram seus nomes citados. Há duas entrevistas em que as entrevistadas não são identificadas na reportagem. Mais grave que isso, foram algumas entrevistas posteriores, em que sequer há a menção da ocupação do entrevistado ou a sua relação com o tema, o que seria fundamental, por se tratarem aparentemente de especialistas ou autoridades. Em uma delas, foi possível identificá-la apenas ao assistir a primeira reportagem da série, exibida no dia anterior.

A psicóloga Carla Valente – fonte identificada pela reportagem exibida no dia anterior – responsável pelo programa de abrigamento de mulheres vítimas de violência no Distrito

Federal¹³, fala em sonora de doze segundos que o principal motivo que leva mulheres a não denunciar seu agressor é a relação afetiva que têm com eles, como marido ou filho.

A outra entrevistada, sem identificação fala, em sonora de dezesseis segundos, da naturalização, entre muitos homens, da relação violenta que têm com suas companheiras. A entrevistada está em um escritório, atrás de uma mesa de trabalho e, em sua fala, relata o que já ouviu de um grupo de homens: “Já tive, por exemplo, fazendo um grupo de homens, e eu escutei um relato (...)”. Pela linguagem utilizada, imaginamos ser uma pesquisadora que tenha trabalhado com grupos focais.

Finalmente, a antropóloga Lia Zanotta que explica, em sonora de vinte e cinco segundos, um dado apontado pela repórter, relatando que o número de denúncias de casos de agressão tem aumentado. Ela afirma que o avanço no acesso à cidadania pelas mulheres favoreceu que mais mulheres tomassem a atitude de denunciar, mas que isso não significa que a cultura masculina, que naturaliza a violência contra a mulher, tenha diminuído proporcionalmente.

A repórter Priscila Mendes aponta, em determinado trecho da reportagem, a Lei Maria da Penha¹⁴ como um marco no combate a violência contra a mulher:

Criada a seis anos, a Lei Maria da Penha é um marco no combate à violência doméstica e familiar. Uma transformação, tanto no tratamento e na proteção à mulher agredida, quanto nas punições ao agressor [...].

Apesar da existência de discordâncias por parte da sociedade com relação à lei, o Repórter Brasil Noite considerou, acertadamente, a lei como um direito necessário, um princípio, um valor não sujeito a questionamento, portanto, não apresentando discordâncias com relação à lei. O Manual de Jornalismo da EBC afirma que o jornalismo da empresa considera “relevante a cobertura de políticas públicas e iniciativas da sociedade voltadas para o combate à violência contra a mulher, à homofobia e ao racismo” (p. 63).

¹³ Mulheres que denunciaram seus agressores e sofrem risco à sua segurança recebem da justiça esse abrigo que as protege de possíveis novas agressões.

¹⁴ Lei 11340 de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Outros problemas de identificação constatada, foi a inexistência do nome da repórter ou dos créditos das imagens, presentes, por outro lado, nas outras reportagens da série. Notamos também que o texto narrado pela repórter consiste em frases longas, o que deixou a narração pouco natural.

A matéria apresenta o argumento do advogado do réu que, em sua sonora de dezoito segundos, alega que o ato seria em decorrência de um acesso de raiva motivado pela descoberta de um adultério da esposa; e o argumento da delegada que investiga o fato, que aponta, em sonora de oito segundos, que adultério não justificaria o caso e o fato de não haver evidências desse suposto caso extraconjugal. Notamos um equilíbrio entre as duas versões para esse caso.

A matéria aponta divergência apenas no caso do homicídio usado como exemplo de violência contra a mulher. Duas fontes para o caso foram buscadas: o advogado do réu e a delegada que fez a investigação. As duas fontes são autoridades. O advogado teve dezoito segundos e apenas declarou a sua opinião, mas sua fala não foi argumentativa. A delegada, por outro lado, teve oito segundos, mas sua sonora privilegiou a argumentação. Na edição da reportagem, foi colocada posteriormente, sendo seu argumento construído na contraposição da opinião do delegado. Ainda que o tempo dedicado ao advogado do réu fosse maior, sua forma de falar é lenta e pausada, delongando-se mais. A reportagem demonstrou inclinação para o lado da versão da delegada. Essas, no entanto, não foram as fontes mais importantes da reportagem, uma vez que esse caso teve caráter apenas ilustrativo.

As outras três fontes foram especialistas ou autoridades. A entrevistada não identificada tem dezesseis segundos para sua posição e sua opinião sobre a naturalização da violência no pensamento masculino é apoiada por argumentação. Ela relata o discurso que ouviu de um homem. Não é possível saber ao certo que tipo de fonte é essa mulher, mas nos parece uma especialista: uma pesquisadora. A psicóloga Carla Valente teve doze segundos para expor sua opinião, que foi apenas declarada, mas não apresentou argumentação. Já a antropóloga Lia Zanotta teve vinte e cinco segundos para sua posição, que além de opinativa, foi argumentativa.

Na tabela abaixo, as sonoras das pessoas entrevistadas na matéria:

Tabela 28 – Entrevistados na reportagem selecionada para a análise qualitativa da terça-feira, 27 de novembro de 2012:

Entrevistado	Tipo de fonte	Tempo
Advogado – não identificado	Autoridade	18s
Delegada – não identificada	Autoridade	8s
Entrevistada não identificada	Não determinado	16s
Carla Valente	Oficial	12s
Lia Zanotta	Especialista	25s

Todas elas apresentaram opiniões sobre questões colocadas pela reportagem. As questões, todavia, não tinham contraposição. À exceção do caso ilustrativo usado no início da reportagem, não há dissensos. Ainda que não haja a necessidade de exposição de opiniões contrárias à existência de uma legislação específica para o combate a violência contra mulher, outras opiniões poderiam ser abordadas. Não houve discordâncias acerca das causas para violência contra a mulher, das causas que expliquem o fato de muitas mulheres não denunciarem seus agressores ou sobre os motivos para o aumento no registro de denúncias de agressão.

A reportagem teve vários focos. De início, a questão central era a identificação das cidades com a maior ocorrência de homicídio de mulheres, passando a traçar um retrato dos assassinatos mais comuns no Brasil. Logo a reportagem busca razões para esses casos e os motivos para os quais muitas mulheres não denunciam seus agressores. A reportagem fecha com o foco a questão de se a Lei Maria da Penha tem trazido mudanças na forma como as mulheres lidam com a situação e como. As múltiplas abordagens apresentadas nessa reportagem são positivas.

Excetuando as graves falhas de ordem técnica na reportagem, como a falta de identificação de vários entrevistados, avaliamos essa reportagem positivamente.

4.2.2.3. Segunda-feira, 03 de dezembro de 2012

A matéria selecionada nesse dia foi sobre um tumulto gerado por uma grande fila de pacientes que aguardavam atendimento em frente ao Instituto Nacional de Traumatologia e

Ortopedia – INTO – no Rio de Janeiro. Essa foi a matéria mais factual e datada das seis selecionadas para análise qualitativa.

Essa reportagem foi a quarta mais longa do dia, mas foi selecionada ser, pelo procedimento de seleção que observou as matérias em ordem de duração da maior para a menor, a primeira a apresentar os critérios de seleção que determinamos. A primeira e a terceira mais longa eram comemorativas ao aniversário de cinco anos do Repórter Brasil Noite e do quadro Outro Olhar. A segunda mais longa era uma matéria de serviço, que explicava ao telespectador as regras para o transporte de animais domésticos em viagens de ônibus e avião e que não trazia questão de fundo que pudesse ser interessante para a nossa análise.

Ainda chamando a reportagem, a âncora do telejornal Luciana Barreto afirma que segundo a Polícia Militar, haviam cerca de mil pessoas na fila aguardando atendimento no hospital, que é federal e é referência em ortopedia. Muitos dos pacientes presentes na fila haviam chegado de madrugada ou de outros municípios para tentar ser atendidos.

A repórter Eliane Benício ouve as queixas e o depoimento de vários pacientes na fila. A primeira pessoa entrevistada, o pintor Sebastião Alves dos Santos, com sonora de sete segundos, afirmou ter chegado ao hospital às 4h45 para entrar na fila e tentar remarcar uma consulta para o filho.

Logo em seguida, o profissional autônomo Ricardo Braga é entrevistado e afirma ter chegado às 4h da manhã, vindo de Angra dos Reis e, quando chegou, já havia uma fila muito grande em frente ao hospital.

A repórter mostra o caso da dona de casa Aurenir da Silva, que sofria de problema na coluna e não aguentava ficar muito tempo em pé na fila e, por isso, sentou-se várias vezes na calçada. Em sua sonora de quinze segundos, ela dá o seu depoimento, alegando que já havia passado por uma triagem há dois anos e aguardava uma fila de espera, para uma fazer uma cirurgia, com mais de novecentas pessoas na sua frente.

A repórter então diz que, por volta das oito horas da manhã, circulou a notícia de que o hospital não estava mais distribuindo senhas para atendimento, o que revoltou as pessoas que aguardavam. Alguns funcionários do hospital tentaram orientar os pacientes, mas não

puderam acalmar a revolta. A repórter capta a sonora de um dos funcionários explicando às pessoas que seriam abertos quatrocentos números a cada dia, até o fim da semana. A câmera então se vira e mostra a manifestação de revolta de muitos dos que estavam na fila, que se colocavam diante da câmera para protestar.

As pessoas que tentavam agendar atendimentos por telefone não conseguiam. A câmera mostra um homem que estava na fila, que não é identificado, tentando telefonar e não conseguindo. Ele fala: “Não dá nada! Ora dá fora de área ou desligado”.

A repórter dá a explicação da direção do hospital, que atribuiu a grande demanda ao bom atendimento da unidade e que o hospital, que tem capacidade de atender até trezentos e cinquenta mil pacientes ao ano, estava operando com apenas metade da capacidade. O diretor deu prazo de um a dois anos para regularizar o atendimento, visto que o hospital tinha a necessidade de capacitar com novos funcionários enviados pelo Ministério da Saúde.

O diretor do INTO Naason Cavanellas dá uma entrevista em coletiva de imprensa para explicar a situação. A reportagem usa uma sonora de oito segundos em que afirma que, dar treinamentos para novos médicos não é rápido, em função da complexidade dos procedimentos cirúrgicos efetuados pela unidade. Boa parte da justificativa do diretor do INTO está no texto narrado pela repórter e a sonora apenas acrescenta os argumentos por ele usados.

Após o término do *videotape*, a âncora dá uma nota acrescentando novas informações, informando que o INTO anunciou que, a partir do dia seguinte, as consultas seriam marcadas apenas pelo telefone e que o Ministério da Saúde, junto com a Secretaria da Saúde do Rio de Janeiro, estudavam a possibilidade de adotar agendamento pela internet.

Na tabela abaixo, as sonoras das pessoas entrevistadas na matéria:

Tabela 29 – Entrevistados na reportagem selecionada para a análise qualitativa da segunda-feira, 03 de novembro de 2012:

Entrevistado	Tipo de fonte	Tempo
Sebastião Alves	Popular	7s
Ricardo Braga	Popular	7s
Auremir da Silva	Popular	16s
Naason Cavanelas	Autoridade	8s

Há uma grande prevalência de fontes populares, dentre as pessoas que estavam na fila aguardando o atendimento. Todas as falas das fontes populares foram depoimentos a respeito das dificuldades que encontraram ao chegarem ao hospital. A fala do diretor do INTO, única autoridade entrevistada, também é o único que opina e argumenta.

A reportagem, entretanto, não buscou explicações para o fato de o telefone do hospital não ter atendido as chamadas dos pacientes. Questionamento: “o que causou a fila tão grande de pessoas na porta do INTO?”, restrito à singularidade do acontecimento daquele dia, naquele hospital. A matéria poderia sugerir um tema mais amplo, sobre o atendimento em hospitais públicos e unidades de saúde, vencendo a factualidade da situação singular do INTO naquele dia e buscando contextualizar o acontecimento. Problemas com o atendimento à população em saúde são recorrentes e se faria necessária uma abordagem que trate do tema de modo amplo a questão. O problema apresentado pelo hospital no Rio de Janeiro é de lentidão da burocracia, algo que não atinge somente esse hospital em particular, mas o funcionamento de toda a saúde pública brasileira.

Existem pontos de vista diferentes, o da direção do hospital e a das pessoas na fila. Os pacientes protestam contra a demora no atendimento e o Diretor tenta justificar a demora. O foco da matéria foi mostrar o acontecimento e explicar porque isso aconteceu e sua voz destaca-se com um tom conclusivo da questão. O tema foi tratado apenas sob essa perspectiva, muito em decorrência da sua factualidade, não contextualizada e nem aprofundada.

4.2.2.4. Sábado, 08 de dezembro de 2012

A reportagem selecionada no sábado foi sobre tratamento para casais inférteis. A matéria, de dois minutos e vinte e seis segundos, foi posta em pauta em decorrência de um fórum em São Paulo que discutiu o tema. O fórum em questão – XVII Simpósio Paulista de Infertilidade Conjugal – não teve o nome citado na matéria, mas foi possível identificá-lo pelo cartaz do evento exibido em plano de fundo em algumas imagens.

Essa reportagem foi a segunda mais longa do dia, mas foi selecionada porque a matéria de maior duração era cultural, a respeito de uma exposição em Brasília. Matérias culturais certamente nos interessam observar, mas neste caso, trata-se da divulgação de uma exposição específica que não suscita um debate de fundo como nos interessa investigar.

No início da reportagem, o caso de um casal que não consegue ter filhos foi usado como forma de ilustrar o problema. Fabíola Rocha e seu marido Ricardo já gastaram mais de 50.000 reais em tratamentos e não tiveram sucesso. Procedimentos como a inseminação artificial custa cerca de 18.000 reais em clínicas particulares e não é coberto por planos de saúde. O sistema público de saúde, entretanto, realiza o tratamento, mas a fila de espera devido à pouca capacidade de atender a demanda é grande. Fabíola entrou para a lista de pacientes da rede pública por não ter condições de pagar por uma inseminação artificial em clínica privada.

Fabíola é a primeira entrevistada da reportagem e tem sonora de treze segundos divididos em duas inserções. Sua primeira fala é um depoimento sobre a sua dificuldade de engravidar e a segunda é opinativa, em que argumenta que, apesar da fila de espera, não vai desistir de ter um filho.

Apresentado o caso de Fabíola, o repórter Gustavo Minari apresenta dados estatísticos mundiais e nacionais acerca da infertilidade.

Só depois de um minuto e doze segundos de reportagem o fórum é citado. O XVII Simpósio Paulista de Infertilidade Conjugal não tem o nome mencionado na reportagem, só foi identificado pelo cartaz do evento em segundo plano em algumas imagens da matéria. O foco do simpósio, segundo o repórter, é debater como ampliar o atendimento a casais inférteis, uma vez que a capacidade de atendimento da rede pública é pequena e o procedimento de inseminação artificial apenas é realizado no Brasil em quatro estados: Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal.

No simpósio, é entrevistado Newton Eduardo Musso, presidente da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. Em sonora de cinco segundos, ele dá a sua opinião em favor de que planos de saúde passem a cobrir esse tipo de tratamento, argumentando que as clínicas privadas têm capacidade de atendimento a uma demanda maior. Nelson Antunes Junior, presidente da Sociedade Paulista de Medicina Reprodutiva, entidade que realizou o evento, complementa em sonora de nove segundos que, com o crescimento da classe C no Brasil, muita gente poderia ter acesso ao serviço, mas, para isso precisam de subsídio – não ficou claro se esse subsídio seria do Estado.

O presidente da Associação de Medicina Reprodutiva da Argentina, Sergio Papier, que esteve no evento, foi entrevistado para falar de uma lei em discussão na Argentina que faria o tratamento para infertilidade passar a ser coberto por planos de saúde e pelo sistema público. Papier responde ao repórter em espanhol, com sonora de oito segundos e sua fala não é traduzida. Apesar de as palavras usadas por ele serem todas similares ao português, ele poderia não ser compreendido por muitos telespectadores do Repórter Brasil Noite.

Por fim, a última entrevistada é Suzana Joenck, contadora, com sonora de nove segundos. A reportagem não deixa claro, mas Joenck parece ser uma paciente interessada em tratamento de fertilidade por não ser profissional de saúde e por sua opinião, que tem o ponto de vista de uma paciente. Antes de começar sua fala, o repórter afirma que Suzana acredita que o Brasil deveria seguir o exemplo da Argentina, ampliando o atendimento a quem não pode pagar. Em sua sonora, afirma “se ele [plano de saúde] custear isso daí [tratamento], seu sonho fica mais acessível”.

A reportagem usou de duas fontes populares, uma para ilustrar em seu caso singular a dificuldade de muitos casais e, outra, opinando sobre a questão colocada. Três fontes especialistas foram consultadas e todas concordam com a necessidade de os planos de saúde cobrirem o tratamento da infertilidade.

Tabela 30 – Entrevistados na reportagem selecionada para a análise qualitativa da sábado, 08 de dezembro de 2012:

Entrevistado	Tipo de fonte	Tempo
Fabíola Rocha	Popular	13s
Newton Eduardo Busso	Autoridade	5s
Nelson Antunes Junior	Autoridade	9s
Sergio Papier	Autoridade	8s
Suzana Joenck	Popular	9s

A soma das sonoras das fontes populares é de vinte e dois segundos, a mesma dedicada aos especialistas.

A questão inicial proposta pela matéria é como ampliar o acesso a tratamentos dessa natureza no Brasil. A proposta de que planos de saúde cubram esses tratamentos apenas é apresentada na metade final do vídeo, não como uma proposta a ser debatida, mas como uma solução, em consonância com a posição dos presentes no Simpósio. Nenhuma outra proposta de solução ao problema foi trabalhada pela reportagem. As empresas de plano de saúde não foram consultadas sobre a questão. Como consequência, não são colocados pela reportagem possíveis empecilhos para a adoção dessa política. Tampouco autoridades da saúde pública foram procuradas para explicar porque o Estado não consegue atender à demanda e quais soluções seriam possíveis.

Esta é outra reportagem que restringe a abordagem sobre o tema ao ponto de vista expresso em um evento. À exceção do caso ilustrativo do casal à espera de tratamento pelo sistema público de saúde, não há qualquer fonte buscada que não estivesse presente no fórum abordado, portanto, sem qualquer ponto de vista discordante do tratado no evento.

4.2.2.5. Sexta-feira, 14 de dezembro de 2012

A reportagem selecionada para análise nessa data foi sobre áreas com riscos de deslizamentos e desmoronamentos em São Paulo com a chegada da temporada de chuvas fortes.

Essa foi a quarta mais longa reportagem do dia. As duas reportagens com duração maior abordavam o tema da educação, mas não foram selecionadas por abordarem temas que, embora interessantes e relevantes, não observam completamente os critérios de seleção que estabelecemos. A primeira mostra a solução criativa de uma professora de ensino médio do Rio de Janeiro para aumentar o interesse dos seus alunos aos temas que ensina. O assunto é interessante mais pela divulgação de uma solução inovadora para a educação – que o Manual de Jornalismo da EBC destaca como pauta de interesse – do que por poder suscitar algum tema para debate. A segunda reportagem é sobre cooperativas de educação mantidas por pais ou professores que apresentam a mesma característica da primeira. Já a terceira matéria mais longa, a respeito das dificuldades que transexuais encontram para encontrar emprego, foi feita pela Rede Minas, emissora pública de Minas Gerais e não pela TV Brasil. Portanto, fora dos nossos critérios de seleção.

A reportagem inicia mostrando uma área com riscos de desmoronamentos na zona norte da cidade de São Paulo. Uma moradora da região é entrevistada e seu depoimento é usado como exemplificação das dificuldades pelas quais passam moradores de áreas de risco.

Em sonora de onze segundos, a auxiliar de limpeza Adriana Francisco narra os danos causados por uma chuva forte que levou lama para dentro de sua casa.

Logo em seguida, a reportagem apresenta dados resultantes de um mapeamento feito pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas, feito em 2011, que identificou 407 áreas de risco na cidade de São Paulo ocupadas, com cerca de 105 mil moradias, das quais 29 mil estavam em alto risco.

O repórter – Luciano Cherubini – explica que as áreas de alto risco apresentam sinais como rachaduras em muros de contenções e postes de iluminação inclinados. Ele então mostra um muro de contenção em uma zona de alto risco, que foi reconstruído um ano antes após ter se rompido com um deslizamento e que pode desabar novamente.

Apesar do tom de denúncia sobre o muro de contenção inseguro, a matéria não busca explicações por que a barreira, que não cumpriu sua função uma vez, apresenta novamente risco de desabamento apenas um ano após ser reconstruída.

No entanto, o líder comunitário de Vila Brasilândia Quintino José Viana, zona norte da

capital paulista, alega que o ritmo de retirada das famílias das zonas de risco é lento.

Em sonora de dez segundos, Viana opina que assim que as famílias são removidas, deve-se montar um projeto para zona de risco de imediato. Ele argumenta que se o local for deixado como está e vazia, a “invasão” [sic] da região não cessa.

A matéria termina com outro ponto de vista sobre a mesma questão, colocado pela urbanista Cecília Angieli. Em sonora de dezessete segundos, ela afirma que o prioritário seria impedir a ocupação de áreas de risco para evitar a necessidade de se retirarem as famílias depois que elas se instalam e compensá-las com auxílios que não resolvem o problema. Seria necessário, portanto, um projeto longo de planejamento urbano e habitacional. Após o término do *videotape*, a âncora Ana Luísa Médici acrescenta que o Governo Federal apresentou naquela semana um plano, investindo oito bilhões de reais em medidas preventivas para diversas cidades do sul e sudeste do país.

A questão que orienta a matéria é como o poder público atua e como deveria atuar para a resolução do problema das famílias residentes em áreas de risco. Foram consultados pontos de vista diferentes a respeito dessa questão, ainda que deixando de fora o questionamento à prefeitura da cidade.

A reportagem apresenta poucas, mas variadas fontes e expõe dados obtidos de uma pesquisa de um instituto científico na construção sua construção, o que a torna rica. Contudo, nenhuma autoridade foi buscada. Seria primordial para essa reportagem questionar a Prefeitura de São Paulo sobre a questão, que ações são tomadas, como elas acontecem e se há planos para ações futuras. Somando-se a isso, o fato de a reportagem ser de uma fase de transição de gestões na prefeitura, com o prefeito eleito Fernando Haddad, vindo da oposição, prestes a tomar posse. Haddad seria, portanto, outra fonte necessária para a devida contextualização da questão.

Tabela 31 – Entrevistados na reportagem selecionada para a análise qualitativa da sexta-feira, 14 de dezembro de 2012:

Entrevistado	Tipo de fonte	Tempo
Adriana Francisco	Popular	11s
Quintino José Viana	Soc. civil organizada	10s
Cecília Angieli	Especialista	17s

Duas fontes opinarão a respeito da questão dos procedimentos que o poder público toma com as famílias que ocupam áreas de risco. A primeira dela foi o líder comunitário. Apesar de as matérias terem poucas entrevistas, um representante da organização popular de um bairro foi consultado. A segunda fonte foi uma especialista, a urbanista, que teve mais espaço para expressão do seu ponto de vista, apesar de sua opinião não confrontar diretamente com a do líder comunitário.

4.2.2.6. Quinta-feira, 20 de dezembro de 2012

A reportagem selecionada para a análise neste dia foi sobre medidas socioeducativas aplicadas a menores infratores. Foi originalmente apresentada em agosto de 2012, dentro da série de reportagens Crime, Castigo e Recuperação, que tratou do tema da violência praticada por adolescentes e de medidas para a recuperação desses jovens.

A reportagem, de cinco minutos e cinquenta e três segundos – a mais longa de todas as matérias da amostragem – foi uma das eleitas para ser reprisadas na série Melhores de 2012, que exibiu matérias escolhidas pelos telespectadores por votação na *internet* durante as duas últimas semanas do ano.

Logo no início, a questão é colocada: “o que deve ser feito com adolescentes que cometem crimes no Brasil?” Dois transeuntes entrevistados comentam. O primeiro, o vigilante Edimilson Gonçalves, com sonora de seis segundos, opina que devem receber a mesma punição dos adultos e argumenta que a consciência dos seus atos é a mesma e a violência de seus crimes as vezes é até maior. A segunda entrevistada, a cozinheira Iara Maria, tem em sua sonora de apenas um segundo, apenas com a frase: “tem que ir todos para a cadeia”. Essas são as únicas fontes populares sem ligação direta com algum caso e também os únicos que opinam por tratamento igual ao de adultos.

Logo em seguida, a repórter diz que, ao contrário do que muitos pensam, a internação não é a medida mais indicada para adolescentes em conflito com a lei e explica que a lei prevê

a prioridade para medidas socioeducativas para casos de violência envolvendo menores de idade. Apesar disso, segundo dados apresentados pela reportagem, apenas oito estados da federação têm programas para aplicação dessas medidas em meio aberto.

A juíza da infância Vera Debone, a primeira autoridade entrevistada, com sonora de 18 segundos, opina que as medidas socioeducativas têm sido um grande ganho na humanização do processo de execução de medidas, e no momento de responsabilização daqueles que cometem a infração.

A repórter explica mais detalhes da legislação. As medidas socioeducativas possíveis podem ser a internação, recomendada apenas para infrações que envolvem grave ameaça, como roubo ou homicídio, ou medidas em meio aberto. Estas podem ser a prestação de serviços à comunidade ou a liberdade assistida, em que o adolescente é atendido periodicamente com psicólogos e pedagogos. Um breve histórico das leis voltadas para crianças e adolescentes é feito, mostrando a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – o SINASE – estabelecido pela lei 12.594, de 2012 que estabelece regras para os juízes determinarem as medidas em cada caso.

A coordenadora do SINASE Telma de Oliveira, em sua entrevista com sonora de dezesseis segundos, defende o sistema, argumentando que, com as regras estabelecidas, há uma padronização nas decisões judiciais, que passam a depender menos da subjetividade do juiz.

Na sequência dessa entrevista, a sonora de vinte e um segundos do juiz da infância Leonardo Branches afirmando que o eixo central da execução do atendimento ao adolescente é o reconhecimento das consequências da infração e, quando possível, a reparação dos danos causados.

Em seguida, após apresentar alguns dados estatísticos, a reportagem mostra o exemplo de um garoto que presta serviços à comunidade no Distrito Federal. Na sua sonora de apenas dois segundos, afirma que está aprendendo com a medida. Não são mostradas as fontes das informações estatísticas divulgadas na matéria, uma falha que compromete a qualidade da reportagem.

Outro caso apresentado é a de uma garota do Maranhão que presta serviços numa creche por ter se envolvido em uma briga. Na sua sonora, de doze segundos, ela afirma que a medida está ajudando a encarar a realidade e a repensar suas ações.

Em um terceiro caso, um adolescente que cumpre a medida de liberdade assistida se encontra mensalmente com uma psicóloga. Ele afirma, em sua sonora de nove segundos que a oportunidade de encontrar-se com ela é boa porque em casa quase não encontra a mãe e não tem muita chance de conversar. Logo em seguida, a psicóloga que o atende, Karine Araújo, com sonora de quinze segundos, diz que com a liberdade assistida, ela tem a oportunidade de dialogar com o jovem inserido no mundo dele, na sua comunidade, o que não seria possível se ele estivesse internado.

Em seguida a reportagem trata de algumas dificuldades encontradas, mesmo nos estados que aplicam as medidas em meio aberto. O conselheiro tutelar Rafael Madeira, em sua fala de dezesseis segundos, declara que, em muitos lugares, as medidas são executadas de forma precária porque faltam recursos técnicos.

Por fim, a matéria apresenta um desfecho que inspira esperança e exalta a aplicação das medidas em meio aberto. A narração da reportagem afirma: “mesmo assim, muitos jovens que passam pelas medidas em meio aberto começam a acreditar num futuro melhor”, emendando com a sonora de sete segundos de um jovem que, enquanto trabalha em uma horta, afirma que pensa em cursar uma faculdade e sonha em ser bombeiro após o término da medida. Com essa fala, encerra-se a matéria.

Tabela 32 – Entrevistados na reportagem selecionada para a análise qualitativa da quinta-feira, 20 de dezembro de 2012:

Entrevistado	Tipo de fonte	Tempo
Edimilson Gonçalves	Popular	6s
Iara Maria	Popular	1s
Vera Debone	Autoridade	18s
Telma de Oliveira	Autoridade	16s
Leonardo Branches	Autoridade	21s
Adolescente 1	Popular	2s
Adolescente 2	Popular	12s
Adolescente 3	Popular	9s
Karine Araújo	Oficial	15s
Rafael Madeira	Oficial	16s
Adolescente 4	Popular	7s

As fontes utilizadas na reportagem são variadas. Foram um total de trinta segundos com a voz e os depoimentos e as opiniões de adolescentes infratores. As falas dos jovens que cumprem medidas são sempre de depoimentos relativos a seus casos. Esses jovens não teriam condições de fazer uma avaliação das medidas socioeducativas, mas podem opinar sobre o caso específico deles. Todos os jovens entrevistados avaliam positivamente e afirmam estar repensando seus atos, o que funciona como demonstrações da efetividade das medidas socioeducativas.

As falas de autoridades, todavia, somam o maior tempo. A entrevista de Leonardo Branches, juiz da infância, é basicamente informativa. As demais são opinativas. Vera Deboni, também juíza da infância, avalia positivamente as medidas socioeducativas em meio aberto. Apenas a coordenadora do SINASE Telma de Oliveira é a única que alguma apresenta argumentação sobre sua opinião. O grande mérito da reportagem é explicar o funcionamento das medidas socioeducativas no Brasil com toda a sua complexidade, já que a reportagem é bastante informativa.

As fontes oficiais foram a psicóloga Karine Araújo e o conselheiro tutelar Rafael Madeira. Madeira faz uma fala informativa, denunciando a falta de recursos em muitos lugares, tema que a reportagem não se ocupou em buscar explicações. Já Araújo explica sobre a maneira como ela atua e como o seu trabalho é facilitado quando o jovem não está internado, o que acaba servindo também como argumentação em favor das medidas em meio aberto.

De acordo com o Manual de Jornalismo da EBC (2013), nas orientações para o tratamento do tema da violência, o jornalismo da EBC está atenta às iniciativas dos poderes constituídos para solucionar problemas de segurança pública (p. 62), entretanto a explicação para a ausência da aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto em muitos estados não é buscada.

“A cobertura da EBC não ignora a violência cometida contra e por crianças e adolescente, mas a veicula sob um discurso ético e contextualizado” (p. 65), premissa que a reportagem observa. Também todos os adolescentes infratores mostrados na reportagem aparecem com seus rostos escondidos e com suas vozes dissimuladas para resguardar sua identidade.

À exceção da questão posta no início da reportagem, na qual há a resposta de dois transeuntes, em nenhuma entrevista é possível saber qual foi a pergunta feita pela repórter às fontes, o que dificulta a contextualização da fala dos entrevistados.

A questão central que a reportagem colocou foi como funcionam as medidas socioeducativas previstas pela legislação.

Outras questões foram trabalhadas, como a efetividade dessas medidas e as dificuldades encontradas para a aplicação delas, embora essa última questão tenha sido parcamente trabalhada. Poucos ângulos da questão trabalhada foram tratados, apesar da matéria ser longa. O único dissenso expresso em toda a reportagem está nas duas entrevistas no início da reportagem que defendem punições mais duras a menores de idade em conflito com a lei.

Não é possível identificar a unidade da federação em que muitos dos entrevistados atuam, outro fator que dificulta a contextualização, especialmente porque apenas seis estados aplicam medidas em meio aberto e a reportagem não diz quais são. Além do mais, as opiniões das fontes referem-se ao funcionamento das medidas socioeducativas em sua região.

Em toda a reportagem, as sonoras das fontes corroboram com o discurso construído pela repórter, inclusive com encadeamento de vozes da repórter e dos entrevistados bem amarrado na edição, à exceção das opiniões das fontes populares logo no início do vídeo. Especialmente quando autoridades ou os próprios adolescentes são entrevistados.

Ainda que a reportagem apresente a dificuldade reconhecida pelo conselheiro tutelar Rafael Madeira, de falta de recursos, não foram procuradas autoridades políticas, como secretários de estado, que pudessem explicar o porquê daquela carência. Também não foram buscadas explicações para os estados que não têm programas para a aplicação de medidas em meio aberto que expliquem o porquê daquela ausência. É notável que a reportagem ocupe-se mais em convencer da necessidade das medidas socioeducativas do que investigar sobre as carências, falhas e deficiências apresentadas, o que seria jornalisticamente mais interessante e recomendado.

Ainda que a questão da redução da maioridade penal esteja em pauta no país há alguns anos, não há nessa reportagem, tampouco em outras da série na qual a matéria foi originalmente exibida, nenhum debate acerca da questão. Os únicos entrevistados que defendem que jovens menores de 18 anos que cometam infrações sejam tratados da mesma maneira que adultos, foram também as únicas fontes populares sem envolvimento direto com a questão. Suas sonoras foram curtas e suas opiniões não foram desdobradas ao longo da reportagem. Logo após as sonoras dessas fontes, o texto diz: “ao contrário do que muitos pensam, a punição não deve ser o principal caminho de acordo com a lei”. As opiniões das fontes iniciais são contrapostas à lei como fato. Ao contrário do que a matéria faz parecer, essas fontes não estão enganadas quanto ao conteúdo da lei, mas se contrapõem a ela. Com esse recurso, furtam-se de debater de frente a questão da maioridade penal que, provavelmente, foi o que motivou a TV Brasil a fazer essa série de reportagens. Ao dedicar-se em explicar como funcionam as medidas socioeducativas, abstêm-se de construir uma reportagem que foque a contraposição de pontos de vista em um tema que é nitidamente polêmico na sociedade brasileira.

5 CONCLUSÕES

A relevância de se estudar o jornalismo praticado em uma emissora pública de comunicação se deve pela possibilidade de essa estar livre das determinações econômicas que comprometem o jornalismo em veículos privados e torna o esclarecimento secundário frente a necessidade econômica de gerar dividendos. Por outro lado, os veículos públicos de comunicação de países como o Brasil, historicamente, serviram de instrumento de promoção de regimes autoritários e governos populistas, comprometendo o jornalismo desses veículos de outra forma. O desafio para a radiodifusão pública no Brasil é o de contornar essa tradição e constituir-se como uma possibilidade para a prática do jornalismo livre de determinações econômicas e do controle governamental.

Dentro de um cenário histórico, a EBC e a TV Brasil surgiram num momento de recuperação da radiodifusão pública no Brasil. A empresa, formada a partir do patrimônio da TVE Brasil e da Radiobrás, insere-se num momento de nova perspectiva para a radiodifusão pública nacional. Superadas as motivações estratégicas do regime militar de integração das regiões menos povoadas e de complementação das carências educacionais do país, a partir do final dos anos 1970, as televisões públicas brasileiras se viram diante da necessidade de encontrar novos objetivos. Mesmo durante um período de restrições orçamentárias, a TVE Brasil reformulou-se e qualificou sua programação. A Radiobrás, por outro lado, passou por um processo de intenso desmonte. Hoje, a televisão pública encontrou novas razões para existir e percebeu o longo caminho ainda a trilhar para alcançá-las. A TV Brasil surge relacionada a essa nova perspectiva, que enxerga a televisão como uma espaço para o intercâmbio cultural da diversidade nacional independente de mercados.

Entretanto, ainda está sujeita a interferências governamentais, ainda comuns na radiodifusão pública. Governos têm a poder sobre a EBC tanto a partir das nomeações dos seus conselheiros, na maioria indicados pelo Poder Executivo, quanto pela sua forma de financiamento, dependente de dotação orçamentária da União. Ademais, está vinculada a SECOM, secretaria responsável pelas relações públicas da Presidência da República, que está mais comprometida com a imagem do governo do que com o direito à informação. Esses problemas na independência da EBC comprometem a confiabilidade de seu jornalismo.

Ao término da análise da nossa amostragem do Repórter Brasil Noite, pudemos perceber aspectos do telejornal que nos permitiram tirar algumas conclusões. A primeira delas é com respeito à abordagem de temas regionais, que apresentou uma grande concentração de matérias sobre as unidades da federação onde estão estabelecidas as redações do telejornal. As demais regiões do país, somadas, ocupam cerca de 10% do tempo das edições do telejornal.

As matérias que tratam de regiões do país fora do eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal geralmente abordam temas como meio ambiente, violência e cultura, enquanto as matérias que focalizam as regiões centrais ou não específicas a uma região referem-se mais frequentemente à política, aos direitos humanos e a políticas sociais. As matérias não específicas a uma região ou específicas ao Rio de Janeiro, São Paulo e ao Distrito Federal têm uma duração média maior que as das demais regiões.

Matérias que abordam direitos humanos e políticas sociais são poucas, mas geralmente de maior duração. Das seis matérias selecionadas para análise qualitativa, três foram classificadas como “política social”, duas como “direitos humanos” e uma como meio ambiente. A matéria sobre meio ambiente, todavia, tratava dos riscos de desmoronamentos de casa em São Paulo devido à chegada da temporada de chuvas, tema que, embora seja de meio ambiente, tangencia a questão habitacional, aproximando-se do tema de política social.

As matérias de política são geralmente restritas a questões palacianas, cobrindo votações nas casas legislativas, lançamentos de programas de governo, ou investigações e julgamentos de casos de corrupção. Essas, por sua vez, utilizam muitas declarações públicas, mas poucas entrevistas. Poucas também são as matérias que tratam de manifestações, greves ou reivindicações populares ou de entidades de classe. As matérias sobre direitos humanos e políticas sociais, embora sejam mais longas e cuidadosas, pouco abordam as questões políticas envolvidas.

No que diz respeito à análise qualitativa, uma das dificuldades é decorrente do fato de todas as matérias selecionadas serem contextualizadas e geralmente não é possível entender plenamente do tema tratado, apenas com aquela matéria. Uma matéria retirada de amostragem aleatória não necessariamente vai se constituir em uma narrativa completa do acontecimento tratado. É importante notar que muitos elementos considerados importantes para a análise da reportagem podem não ser encontrados naquela matéria em particular, mas podem estar presentes ao longo do tempo, em diferentes matérias exibidas.

De toda forma, é possível analisar as reportagens não apenas pela ausência de certos procedimentos na construção da reportagem, mas também pela correta consecução dos procedimentos utilizados pelos jornalistas na construção da matéria. Por exemplo, embora uma certa reportagem possa não ter entrevistado uma fonte popular, fontes especialistas com diferentes perspectivas poderão propiciar uma abordagem mais completa e esclarecedora sobre o tema tratado.

Outra dificuldade encontrada foi a seleção das matérias para a análise qualitativa, uma vez que apenas seria possível o debruçamento sobre as matérias que tivessem um número razoável dos elementos buscados, além de tratar de temas que indicassem dissensos sociais, econômicos, políticos, ou para alguma incompletude ou lacuna para a consolidação de direitos e da cidadania no país. Esses temas emergem, como apontou Genro Filho (1987), dos acontecimentos singulares registrados pelos jornalistas, e podem emergir, virtualmente, de qualquer notícia singular. A simples possibilidade de descartar alguma matéria para a análise já aponta que, ao menos essa matéria, registrou alguma singularidade sem revelar, todavia, qualquer tema para a problematização. Isso é notável especialmente na presença de inúmeras notas de menos de 30 segundos ao longo das várias edições do telejornal.

Ressaltamos que o jornalismo esclarecedor busca problematizar temas do cotidiano, permitindo a seu espectador a compreensão de questões relevantes para si na sua relação com a sociedade, com o espaço público e com a cidadania relevadas a partir acontecimentos singulares do cotidiano. Para tanto, a prática jornalística, mais que o cumprimento de procedimentos predeterminados ritualizados, busca revelar e problematizar as contradições de cada questão que coloca cada discurso publicizado por sua investigação.

Três das seis reportagens selecionadas para análise são pautadas pela ocorrência de alguns eventos, como simpósio e exposição. Em todas, a abordagem dada pelo Repórter Brasil Noite incorpora o discurso dos expositores do evento e não são propostos questionamentos. Nos três casos, apenas fontes presentes no próprio local são entrevistadas, o que prejudica que pontos de vista divergentes ou opiniões de outros setores interessados no assunto não sejam encontrados. O resultado são reportagens que promovem esses eventos e ignoram possíveis dissensos. São matérias que bem poderiam ser produto das relações públicas das entidades promotoras desses fóruns. Fogem de buscar o contraditório, o conflito, o dissenso, tarefa primordial de um jornalismo que se propõe a esclarecer. A mesma questão é

encontrada na reportagem a respeito das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes infratores, que, embora não seja a cobertura de um evento, não trabalha em cima dos dissensos existentes em torno do assunto. O Manual de Jornalismo da EBC menciona a equidade de fontes (2013, p. 36) como uma das suas orientações, embora, como pudemos perceber, o Repórter Brasil Noite não tem sido muito fiel a essa diretriz.

Em pouquíssimos casos é possível saber o que o repórter pergunta aos seus entrevistados, o que dificulta uma melhor contextualização de suas falas e das suas opiniões expressas, além de impossibilitar uma avaliação sobre a relevância da pergunta feita e a relação estabelecida entre repórter e fonte.

As fontes populares foram bastante consultadas nessas matérias, embora tivessem um tempo de sonora, na média, inferior. As fontes populares têm a oportunidade de expor suas opiniões, embora geralmente não as apresentem com argumentações. As sonoras opinativas argumentativas foram mais frequentes em fontes especialistas e autoridades.

A ausência de fontes variadas e de opiniões diferentes a respeito dos temas foi tão constante que atrapalhou a execução de alguns procedimentos de análise previstos. Por exemplo, o registro do tempo das sonoras de cada entrevistado mostrou-se praticamente inútil, uma vez que não havia sonoras de outros pontos de vista para comparar se tinham tempo equivalente. Mesmo a classificação dos diferentes tipos de fontes consultadas seria especialmente interessante para comparar a origem das diferentes opiniões.

Um dos resultados desse pouco cuidado com fontes variadas e com opiniões diferentes é que em algumas matérias, especialmente aquelas que abordaram temas a partir de eventos, a reportagem parece endossar o ponto de vista dos organizadores do evento, sem questionamentos, o que é bastante problemático.

A partir dessas análises, percebemos que o jornalismo da EBC apresenta os acontecimentos sem uma adequada contextualização. As coberturas do Repórter Brasil Noite usualmente recorrem às fontes mais acessíveis a cada acontecimento, especialmente em temas de políticas sociais, restringindo os pontos de vista aos protagonistas daquele acontecimento específico. O exemplo mais evidente é a reportagem sobre a exposição de novidades tecnológicas para uso na educação, em que a reportagem se deixou levar pelo encanto da tecnologia e não se buscou perspectivas questionadoras sobre o emprego dessas novidades.

Algumas das matérias selecionadas para análise qualitativa demonstram que a reportagem busca um aprofundamento que permita a compreensão da realidade em sua complexidade, mas muitas vezes de forma restrita, desdobrando parcialmente questões sensíveis, sem apresentar contradições fundamentais envolvidas nos assuntos tratados, especialmente questões políticas. Isso fica mais evidente nas matérias sobre as medidas socioeducativas para adolescentes infratores, sobre tratamentos para infertilidade e sobre os riscos de deslizamentos com a temporada de chuvas em São Paulo. A razão mais provável para tal é o possível desgaste que essa abordagem pode gerar, caso seja constatada alguma omissão ou descaso de autoridades políticas, uma vez que não há independência plena da EBC com o Governo Federal.

Essa é também a provável razão para a cobertura política ser breve, quase protocolar, em que são narrados apenas os aspectos mais singulares dos acontecimentos, sem muito aprofundamento. Outras matérias ainda se restringem aos aspectos mais imediatos da realidade, furtando-se de buscar debater questões fundamentais, como visto na reportagem sobre as tecnologias na educação, o que aponta pouca capacidade ou disposição para uma apuração mais rigorosa.

Pelos problemas constatados nas análises quantitativas e qualitativas do telejornal Repórter Brasil Noite, concluímos que o jornalismo da EBC é capaz de apresentar contribuições para a realização do direito à informação em temas específicos, em especial relativos a direitos humanos e políticas sociais, embora de forma restrita. Política é um tema difícil à redação da TV Brasil. A sombra das tradições autoritárias da radiodifusão pública no Brasil ainda é pesada, e a própria polêmica gerada após a demissão de Luiz Lobo em 2008 pode gerar desconfiças e constrangimentos na redação do Repórter Brasil.

Considerando a constituição da cidadania como um processo conflituoso e contraditório, sempre sujeito a constantes inserções de novos direitos e sempre alvo de constantes questionamentos, o dissenso é o elemento mais fundamental de um jornalismo esclarecedor. Oferecer ao cidadão informações como lhe são de direito – que lhe permita proteger-se; atuar na vida política, econômica, social e civil; exigir e exercer plenamente seus direitos – pressupõe esclarecer-lhe as contradições e os conflitos que permeiam qualquer aspecto da vida coletiva. Omitir esses aspectos de tão grande relevância é cercear, em grande medida, o direito desse cidadão de se informar. O jornalismo da TV Brasil, ao menos no que

pudemos notar pelo Repórter Brasil Noite, não cumpre plenamente essa premissa básica, tornando-o falho e incompleto.

Por fim, reafirmamos a nossa compreensão do jornalismo como uma forma de conhecimento da realidade que gere informação que traduza a realidade para o cidadão além das trivialidades corriqueiras e efemeridades do cotidiano, em busca do esclarecimento e da compreensão do contexto social e político em o cidadão está inserido, auxiliando-o a localizar-se no mundo e permitindo que possa exercer seus direitos como protagonista. O indivíduo, dotado de conhecimento e esclarecimento, estará apto a interagir com o mundo à sua volta como cidadão. Alienado desse direito, estará sujeito a permanecer inerte e incapaz de assumir plenamente suas capacidades, de satisfazer suas necessidades e de exigir sua liberdade, tornando-se súdito de senhores que ele talvez nem tenha a oportunidade de saber quem são.

REFERÊNCIAS:

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ARAÚJO, Valéria. Telejornalismo na TV pública brasileira: uma análise do Repórter Brasil. In: GOMES, Itania (org). *Gênero televisivo e modo de endereçamento no telejornalismo*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 197-221.

BARBOSA, Bia. TV Brasil: o faz-de-conta da emissora pública. *Revista Adusp*, São Paulo, n. 49, p. 49-54, jan 2008.

BOBBIO, Noberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986).

_____. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campos, 1992

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. *I Fórum Nacional de Tv's Públicas: diagnóstico do campo público de televisão*. Brasília: Ministério da Cultura, 2006

_____. *I Fórum Nacional de Tv's Públicas: Relatórios dos grupos temáticos de trabalho*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

BUCCI, Eugenio. *Em Brasília, 19 horas: a guerra entre o chapa branco e o direito à informação no primeiro governo Lula*. Rio de Janeiro: Record, 2008a.

_____. Sem independência, não há TV pública. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 fev. 2008b. Disponível em <http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=2744>. Acesso 23 maio 2013.

_____. *A imprensa e o dever da liberdade*. São Paulo: Contexto, 2009.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 167-178.

CASTRO, Daniel. Jornalista acusa Planalto de interferir na TV Brasil. *Folha de São Paulo*. 07 abr 2013. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0704200804.htm>> acesso em 12 jun 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUI, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Editora Fundação

Perseu Abramo, 2006

CRUVINEL, Teresa: TV Pública: o feito e o por fazer. *Folha de São Paulo*. 02 jan 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0201200908.htm>> acesso em 10 jun 2013.

DAGNINO, Evelina. Sociedad Civil, participación, ciudadanía: De que estamos hablando?. *Erasmus - Revista para el Diálogo Intercultural*, Buenos Aires, v. VI, n. n.2, p. 205-306, 2004.

DAGNINO, Evelina; OLVEDA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: _____ (orgs). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 13-91.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. *Norma da Rede Nacional Pública de Comunicação Pública/Televisão - NOR 603*. Brasília: EBC, 2009a. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/acessoainformacao/wordpress/wp-content/uploads/2012/04/Norma-da-Rede-Nacional-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-P%C3%ABblica-Televis%C3%A3o.pdf>> Acesso em 10 jun 2013.

_____. Relatório de Gestão 2008. Brasília: EBC, 2009b. Disponível em <http://memoria.ebc.com.br/porta1/sites/_ebc/files/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%20EBC%20-%202008.pdf> Acesso em 08 jun 2013.

_____. *Somente a verdade: Manual de jornalismo da EBC*. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, 2013. disponível em <http://www.ebc.com.br/sites/default/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf> acesso em: 12.abr.2013.

FÓRUM Nacional pela Democratização da Comunicação. Propostas preliminares para um modelo de radiodifusão pública aplicável aos sistemas estatal e público de comunicação no Brasil. p. 81-92. In: BRASIL. *I Fórum Nacional de Tv's Públicas: Relatórios dos grupos temáticos de trabalho*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.

GENTILLI, Victor I. *Democracia de massas: estudo sobre as sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GOMES, Romeu. Análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 67-80.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HIRSCHMAN, Albert O. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

INTERVOZES. Proposta para um sistema público de radiodifusão: uma contribuição ao Fórum Nacional de TVs Públicas. 2007. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br>>

/publicacoes/documentos/intervozes_sistemapublico.pdf>. Acesso em: 29 mar 2013.

JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil no século XX*. Salvador: Edufba, 2002.

LEAL FILHO, Laurindo. *A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão*. São Paulo: Summus, 1997.

_____. A missão da rede pública de TV nacional. In: BRASIL. *I Fórum Nacional de Tv's Públicas: Relatórios dos grupos temáticos de trabalho*. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. p. 21-24.

_____. A Televisão Pública Brasileira, um vazio histórico. *XVI Encontro da Compós*, Curitiba, jun. 2007. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_212.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

LIMA, Regina. Entre avanços e desafios, TV Brasil completa cinco anos. *Agência Brasil*. 10. dez 2012. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-12-10/coluna-da-ouvidoria-%E2%80%93-entre-avancos-e-desafios-tv-brasil-completa-cinco-anos>> Acesso em 10 jun 2013.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania?* São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Chaves do debate: televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção. In: RINCÓN, Omar (org). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002. p. 41-79.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán; RINCÓN, Omar. Televisión pública, cultural, de calidad. *Revista Gaceta*, Bogotá, n. 47, p. 50-61, 2000. Disponível em: <http://www.comunicacionymedios.com/comunicacion/television/textos/martin_barbero_tvpublicacalidad.htm> Acesso em: 27 mar. 2013.

MATSUURA, Sérgio. Conselho da EBC aprova relatório que indica isenção no jornalismo da TV Brasil. *Portal Comunique-se*. 12 ago 2008. Disponível em: <http://www.fncc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=274279>. Acesso em 12 jun 2013.

MILANEZ, Liana. *TVE: cenas de uma história*. Rio de Janeiro: ACERP, 2007.

MORETZSOHN, Sylvia. *Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NASCIMENTO, Luciano. Justiça Federal considera legal contribuição para a radiodifusão pública. *Agência Brasil*. 18 mar 2013. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-03-18/justica-federal-considera-legal-contribuicao-para-radiodifusao-publica>> acesso em 12 maio 2013.

“O QUE A GENTE faz é jornalismo”, afirma diretora. Folha de São Paulo. 07 jun 2007. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0704200807.htm>>. Acesso em 12 jun 2013.

OTONDO, Teresa Monteiro. Experiência: TV Cultura: a diferença que importa. In: RINCÓN, Omar (org). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002. p.267-200.

PERDIGÃO, Alberto. A TV Brasil é chapa-branca?. *Observatório de Imprensa*, ed. 673, 20 dez 2011. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed673_a_tv_brasil_e_chapa_branca> acesso em 10 jun 2013.

PORTALES, Diego. A empresa: a televisão pública na América Latina. In: RINCÓN, Omar (org). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002. p. 119-152.

REPÓTER BRASIL. Disponível em <<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil>>. Acesso em: 10 jun 2013.

REY, Germán. Panorama: o cenário móvel da televisão pública: alguns elementos do contexto. In: RINCÓN, Omar (org). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002. p. 81-116.

RINCÓN, Omar. A televisão: o mais importante, do menos importante. In: _____ (org) *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002. p. 13-38.

ROTHBERG, Danilo. *Jornalismo público: informação cidadania e televisão*. São Paulo, Editora Unesp, 2011.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. In. *Instituto de Estudos Avançados*. USP, Caderno n. 8, 2000. Série especial da coleção *Documentos*.

SENNA, Orlando. TV pública: uma janela para o futuro do audiovisual brasileiro. p. 9-12. In: BRASIL. *I Fórum Nacional de Tv's Públicas: Diagnóstico do Campo Público de Televisão*. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

STEVANIM, Luiz Felipe. Pressupostos para uma televisão efetivamente pública: desafios de uma comunicação para além do Estado e do mercado. In: XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Anais. Santos: Intercom, 2007.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são*. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2004.

TV BRASIL: preparação do novo jornal, 2007. Disponível em: <<http://br.youtube.com/watch?v=M-YorpsQ3kU>>. Acesso em: 20 out. 2008.

VALENTE, Jonas. TV Pública no Brasil: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira. 2009. 206 f. Dissertação. Universidade de Brasília, 2009.

Legislação consultada:

BRASIL. Decreto 20.047 de 27 de maio de 1931. Regula a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional. *Presidência da república*. Disponível em <<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/Legislacao.nsf/viwTodos/5142C40C71003C89032569FA00785EB4?Opendocument>> Acesso em 05 de maio 2013.

_____. Decreto 21.111 de 1º de março de 1932. Aprova o regulamento para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional. *Câmara dos Deputados*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html>> Acesso em 05 de maio 2013.

_____. Decreto-Lei 8356 de 12 de dezembro de 1945. Dispõe sobre a manifestação do pensamento por meio da radiodifusão. *Câmara dos Deputados*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8356-12-dezembro-1945-458235-norma-pe.html>> Acesso em 05 de maio 2013.

_____. Lei 4.117 de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. *Presidência da república*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4117.htm>. Acesso em 13 maio 2013.

_____. Lei 5.198 de 03 de janeiro de 1967. Cria, sob a forma de Fundação, o Centro Brasileiro de TV Educativa. *Câmara dos Deputados*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5198-3-janeiro-1967-364680-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 13 maio 2013.

_____. Decreto-Lei 236 de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. *Presidência da república*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0236.htm> Acesso em 05 de maio 2013.

_____. Decreto 77.698 de 27 de maio de 1976. Dispõe sobre a constituição da Empresa Brasileira de Radiodifusão - RADIOBRÁS, e dá outras providências. *Presidência da república*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D77698.htm>. Acesso em 06 maio 2013.

_____. Lei 6.650 de 23 de maio de 1979. Dispõe sobre a criação, na Presidência da República, da Secretaria de Comunicação Social, altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. *Presidência da república*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6650.htm>. Acesso em 13 maio 2013.

_____. Lei 6.301 de 15 de dezembro de 1975. Institui política de exploração de serviço de radiodifusão de emissoras oficiais, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasileira de Radiodifusão - RADIOBRÁS, e dá outras providências. *Presidência da república*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6301.htm>. Acesso em 14 maio 2013.

_____. Lei 7.505 de 02 de julho de 1985. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. *Presidência da república*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7505.htm>. Acesso em 27 maio 2013.

_____. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. Lei 8.977 de 06 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. *Presidência da república*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8977.htm>. Acesso em 03 jun 2013.

_____. Lei 9.637 de 15 de maio de 1998; Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. *Presidência da república*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9637.htm>. Acesso em 13 maio 2013.

_____. Lei 10.461 de 17 de maio de 2002. Acrescenta alínea ao inciso I do art. 23 da Lei no 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, para incluir canal reservado ao Supremo Tribunal Federal. *Presidência da república*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10461.htm>. Acesso em 13 maio 2013.

_____. Emenda Constitucional nº 36, de 2002. Dá nova redação ao art. 222 da Constituição Federal, para permitir a participação de pessoas jurídicas no capital social de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nas condições que especifica. *Câmara dos Deputados*. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2002/emendaconstitucional-36-28-maio-2002-458512-norma-pl.html>>. Acesso em 10 jun 2013.

_____. Decreto 5.820 de 29 de junho de 2006. Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. *Presidência da república*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm>. Acesso em 13 maio 2013.

_____. Lei 11.652 de 07 de abril de 2008; Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. *Presidência da república*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm>. Acesso em 13 maio 2013.

_____. Decreto 6.689 de 11 de dezembro de 2008. Aprova o Estatuto Social da Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC e revoga o art. 4o do Decreto no 6.246, 24 de outubro de 2007. *Presidência da república*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6689.htm>. Acesso em 13 maio 2013.

_____. Lei 12.485 de 12 de setembro de 2011. Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nos 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Presidência da república. Disponível em
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2011/L12485.htm>. Acesso em 13 maio 2013.

APÊNDICE

Tabelas com as classificações das matérias segundo os critérios quantitativos da análise.

Tabela 33 – Classificação das matérias exibidas na quarta-feira, 21 de novembro de 2012:

Matéria	Duração	Tema	Região
PEC dos empregados domésticos é aprovada em 1º turno	02:11	pol	BG
Programa Brasil Quilombola será ampliado	02:17	pol	BG
Outro Olhar apresenta cultura dos Kalungas	02:08	cul	CO
Política de cotas em universidades completa 10 anos	02:31	dhu	EIX
Instrutor e aluno morrem em acidente de helicóptero	01:34	vio	EIX
Passagem de bloco 1	00:54	-	-
STF define penas para mais seis réus	01:47	pol	BG
Testemunhas do mensalão mineiro serão ouvidas em 40 dias	00:33	pol	BG
Número de homicídios em SP dobra em um mês	01:28	vio	EIX
Soldados do Congo se rendem a guerrilheiros	03:08	int	ASU
Emir Sader comenta conflitos no Congo	02:43	int	ASU
Passagem de bloco 2	00:54	-	-
Seminário mostra tecnologias para salas de aula	02:40	pso	EIX
ANAC autoriza fusão entre Azul e Trip	00:26	eco	BG
Cresce a concentração de gases do efeito estufa	02:10	amb	BG
Feira Brasil Rural Contemporâneo incentiva consumo consciente	01:59	eco	EIX
Julgamento do ex-goleiro Bruno é adiado	00:28	vio	SE
Enterro de jornalista morto em Goiana	00:29	vio	CO
reunião debate mortandade de peixe em Tocantins	00:14	amb	N
MST fecha rodovia no DF	01:09	pol	EIX
Terrorista paquistanês é enforcado na Índia	00:34	int	ACSA
Onda de protestos atinge o Egito	00:21	int	OMNA
Univesitários protestam contra cortes na educação em Londres	00:19	int	NGE
Vulcão Tongariro entra em erupção na Nova Zelândia	00:20	int	NGE
Gaza entra em cessar-fogo	01:44	int	OMNA
Passagem de bloco 3	00:50	-	-
Quadro Futuro é Agora mostra como aumentar segurança de estádio	02:28	cie	S
Novo Hamburgo terá novas eleições para prefeito	00:32	pol	S
Nomes de candidatos ao Troféu Melhor Atleta 2012 são divulgados	00:55	esp	BG
Emmanuel Norberto desponta no salto triplo	01:48	esp	BG
Exposição conta história do Brasil em fotos	02:01	cul	EIX
Espetáculos em SP comemoram Lei de Incentivo ao Teatro	01:46	cul	EIX

Tabela 34 – Classificação das matérias exibidas na terça-feira, 27 de novembro de 2012:

Matéria	Duração	Tema	Região
Desmatamento da Amazônia Legal cai 27%	02:11	amb	BG
Projeto no Amazonas estimula desenvolvimento sustentável	01:33	amb	N
Casos de dengue diminuem 42% em dois anos	02:14	pso	BG
Série mostra mapa da violência contra a mulher	04:07	dhu	BG
Fim da revolta da chibata completa 102 anos	03:26	dhu	BG
Passagem de bloco 1	00:50	-	-
Comissão da Verdade recebe documentos da Ditadura Militar	01:51	dhu	BG
Comandantes policiais tomam posse em SP	00:55	pol	EIX
Servidores federais são exonerados após operação da PF	01:52	pol	BG
Incêndio em Manaus destrói 150 casas	00:58	out	N
Corte argentina nega pedido do Clarín	00:36	int	AL
Emir Sader comenta decisão da Corte argentina	02:13	int	AL
Passagem de bloco 2	00:50	-	-
Comissão do Senado quer adiar Acordo Ortográfico	03:05	pol	BG
Pesquisador do InCor-SP ganha prêmio Jovem Cientista de 2012	02:28	cie	BG
Estudo traz radiografia do câncer no Brasil	01:41	pso	BG
Guarda de crianças que teriam sido adotadas ilegalmente é revogada	01:31	vio	NE
Portugueses protestam contra orçamento de 2013	00:54	int	NGE
União Europeia reduz juros da dívida externa grega	00:27	int	NGE
Egito enfrenta 5º dia de protestos contra Mursi	00:39	int	OMNA
Ataques de carros-bomba atingem Iraque	00:22	int	OMNA
Produtores de leite protestam na Bélgica	00:21	int	NGE
Corpo de Yasser Arafat é exumado	01:31	int	OMNA
Passagem de bloco 3	00:55	-	-
Especialistas debatem comunicação pública latino-americana	01:51	out	EIX
Jogador brasileiro é punido por conduta antiética	02:29	esp	BG
Projeto Memória do Espore Olímpico quer resgatar histórias	01:57	esp	BG
Mercado incentiva criação de novos jogos eletrônicos	01:29	cul	BG
Filmes de alunos de escolas públicas chegam ao cinema	02:07	cul	EIX
Jovens de comunidades pacificadas acompanham concurso de piano	02:16	cul	EIX

Tabela 35 – Classificação das matérias exibidas na segunda-feira, 03 de dezembro de 2012:

Matéria	Duração	Tema	Região
Divulgado veto à redistribuição dos royalties do petróleo	01:47	pol	BG
Tem início a Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência	02:16	dhu	BG
Filho de deficientes visuais dá exemplo de convivência	01:34	dhu	CO
Morte de alpinista no Pão-de-Açúcar é investigada	01:58	vio	EIX
Repórter Brasil comemora cinco anos	02:55	out	BG
Passagem de bloco 1	00:50	-	-
Seca deixa cidades no Nordeste em situação de emergência	01:58	amb	NE
Novo programa deve ampliar investimentos em portos	00:54	pol	BG
Começa julgamento da morte da juíza Patrícia Acioli	00:58	vio	EIX
São Paulo tem novo fim de semana violento	00:17	vio	EIX
Livro inspirado na violência em SP é lançado	01:53	cul	EIX
Senado inaugura painel de Elifaz Andreato	01:41	cul	BG
Outro Olhar comemora cinco anos	03:20	out	BG
Passagem de bloco 2	00:46	-	-
Abertura de vagas no INTO causa tumulto	02:36	pso	EIX
Especialistas atentam para riscos da pílula anticoncepcional	02:29	pso	BG
Enterrado corpo de Décio Pignatari	00:54	cul	BG
Desabamento de túnel no Japão mata nove	00:27	int	NGE
Neve causa engarrafamentos em estradas na Rússia	00:20	int	NGE
França e Itália contruirão túnel atravessando os Alpes	00:28	int	NGE
Sobreviventes de desastre protestam na Índia	00:43	int	ACSA
Colômbia anuncia que 20 guerrilheiros foram mortos ontem	00:21	int	AL
Soldados do Congo expulsam rebelde da cidade de Sake	00:20	int	ASU
Crise entre Mursi e Judiciário se agrava no Egito	00:45	int	OMNA
Países pressionam Israel contra novos assentamentos	01:28	int	OMNA
Emir Sader comenta pressão de países contra Israel	01:35	int	OMNA
Começa a Cúpula Social do Mercosul	00:26	int	AL
Emir Sader comenta cúpula do Mercosul	00:30	int	AL
Passagem de bloco 3	00:45	-	-
PF faz operação contra lavagem de dinheiro	00:39	pol	BG
Sem-terras deixam fazenda ocupada no DF	00:21	pol	EIX
Homem de 53 morre após comer em churrascaria em Salvador	00:15	vio	NE
O PSDB reuniu prefeitos eleitos em 2012 em Brasília	00:14	pol	BG
Conselho de Comunicação Social do Congresso debate EBC	00:40	pol	BG
Quadro Seu Direito mostra como transportar animais de estimação	03:00	out	BG
Derrubada liminar que garantia salários acima do teto	00:25	pol	EIX
Corinthians embarca para Mundial de Clubes no Japão	01:15	esp	EIX
Campeonato Brasileiro termina com clássicos estaduais	02:02	esp	BG
Senado homenageia Luiz Gonzaga	01:41	cul	BG
Cesp não aceita reduzir energia elétrica	00:19	pol	BG

Tabela 36 – Classificação das matérias exibidas na sábado, 08 de dezembro de 2012:

Matéria	Duração	Tema	Região
13 Motorista bêbado atropela mulheres em Congonhas	00:42	vio	EIX
7 Polícia Federal conclui investigações da operação Porto Seguro	00:31	pol	BG
5 Fórum discute ampliação do acesso a tratamentos de infertilidade	02:26	pso	BG
11 Autistas terão os mesmos direitos de pessoas com deficiência	00:26	dhu	BG
8 Anatel quer diminuir reclamações de TVs por assinatura	01:34	pol	BG
Passagem de Bloco 1	00:57	-	-
4 Bahia comemora o dia da padroeira do estado	01:45	cul	NE
9 Exposição conta história da Rádio Nacional do RJ	02:45	cul	EIX
10 Divulgados vencedores do IV Festival das rádios MEC e Nacional	01:54	cul	EIX
12 Festival de circo apresenta novidades	02:12	cul	EIX
Passagem de Bloco 2	01:02	-	-
2 Brasília recebe exposição Nos toco hacer reír	02:41	cul	EIX
1 Cidades brasileiras já estão com decoração natalina	00:59	cul	EIX

Tabela 37 – Classificação das matérias exibidas na sexta-feira, 14 de dezembro de 2012:

Matéria	Duração	Tema	Região
Riscos de desmoronamentos aumentam com período chuvoso	02:42	amb	EIX
Homem invade escola nos EUA e mata 26	01:20	int	NGE
Coreia do Norte comemora lançamento de foguete	00:36	int	ACSA
Ministro de relações exteriores de Israel renuncia	00:23	int	OMNA
Ex-policial é condenado por assassinar jornalista na Rússia	00:25	int	NGE
Investigados na Operação Porto Seguro são denunciados	00:27	pol	BG
Passagem de bloco 1	00:53	-	-
Transexuais têm dificuldades para conseguir emprego	02:55	shu	BG
Caravela navega a serviço da inclusão	02:06	dhu	EIX
Projeto em SP atende albinos de forma gratuita	02:14	dhu	EIX
Luís Fernando Veríssimo recebe alta	00:15	cul	EIX
Banco Central divulga novas regras para consórcio	02:01	eco	BG
Atraso na entrega de passaportes atrapalha brasileiros	02:44	out	EIX
Seleção Sub-20 de futebol se prepara para Sul-Americano	01:45	esp	BG
Passagem de bloco 2	00:55	-	-
Cooperativas de escolas crescem no Brasil	02:58	pso	BG
Quadro Identidade Brasileira mostra como ensinar por meio da arte	03:30	pso	EIX
Tribunais diplomam prefeitos e vereadores eleitos	02:00	pol	BG
Aprovação do governo se mantém recorde	01:13	pol	BG
Dilma e Putin assinam acordos na Rússia	01:30	pol	BG
Associação brasileira de carne responde a vetos de países	00:48	pol	BG
Justiça argentina considera Lei de Meios constitucional	00:24	int	AL
Venezuelanos rezam pela saúde de Hugo Chávez	01:32	int	AL
Novo dia de protestos no Egito	01:00	int	OMNA
Passagem de bloco 3	00:50	-	-
Pesquisa revela dados sobre saúde da população mundial	02:07	pso	BG
O consumo de cigarros é o tema do Outro Olhar de hoje	01:22	pso	BG
Edifício desaba em Niterói	01:44	out	EIX
Campanha quer incluir palavra “Amor” na bandeira do Brasil	01:59	pol	BG
Grupo cria instrumentos musicais com sucatas	01:08	cul	EIX
Festival de presépios ocorre no Rio	01:39	cul	EIX
Centro histórico de SP recebe apresentações de Natal	01:06	cul	EIX

Tabela 38 – Classificação das matérias exibidas na quinta-feira, 20 de dezembro de 2012:

Matéria	Duração	Tema	Região
Leilão de aeroportos de Galeão e Confins é marcado	02:44	pol	BG
Operação investiga fraude em saúde no estado do Rio	02:31	pol	EIX
Desemprego cai em novembro	00:50	eco	BG
Banco Central recolhe moedas com defeito	00:24	eco	BG
Crescimento do país será menor do que o previsto	01:05	eco	BG
Pergunta do Dia Bloco 1	00:37	-	-
Teste simples avalia saúde e condicionamento físico	01:46	pso	BG
Dominguinhos está internado	00:20	cul	BG
Prazo para chip em veículos é adiado	00:17	out	BG
Profissionais de saúde protestam no Rio de Janeiro	00:39	pol	EIX
Uma pessoa morre e duas ficam feridas em acidente no Rio	00:36	out	EIX
Divulgadas imagens do acidente em torre da Petrobrás	00:28	eco	NE
Reprise da reportagem da série “Crime, Castigo e Recuperação	05:53	dhu	BG
Passagem de bloco 2	00:51	-	-
Joaquim Barbosa decidirá sobre prisão dos réus do mensalão	02:59	pol	BG
Jogadores campeões do mundo vão receber auxílio	00:40	esp	BG
Especialistas ensinam como conciliar Natal e pais separados	03:18	pso	BG
Governo de SP cria cotas para universidades estaduais	00:43	pso	EIX
Técnicos e jornalistas de futebol são homenageados	01:26	esp	BG
Passagem de bloco 3	00:37	-	-
Conselho de Segurança da ONU aprova força militar em Mali	00:26	int	ASU
Senado devolve mandato simbólico a senadores da ditadura	01:45	dhu	BG
Familiares de desaparecidos avaliam apuração de casos	01:45	dhu	BG
Outro Olhar mostra festa de Nossa Senhora do Ó	01:46	cul	NE
Lei Seca é sancionada	00:31	out	BG
Teoria do fim do mundo leva pessoas a procurar abrigo	01:54	int	NGE
Cidade de Alto Paraíso recebe crentes no fim do mundo	02:38	out	CO

Legenda das tabelas:

pol – política

eco – economia

int – internacional

cul – cultura

esp – esporte

vio – violência

pso – política social

amb – meio ambiente

cie – ciência e tecnologia

dhu – direitos humanos

out – outros

Regiões:

AL – América Latina

ASU – África Subsaariana
OMNA – Oriente Médio e Norte da África
ACSA – Ásia Central e Sudeste Asiático
NGE – Norte Geopolítico
BG – Brasil Geral
EIX – Eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal
N – Norte
NE – Nordeste
CO – Centro Oeste
SE – Sudeste
S - Sul